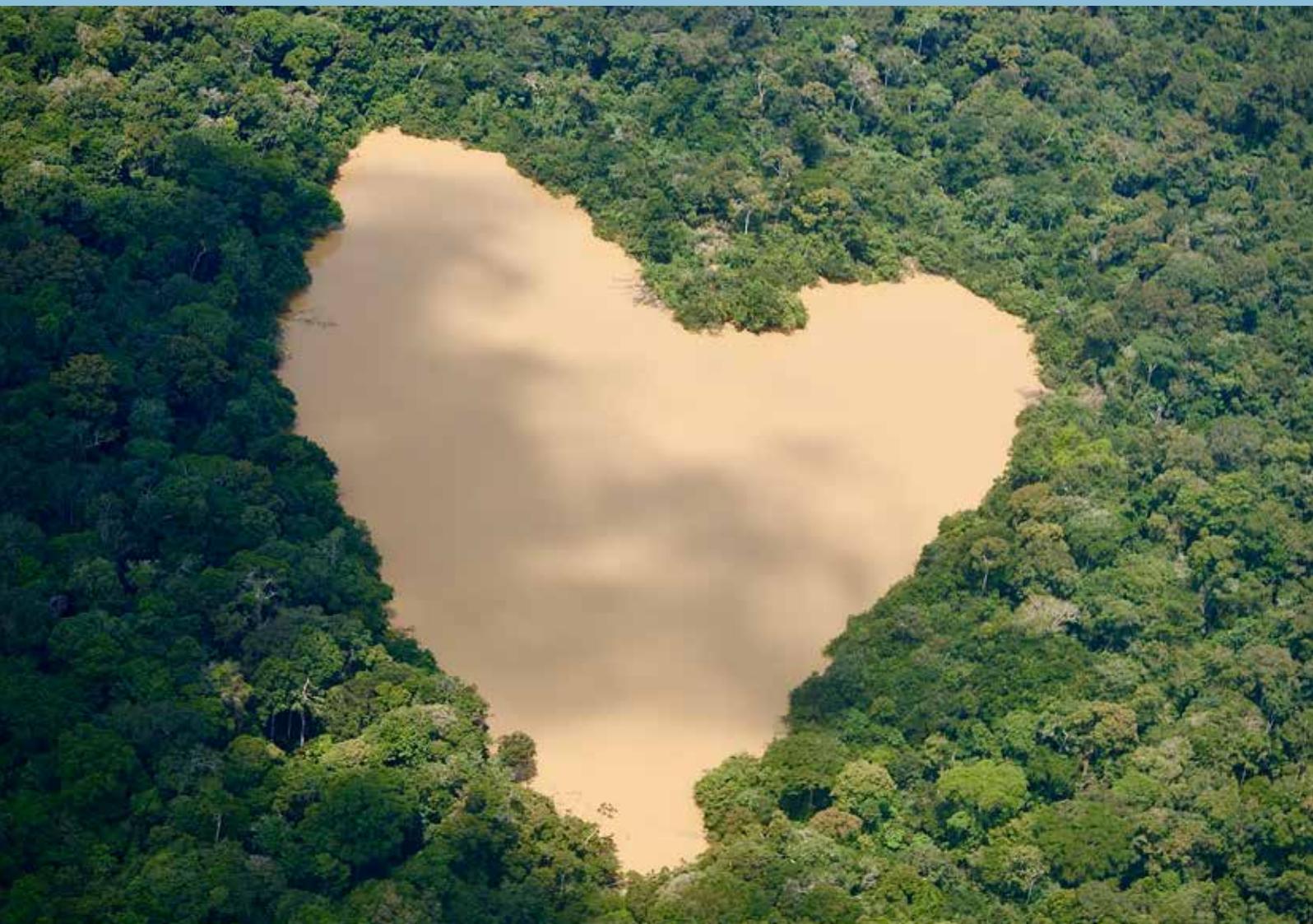




FONPLATA
Banco de Desenvolvimento

RELATÓRIO ANUAL **2022**



I	Mensagem da presidente-executiva a.i.	4
II	Contexto econômico e social	8
1.	A economia global	9
2.	Panorama sub-regional	13
III	Operações por país	18
1	Argentina	21
2	Bolívia	22
3	Brasil	23
4	Paraguai	25
5	Uruguai	26
6.	Empréstimos de risco não soberano	27
7.	Prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	27
8.	Relatório de operações de cooperação técnica aprovadas	27

IV	Resultados da gestão no exercício de 2022	30
1	Modelo de negócio	32
2	Desempenho da gestão	33
2.1	Fontes dos recursos de financiamento	33
2.1.1	Estrutura do capital e capacidade de empréstimo	33
2.1.2	Composição patrimonial	34
2.2	Efeitos derivados da covid-19 e crise geopolítica	35
2.2.1	Utilização do capital e capacidade de empréstimo	39
2.2.2	Evolução dos empréstimos	41
2.2.3	Carteira de crédito por país	43
2.2.4	Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados	43
2.3	Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos	46
2.3.1	Cumprimento dos objetivos estratégicos da visão	46
2.3.2	Consistência com a missão	51
2.4	Eficiência operacional	52
2.5	Solidez do perfil financeiro e patrimonial	53
2.6	Financiamento dos empréstimos – liquidez e endividamento	54
2.6.1	Empréstimos e alavancagem	54
2.6.2	Liquidez	57
2.7	Eficácia institucional	58
2.8	Gestão de riscos e compliance	59
2.9	Contribuição para o crescimento da sub-região	59

Anexo I	Informações históricas das operações aprovadas	62
----------------	---	-----------

Anexo II	Demonstrações financeiras do exercício	70
-----------------	---	-----------

Anexo III	Desenvolvimento humano, voluntariado e responsabilidade social corporativa	140
------------------	---	------------

Mensagem da Presidente-Executiva a.i.



O ano de 2022 foi um despertar para o fato de que a paz e a estabilidade econômica não são permanentes nem alcançáveis no médio prazo. A invasão da Ucrânia, somada aos efeitos da pandemia da COVID-19, expôs a vulnerabilidade dos sistemas sanitários e de investimento público na maioria dos países.

Esta crise caracteriza-se por alta inflação e aumento das taxas de juros para controlar a inflação, o que impacta os custos financeiros com que arcam os países. Os efeitos derivados da crise obrigaram os países a redefinir suas prioridades, resultando na redução dos espaços fiscais para poder enfrentar essa conjuntura negativa.

Superar essa conjuntura demandará esforço para melhorar as condições que permitam a esta instituição apoiar à região frente ao desafio que está enfrentando e, assim, recuperar o ritmo de crescimento alcançado na década passada, o que melhorará os indicadores socioeconômicos.

Durante a última década, o Banco experimentou crescimento que lhe permitiu consolidar sua transformação de Fundo Regional para a Integração e Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata em Banco de Desenvolvimento.

Entre os marcos que consolidaram essa transformação em curto período, destacam-se os dois aumentos de capital, em 2013 e 2016, elevando-o de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões, aumentando 11 vezes a capacidade de empréstimo anual, passando a USD 550 milhões de dólares. Como resultado, desde 2013, foram aprovadas 111 operações de financiamento com valor agregado de USD 3,529 bilhões, dos quais foram desembolsados USD 2,097 bilhões, assegurando fluxos líquidos de empréstimos positivos para seus acionistas. Em sua maior parte, a carteira consiste em financiamentos nos âmbitos setoriais do desenvolvimento sustentável.

Além disso, obtivemos classificação de risco de crédito com grau de investimento de duas das mais prestigiadas agências internacionais de classificação, melhorando a nota obtida por uma delas em 2021. E ampliamos a carteira de empréstimos com a captação de fundos de outras entidades multilaterais, o que permitiu emitir o primeiro título no mercado suíço em 2019, seguido de duas outras emissões em 2021.

Como consequência de ter alcançado todas as metas que haviam sido traçadas em 2013, com o Plano Estratégico Institucional, e numa mostra clara de apoio à gestão, em novembro de 2018, a Assembleia de Governadores aprovou novo convênio constitutivo, abrindo a participação a novos membros.

O sucesso dessa transformação institucional não teria sido possível sem a liderança e o apoio permanente da Assembleia de Governadores, desejosa de

contar com um banco regional relevante e com identidade e poder de decisão próprios, bem como o compromisso da Diretoria Executiva com a importância do processo de modernização e fortalecimento institucional. O êxito nesse processo deve-se também à gestão comprometida com a visão de um FONPLATA mais relevante, com vigência plena e projeção futura, para responder com agilidade e eficiência às demandas de seus países membros, assegurando o menor custo possível das transações, e baseada no planejamento estratégico, na excelência profissional e na execução tática com base nos resultados.

Em 2022, acompanhamos de perto os planos de desenvolvimento de nossos países membros, apoiando-os em seus esforços para mitigar os efeitos negativos da crise e estamos satisfeitos com os resultados alcançados, entre os quais se destacam a aprovação de 12 financiamentos no valor de USD 456 milhões, o desembolso de USD 355 milhões para assegurar fluxos líquidos de empréstimos positivos para todos os países membros, e o crescimento de 16% da carteira de empréstimos.

Ademais, avançamos em nosso objetivo de assegurar o diálogo fluido e ágil com os órgãos de ligação em cada país, designando 25% do quadro de pessoal para nossos escritórios de ligação. Colocamos em funcionamento a Unidade de “Gênero e Diversidade” e estamos incorporando componentes de gênero e emprego de jovens em nossos financiamentos. Aumentamos os incentivos para projetos da linha verde e mudança do clima, incluindo captação de linhas de financiamento com outras instituições de cooperação internacional.

Tendo alcançado os resultados esperados, o Banco encontra-se novamente em um ponto de inflexão. No entanto, à diferença de 2010, nossa instituição é relevante, financeiramente robusta, focada num nicho de projetos no qual se especializou, e tem capacidade de acesso aos mercados de capitais, captando fundos em condições mais favoráveis que a maioria de seus países membros.

Nossa principal força resulta do fato de sermos um Banco confiável, ágil e adaptável, elementos diferenciadores que caracterizam nossa ação e nos permitem projetar para os próximos anos a implementação de novas modalidades de financiamento para continuar apoiando com sucesso nossos países membros em seus esforços para melhorar o bem-estar de sua população.

Estou muito orgulhosa de fazer parte desta instituição e ser membro desta equipe que me acompanha no nosso fazer diário. Expresso meu agradecimento particular a Juan E. Notaro Fraga, por ter liderado com sucesso a transformação do FONPLATA em um Banco de Desenvolvimento relevante.

Desejo expressar, ainda, meu agradecimento aos Governadores e aos Diretores Executivos, pela confiança e o apoio depositados em reafirmar a relevância de nossa instituição, o que fortalece nossa missão de **levar o desenvolvimento para mais perto das pessoas**.

Luciana Botafogo Brito
Presidente-Executiva a.i.



Contexto econômico e social



1. A ECONOMIA GLOBAL

Em 2022, observou-se deterioração progressiva do contexto econômico internacional. Apenas um ano após a pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial (e a mais sincronizada em pelo menos 150 anos)¹, causada pela pandemia, a economia global experimentou um choque inflacionário sem precedentes nas últimas quatro décadas. Foram poucos os países que ficaram à margem deste fenômeno. O ano já começou com altos níveis de inflação, por causa das pressões geradas pela combinação da recuperação econômica mais rápida que o esperado com a subsistência de gargalos nas cadeias globais de valor. A partir de fevereiro, somaram-se a isso os fortes aumentos dos preços em setores-chave, como alimentos, fertilizantes e energia, devido às interrupções na oferta e no comércio internacional desses bens, provocadas pela invasão russa à Ucrânia e às sanções a ela associadas. Na maior parte das economias verificou-se padrão similar. Inicialmente observaram-se saltos de grande magnitude em alguns poucos bens, mas progressivamente os aumentos foram se estendendo a um conjunto cada vez maior de bens e serviços. A resposta da política monetária também foi global. Com notáveis exceções, como a China e o Japão, a maioria dos bancos centrais respondeu com um processo de aumento de taxas, que continuava ainda no início de 2023 nos Estados Unidos (EUA) e na zona euro, entre outros. À medida que o ano avançava, a resposta de política monetária era mais sincronizada (incluía mais países) e mais agressiva (maiores aumentos das taxas). Em consequência, as perspectivas de crescimento econômico mundial iam-se corrigindo progressivamente para baixo. Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) corrigiu suas estimativas de crescimento em 1 ponto percentual para 2022 e em 0,9 pontos percentuais para 2023.

De acordo com estimativas mais recentes (FMI WEO, janeiro de 2023), o produto mundial teria crescido 3,4% em 2022. Isso implica moderação considerável em relação aos 6,2% alcançados em 2021, especialmente quando se considera o efeito de arrastamento importante do crescimento de 2021 sobre o de 2022. A decomposição por nível de desenvolvimento econômico mostra que as economias avançadas cresceram 7,2%, ao passo que as economias emergentes, 3,9%. Vale destacar que, pela primeira vez em mais de três décadas, o crescimento da economia chinesa (3%) esteve abaixo da média das economias emergentes. As economias da América Latina e Caribe cresceram em média 3,9%. O volume de comércio global de bens e serviços aumentou 5,4% e mostrou marcada diferença entre as economias avançadas e as emergentes. Nas primeiras, o crescimento foi de 6,6% (quase duas vezes e meia o crescimento do produto), enquanto nas últimas, foi de 3,4% (inferior ao crescimento do produto).

¹ De acordo com estudo do Banco Mundial, das 14 recessões globais observadas desde 1870, a de 2020, causada pela pandemia de COVID-19, foi a "mais sincronizada". Mais de 90% das economias tiveram queda simultânea do PIB per capita.

TABELA 1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em porcentagens

REGIÃO/SUB-REGIÃO	2021	2022	2023*	2024*
Economia mundial	6,2	3,4	2,9	3,1
EE.UU	5,9	2	1,4	1
Zona Euro	5,3	3,5	0,7	1,6
EMDE	6,7	3,9	4	4,2
Ásia emergente	7,4	4,3	5,3	5,2
China	8,4	3	5,2	4,5
Europa Emergente	6,9	0,7	1,5	2,6
LAC	7	3,9	1,8	2,1
FONPLATA-5	6,2	3,6	0,9	2

Fonte: Preparado com base em informações do WEO, dos países e estimativas próprias

A informação disponível indica que a economia estadunidense teria crescido 2,1% em 2022, principalmente pelo efeito de arrastamento do crescimento do ano anterior (+5,9%). Do ponto de vista da demanda, destacam-se o crescimento do investimento privado (+3,8%) e do consumo privado (+2,8%), em especial de serviços (+4,5%), já que o consumo de bens teve queda (-0,4%). Por sua vez, as exportações líquidas, o consumo e o investimento do governo tiveram contribuições negativas ao crescimento. Na China, o investimento contribuiu para o crescimento em proporção ainda maior do que nos EUA. Aproximadamente a metade do crescimento do PIB em 2022 deve-se ao impulso do investimento agregado (+5,1%). A decomposição desta mostra importante crescimento de infraestrutura e indústria de transformação (9,4% e 9,1%, respectivamente) e nova queda de construção e desenvolvimento imobiliário (-10%). Ao contrário das economias dos Estados Unidos e da China, em que o crescimento em 2022 foi cerca de dois pontos percentuais abaixo do esperado ao início do ano, na zona euro o PIB cresceu 3,5%, i.e., 0,4 pontos percentuais abaixo do estimado um ano antes. A decomposição por países mostra marcada correlação entre a proximidade geográfica da Rússia e da Ucrânia e o desempenho econômico. Países como Irlanda, Holanda, Portugal, Espanha, Itália e Grécia cresceram acima da média da região; enquanto Alemanha, Finlândia e os países bálticos cresceram consideravelmente abaixo da média. No caso da América Latina e Caribe, o crescimento chegou a 3,9%, superando amplamente as previsões.

Inflação e política monetária

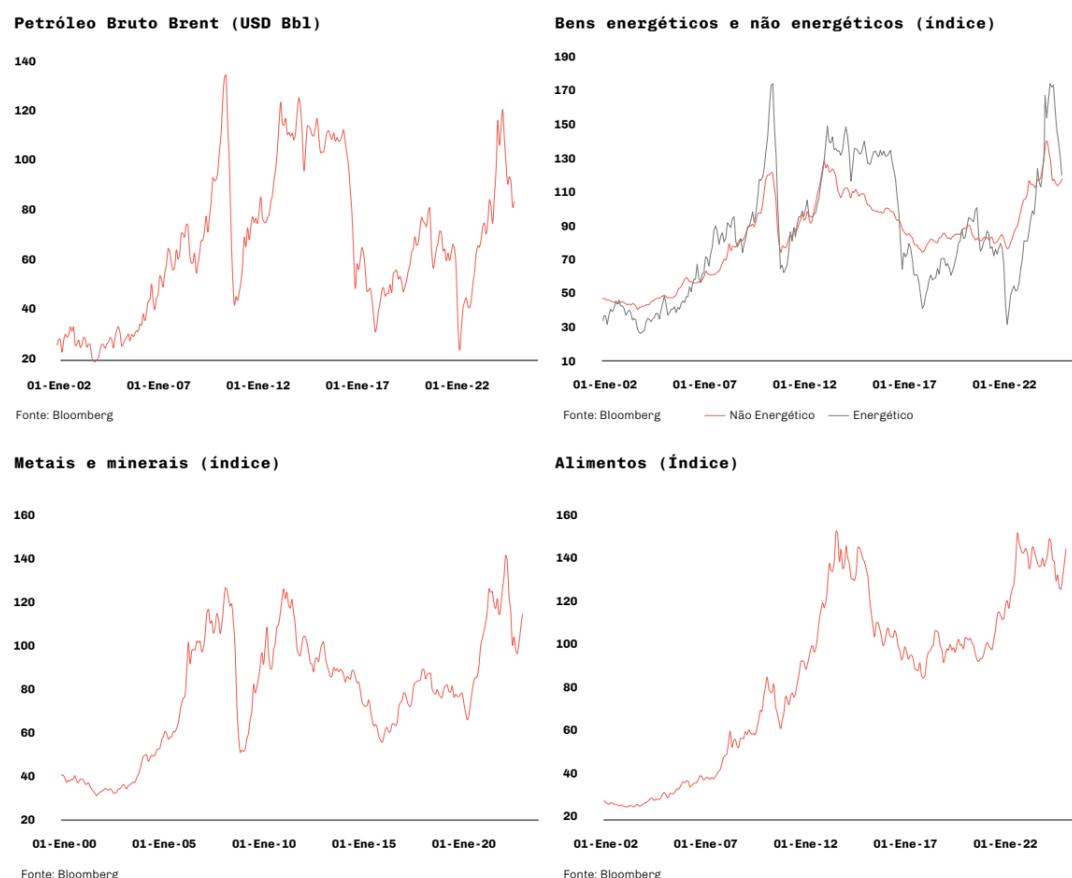
No início de 2022, a inflação acumulada de um ano nos EUA já se encontrava levemente acima de 7% e continuou crescendo quase ininterruptamente até chegar a 9,1% em junho, encerrando 2022 em 6,5%. Essa diminuição obedece ao processo de ajuste iniciado pelo FED em sua taxa de referência, que resultou em sete aumentos consecutivos durante o ano de 2022, num total de 425 pontos base. Por sua vez, a inflação na zona euro no início do ano era menor, cerca de 5%, mas aumentou mês a mês, chegando ao máximo de 10,6% em outubro. Nos dois últimos meses do ano, a inflação cedeu, ficando em 9,2% no final do ano. Até o final de julho, o Banco Central Europeu (BCE) manteve suas taxas de política monetária, mas a partir daí optou por aumentá-las em todas as reuniões, acumulando aumento de 250 pontos base ao final do ano. Ainda que a inflação interanual na China apresente padrão semelhante ao dos EUA e da zona euro, com uma fase inicial de crescimento sustentado seguida de uma fase de tendência decrescente, ela sempre esteve abaixo da meta de 3% definida pelo Banco Popular da China (BPOC). Em 2022, a LPR (loan prime rate de um ano), teve dois ajustes para baixo, num total de 15 pontos base. **O número de bancos centrais que realizaram aumentos de suas taxas de referência é eloquente em relação ao grau de sincronização alcançado pelas políticas monetárias dos países. Dos 38 bancos centrais para os quais o BIS² informa inflação, 34 realizaram aumentos em sua taxa de referência em 2022 com exceção do Japão, que a manteve, e de China, Rússia e Turquia, que a reduziram.**

Onde ocorreu a maior heterogeneidade foi na oportunidade do aumento das taxas. Na América Latina, a mudança de viés da política monetária para contractionista teve início bastante cedo, na segunda metade de 2021. Nos EUA, em março de 2022 e na zona euro, em julho. A combinação do diferencial de taxas a favor dos EUA com o efeito positivo dos termos de intercâmbio que o país experimentou e o papel central do dólar no sistema financeiro mundial resultou num processo de apreciação sustentada do dólar frente a maioria das moedas – especialmente, em relação ao euro e o iene. A tendência altista estendeu-se até o final de setembro e início de outubro, após o que a moeda estadunidense foi perdendo valor relativo.

Matérias-Primas

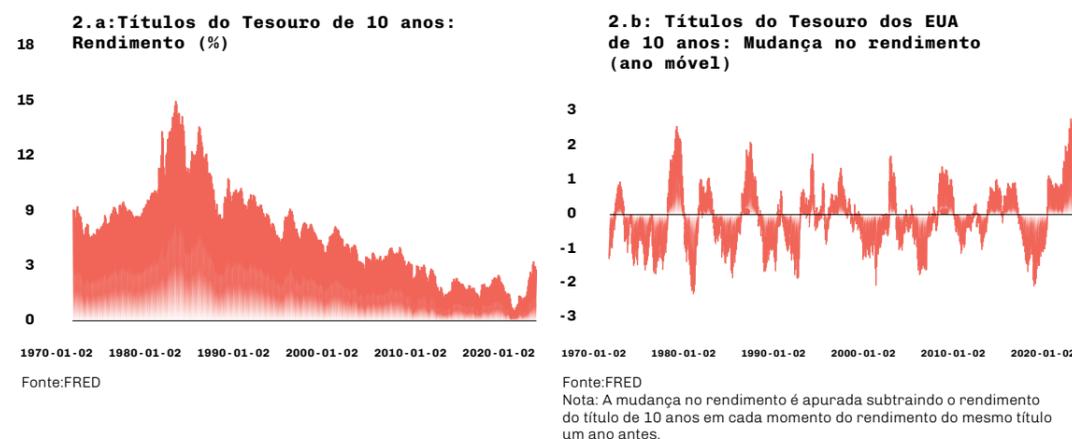
O ano de 2022 iniciou com níveis de preços elevados e crescentes na maioria dos agrupamentos de matérias-primas. Os preços dos alimentos e dos fertilizantes alcançaram seu máximo no final do segundo trimestre, após o que mostraram tendência descendente e, ao final do ano, já se haviam eliminados todos os ganhos da primeira metade do ano (Gráfico 1). Os bens energéticos também mostraram comportamento semelhante, com a diferença de que o pico dos preços ocorreu mais tarde, já no terceiro trimestre.

GRÁFICO 1 – PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS



Em todo caso, os preços da maioria das matérias-primas mantiveram-se em níveis incomumente altos durante o ano. Em especial os preços da carne, da soja, do trigo, do zinco e do ouro alcançaram suas máximas históricas, o que teve impacto geral positivo para as economias dos Países da Bacia do Prata. Os altos preços das matérias-primas energéticas tiveram impacto misto na sub-região. Positivo para os exportadores líquidos, como o Brasil, e negativo para importadores líquidos, como o Paraguai e o Uruguai.

GRÁFICO 2 – TÍTULOS DO TESOIRO DOS EUA

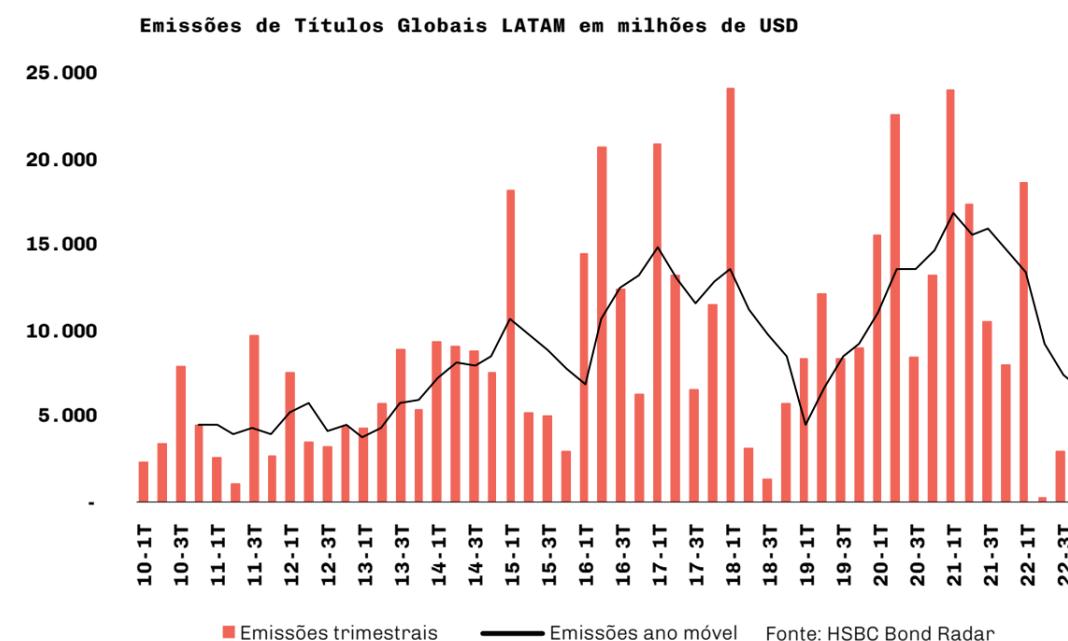


A alta generalizada das taxas de política monetária teve como contrapartida o encarecimento do crédito, tanto nos mercados domésticos como no internacional, particularmente em dólares. Ainda que a margem média de dívida soberana da região (EMBI + LATAM) tenha oscilado, durante 2022, de 400 a 550 pontos base aproximadamente, a taxa de juros do ativo livre de risco em dólares (título do tesouro dos EUA) exibiu marcada tendência altista ao longo do ano. O rendimento do título de referência de dez anos, que estava em 1,52% ao final de 2021, alcançou 3,88% ao final de 2022 (Gráfico 2a). Para encontrar aumentos de tal magnitude nesse ativo, seria preciso retroceder ao último trimestre de 1994 (Gráfico 2b).

Essa mudança nas condições de financiamento para as economias emergentes nos mercados internacionais teve um correlato claro na marcada redução das emissões de dívida soberana dos países da América Latina e Caribe (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – EMISSÃO DE TÍTULOS SOBERANOS LATAM

En millones de dólares estadounidenses



2. PANORAMA SUB-REGIONAL

Os países que integram a sub-região do FONPLATA tiveram baixo desempenho com respeito ao crescimento nos últimos cinco anos. Em 2022, observou-se desaceleração generalizada, marcada pela moderação do crescimento e pelos esforços das autoridades para controlar a inflação. Em princípio, as perspectivas para os dois próximos anos parecem ser limitadas.

A última informação disponível indica que a totalidade das economias da Bacia do Prata já superaram os níveis de PIB anteriores à pandemia. As economias da Argentina, da Bolívia e do Uruguai registraram, em 2022, expansão geral da atividade econômica superior a 4,5% anual. A economia brasileira continua em expansão, ainda que a taxa de crescimento econômico tenha desacelerado em relação a 2021, ao passo que, finalmente e apesar das adversidades climáticas, o crescimento da economia paraguaia ficou próximo a zero.

Nas economias da sub-região, o setor externo contribuiu positivamente para a expansão do PIB. As principais atividades exportadoras, fundamentalmente as vinculadas ao setor agrícola e à produção de gás e petróleo, foram favorecidas pelos preços internacionais. Em essência, o aumento observado nos valores comercializados se atribui à melhoria dos preços das exportações.

Em todas as economias da Bacia do Prata, registraram-se crescimentos substantivos dos valores e dos volumes importados, impulsionados pela recuperação da demanda interna durante a primeira metade de 2022 e, no caso de Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai, pelos aumentos dos preços internacionais do petróleo e do gás. Nos casos da Bolívia e do Brasil, os altos preços dos produtos básicos implicaram melhoria do saldo da balança comercial em relação ao ano anterior.

A expansão da demanda interna acompanhou o processo de crescimento da atividade nas economias da Bacia do Prata em 2022. À medida que as exportações reduziram seu ritmo de expansão, o consumo privado e o investimento produtivo converteram-se em fatores determinantes do comportamento do PIB agregado. De fato, a contribuição da demanda interna teria sido ainda mais importante não fosse o crescimento moderado da renda do trabalho e as limitações impostas pelos processos de consolidação fiscal sobre os gastos públicos, em geral, e sobre o investimento público, em particular.

Os processos de consolidação fiscal em curso estiveram condicionados pelos efeitos domésticos dos choques de preços externos, que impactaram fortemente as economias da Bacia do Prata. Em particular, o aumento dos preços internacionais dos produtos básicos motivou a adoção de medidas de natureza muito variada pelos governos, com importantes repercussões fiscais.

Em alguns casos, os governos reagiram reduzindo impostos indiretos ou não transferindo de forma integral os aumentos dos preços internacionais aos preços internos dos combustíveis e da energia. No caso do Brasil, foi notório o impacto da redução dos impostos sobre os combustíveis, entre outras razões pelos efeitos que isso teve sobre a taxa de inflação. No Uruguai, o governo optou por afastar-se de forma sistemática da regra de fixação dos preços dos combustíveis derivados do petróleo, baseada na paridade da importação. A situação na Argentina, não obstante, contrasta com o que se observa nas demais economias da Bacia do Prata, na medida em que o governo se encontra em processo gradual e progressivo de redução dos subsídios ao consumo de produtos energéticos, conforme o acordado no âmbito do Acordo de Facilidades Estendidas que o país tem com o FMI.

No caso da política monetária, na metade de 2022, os bancos centrais da sub-região fortaleceram o viés contracionista. O aumento das taxas de juros de referência foi a proposta comum nas economias da Bacia do Prata, num cenário global caracterizado pela aplicação de políticas monetárias restritivas nos EUA e na Europa.

Na totalidade dos países da sub-região, as taxas de inflação encontram-se acima das metas oficiais e as políticas monetárias se propuseram incidir sobre as expectativas dos agentes econômicos para assegurar a convergência para as metas de inflação. No Uruguai, e em menor medida no Brasil e no Paraguai, a política monetária em 2022 impulsionou a valorização da moeda nacional, o que fortaleceu o viés contracionista associado ao aumento das taxas de juros.

Dilemas da política econômica

Nesse contexto, a gestão das políticas macroeconômicas nos países da sub-região enfrenta dois dilemas fundamentais.

O primeiro refere-se ao avanço necessário dos processos de consolidação fiscal, quando o atendimento às necessidades da emergência sanitária causados pela pandemia tenha provocado aumentos muito significativos dos déficits primários e do endividamento público. Nesse sentido, o uso da política fiscal para sustentar a recuperação econômica viu-se limitado de forma substantiva. Este primeiro dilema é exacerbado pelas mudanças nas condições financeiras internacionais com relação às taxas de juros, à valorização do dólar e às necessidades crescentes de financiamento soberano em escala global.

Os processos de consolidação fiscal nas economias da Bacia do Prata, em particular no que se refere à contenção dos gastos públicos, são desafiados por fatores políticos internos de natureza diversa. No Brasil, a política orçamentária da nova administração inclui a retirada de importantes rubricas orçamentárias do teto dos gastos. Essa proposta já conta com aprovação parlamentar e supõe expansão significativa do déficit público. Os processos eleitorais em curso na Argentina e no Paraguai poderiam afetar o cumprimento das metas fiscais. No Uruguai, os recentes aumentos de algumas rubricas orçamentárias aprovadas pelo Parlamento parecem indicar que os esforços de moderação do gasto foram interrompidos com a aproximação das próximas eleições gerais, que ocorrerão nos meses de outubro e novembro de 2024. No caso da Bolívia, a orientação da política fiscal está condicionada, também, a circunstâncias políticas, tanto no que se refere ao cumprimento de compromissos programáticos assumidos pelo governo, que implica esforços importantes de investimento público ao longo de todo o período do governo, como pelos efeitos fiscais derivados das tensões políticas.

O segundo dilema refere-se às pressões inflacionárias, que requerem a aplicação de políticas monetárias com viés contracionista, em momento em que se observa diminuição da demanda interna e em que a previsão é de que os preços internacionais dos principais produtos de exportação dos países da sub-região ficariam, ao menos em 2023, abaixo dos níveis da primeira etapa do período pós-pandemia.

Perspectivas

No início de 2023, as economias dos EUA, China e da zona euro – que constituem os principais motores do crescimento global – encontram-se debilitadas. Há amplo consenso em relação à desaceleração da economia mundial em 2023, seguida de leve melhoria em 2024.

Na China, a distensão das restrições associadas à política de COVID zero resultou na recuperação mais rápida do que inicialmente esperado. Isso daria alguma sustentação à economia global durante os primeiros trimestres de 2023. De toda forma, as perspectivas de médio prazo para este país estão muito longe do desempenho das últimas décadas. O FMI projeta crescimento de 5,2% em 2023 e de 4,5% em 2024. Isso significa que, durante o período 2022–2024, o crescimento econômico da China seria praticamente igual ao de uma economia emergente.

Nos países da LAC, antecipam-se taxas de crescimento mais moderadas do que as apresentadas em 2022. Depois do impulso inesperado que as economias do continente receberam, na primeira metade de 2022, dos preços das maté-

rias-primas, o crescimento desacelerou consideravelmente; não se espera reversão desta tendência no horizonte de projeção. Desta forma, depois de crescer em média 3,9% em 2022, as economias da LAC cresceriam 1,8% e 2,1% em 2023 e 2024, respectivamente.

O panorama é muito semelhante ao das economias da Bacia do Prata, com exceção do Paraguai, que depois da abrupta queda da produção agrícola e da energia elétrica, provocada pela seca, encaminha-se para ter aumento significativo do PIB em 2023. O menor crescimento econômico seria nos mercados de trabalho, que na segunda metade de 2022 já mostravam sinais de enfraquecimento, ainda que as taxas atuais de emprego e de desocupação sejam muito semelhantes às vigentes no período anterior à pandemia. Os indicadores do mercado de trabalho mostram consolidação do aumento da informalidade e dificuldades crescentes para a geração de novas vagas de emprego nos setores de alta produtividade.

A principal causa da deterioração do contexto econômico é sem dúvida o endurecimento generalizado da política monetária. Daqui para frente, ainda que haja sinais inequívocos de que a inflação está cedendo em países como os EUA ou o Brasil, onde a inflação acumula vários meses de queda, também há indícios de que as pressões sobre a inflação “subjacente” possam ser mais permanentes. Isso se evidencia na quantidade de economias em que a inflação subjacente não alcançou ainda seu pico, notavelmente na zona euro.

Operações por país



Como se indica na seção anterior, em 2022, os países membros do FONPLATA enfrentaram espaços fiscais reduzidos num contexto global em que, além da crise climática e energética, somaram-se a alta inflação, o endurecimento das condições financeiras e a grande instabilidade geopolítica.

Nesse contexto, o FONPLATA continuou adaptando-se às circunstâncias, desenvolvendo estratégias e políticas inovadoras para assegurar a implementação efetiva de seu programa operacional em benefício de seus países membros.

Nesse cenário adverso, e buscando cumprir com as metas operacionais propostas pelo Banco para a gestão 2022, trabalhou-se com enfoque em quatro eixos fundamentais:

1. Conversão do FONPLATA em um dos bancos multilaterais pioneiros na América Latina ao contar com um **Quadro de Dívida Sustentável** alinhado com a Associação Internacional de Mercados de Capitais (ICMA, na sigla em inglês). Além disso, implementou o **Comitê de Sustentabilidade**, que tem como objetivo a supervisão do desenvolvimento e a implementação da sustentabilidade do Banco, para gerir de forma mais eficaz o processo de seleção de projetos a serem financiados com dívida temática e/ou sustentável. Esse processo agregará mais transparência, com a emissão de relatórios anuais que permitirão avaliar o processo de alocação e o impacto dos projetos.
2. Incorporação da perspectiva de **gênero** nas operações. Para tanto, criou-se a **Unidade de Gênero e Diversidade**, por meio da qual foram dados os primeiros passos para construir a política e o quadro estratégico de gênero do Banco. Na sequência desses esforços, introduziu-se o enfoque de gênero em algumas das operações aprovadas durante esta gestão. Dessa forma, o Banco deu os primeiros passos para incorporar esta temática no desenho de seus projetos.
3. Apoio ao financiamento de **infraestrutura sustentável**, para o que se ativaram recursos sob a **Linha de Pré-Investimento** para apoiar os países na preparação de projetos sustentáveis.
4. Desenvolvimento de metodologia de **análise rápida de riscos e vulnerabilidade** dos projetos aos efeitos da mudança do clima, no âmbito da assistência técnica oferecida por meio do financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Essa ferramenta possibilita mostrar a magnitude da mudança nos fatores climáticos de precipitação, temperatura e umidade, conforme os cenários projetados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês), bem como analisar oportunidades de melhoria nos projetos para aumentar seu potencial de resiliência e capacidade de adaptação.

Por outro lado, do ponto de vista operacional, realizaram-se análises da estratégia para a preparação e execução da carteira de projetos, das perspectivas dos países, das implicações da mudança da taxa de juros, que passou de LIBOR para SOFR. Ademais, revisou-se o modelo de negócio em função dos tomadores de recursos e outras partes interessadas que interagem com o Banco, fortaleceu-se o relacionamento com os órgãos de ligação e órgãos de execução dos países membros, e realizaram-se diversas reuniões informativas de alto valor agregado.

Da perspectiva nodal, as operações do Banco passaram de um esquema baseado em processos centralizados para outro mais descentralizado, com sólido enfoque na gestão de riscos e resultados. Nessa linha, desenvolveram-se dois sistemas importantes: (i) o **SIP/TIP**³, que serve para realizar e monitorar a gestão de resultados; e (ii) o **SyPEP**⁴ que é uma ferramenta de gestão que permite obter uma foto da situação das operações na carteira do Banco, com base em indicadores financeiros e análise qualitativa, o que possibilita classificar a situação dos projetos e monitorar sua execução, seus marcos e seu manejo de riscos.

Ao encerrar a gestão 2022, a carteira operacional compõe-se de 105 operações, no valor total de USD 3,147 bilhões, desagregada da seguinte forma: 49 operações em execução, no valor de USD 1,831 bilhão; 21 operações em processo de encerramento, no valor de USD 497 milhões; dez operações pendentes de validação, no valor de USD 427 milhões; e 25 operações em etapa de amortização do principal, no valor de USD 392 milhões.

Em que pese o contexto econômico global e regional adverso, em 2022, o Banco conseguiu aprovar 12 operações no valor total de USD 456 milhões; esforço que se traduziu no aumento de USD 103 milhões em aprovações em relação à gestão anterior, e desembolsos de USD 355 milhões, que asseguraram fluxos líquidos de empréstimos para todos os países e crescimento do portfólio de empréstimos de 16% em relação a 2021. Essas conquistas foram resultado de estratégia devidamente articulada, trabalhando em estreita coordenação com os Órgãos de Ligação dos cinco países membros.

³ Sistema de Informação de Projetos / Painel de Informação de Projetos

⁴ Situação e Planejamento Estratégicos de Projetos

1. ARGENTINA

Na gestão 2022, as operações aprofundaram a contribuição do Banco nos seguintes setores: econômico produtivo e infraestrutura, governança, produção, serviços não financeiros, esportes, turismo e telecomunicações, além de terem dado continuidade ao apoio ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, à redução da pobreza e à proteção dos setores mais vulneráveis.

A carteira de financiamentos é de USD 936 milhões e compõe-se de 45 operações, das quais cinco foram aprovadas durante o ano, no valor total de USD 177 milhões. Duas dessas operações correspondem à ativação da segunda etapa de operações aprovadas oportunamente. Do total da carteira ativa, dez operações encontram-se em fase de amortização do principal (USD 94 milhões); dez já desembolsaram a totalidade dos recursos e estão em processo de assinatura do ato de encerramento (USD 203 milhões); 22 encontram-se em execução (USD 552 milhões); e três aguardam a assinatura do respectivo contrato de empréstimo (USD 87 milhões).

Entre as operações aprovadas no ano de 2022, ressalte-se o apoio à continuação da Ruta Provincial 13 no Chaco argentino, no valor de USD 34 milhões, financiamento cujo objetivo é melhorar a conectividade, a transitabilidade e a segurança da estrada, contribuindo ao desenvolvimento econômico e social e à integração territorial do país.

Sob o mesmo enfoque de complementaridade, aprovou-se a segunda operação na Bacia do Rio Bermejo, no valor de USD 44 milhões, projeto que contribuirá para o desenvolvimento sustentável da bacia localizada no norte da Argentina, ao mesmo tempo em que melhorará a qualidade de vida dos moradores por meio de obras de proteção fluvial, de sistemas de drenagem urbana e de melhoria no acesso à água potável.

Ademais, destacamos o apoio à emergência habitacional derivada da pandemia, por meio do financiamento de projeto piloto que permitirá melhorar as condições de habitabilidade dos lares em situação de necessidade por vulnerabilidade social crítica, no valor total de USD 10 milhões.

A fim de completar os investimentos sob o Programa Federal de Infraestrutura Regional, aprovou-se a segunda etapa dessa operação no valor de USD 70 milhões. Esta segunda etapa oferecerá financiamento aos demais projetos da carteira do programa, beneficiando várias províncias do país.

Aprovou-se, ainda, a segunda etapa do “Projeto de Investimento Social em Saúde Pública na Província do Chaco”, no valor de USD 20 milhões. Isso permitirá financiar as intervenções para aumentar a capacidade, a qualidade e a sustentabilidade dos serviços públicos de saúde em diversos povoados da província.



2. BOLÍVIA

Em 2022, trabalhando em coordenação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco focou em apoiar a realização do “Censo de População e Habitação” do país. Esse projeto, de USD 40 milhões, busca gerar dados estatísticos atualizados e de qualidade sobre as características demográficas, sociais, econômicas e condições habitacionais na Bolívia, de modo a reduzir a omissão censitária e produzir número maior de indicadores que ajudem na luta contra a pobreza.

No âmbito do programa “Colhendo Água, Semeando Luz”, foram construídas 1.263 soluções familiares de colheita de água e vinte soluções sociais de colheita de água (centros de saúde e escolas rurais), alcançando 84% das metas do programa. Além disso, foram instalados 2.560 sistemas fotovoltaicos familiares e 81 sistemas fotovoltaicos sociais, culminando o programa com meta superior à planejada (169%). Tais intervenções abrangem três departamentos do país: Potosi, Chuquisaca e Beni.

Em linha com as orientações do FONPLATA de priorizar o apoio às regiões mais distantes e desfavorecidas, iniciou-se o “Programa de Geração de Emprego III”, com foco em jovens e gênero, buscando beneficiar a população mais vulnerável nos municípios de nove departamentos do país.

No final da gestão de 2022, a carteira em execução ascende a USD 576 milhões, distribuídos em 17 projetos. Desta carteira, quatro projetos encontram-se em etapa de pagamento do principal (USD 80 milhões); seis projetos já receberam a totalidade dos recursos e encontram-se em processo de assinatura da ata de encerramento (USD 115 milhões); e sete operações estão em plena execução (USD 381 milhões).



3. BRASIL

Como parte de sua estratégia operacional, o Banco esforçou-se por financiar projetos que promovam a mitigação dos efeitos da mudança climática sobre o meio ambiente, estratégia que está sendo acompanhada por grande quantidade de municípios do país. Como resultado dessas iniciativas, o Banco financiou parcialmente, por meio de sua “Linha de Financiamento Verde”, operações em condições financeiras mais favoráveis, num total de USD 69 milhões. Essa nova tendência permite ao FONPLATA ampliar o leque de tipos de projetos com foco nos setores do meio ambiente e água, além dos tradicionais setores de habitação e desenvolvimento urbano, que já recebiam financiamento.

A gestão de 2022 foi particularmente bem-sucedida no Brasil, já que se conseguiu aprovar cinco projetos, no valor total de USD 194 milhões, o que constitui recorde histórico em termos de aprovações nesse país. Assim, a carteira do Brasil chegou a 24 operações, no valor total de USD 626 milhões, que compreende seis operações em processo de amortização, no valor de USD 26 milhões; 12 operações em execução e desembolso, no valor de USD 395 milhões; cinco operações aprovadas aguardando assinatura, no valor de USD 165 milhões; e uma operação que já desembolsou a totalidade dos recursos e encontra-se em processo de encerramento, no valor de USD 40 milhões.

A seguir, apresenta-se a descrição de cada uma das cinco operações aprovadas em 2022:

A operação de Dourados, com valor aprovado de USD 40 milhões, tem como metas a execução de obras de saneamento urbano, a implementação de unidades de tratamento de resíduos, a intervenção no Parque Municipal de Paragem e a execução de obras de mobilidade e desenvolvimento urbano, que buscam reduzir o impacto ambiental e melhorar a qualidade de vida da população.

Hortolândia, no estado de São Paulo, onde o governo municipal pretende criar corredor ecológico interconectado por ciclovia de aproximadamente dez quilômetros e implantar novos parques ecológicos, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e da sustentabilidade ambiental da cidade. O programa também inclui intervenção em mobilidade urbana, a construção de novo edifício para os serviços de atendimento ao cidadão, entre outras obras de desenvolvimento urbano, no valor total de USD 22 milhões.

Foram aprovados, ainda, USD 30 milhões para o município de Brusque, Santa Catarina, que serão utilizados para aumentar a capacidade de produção de água potável, reduzir as Inundações em áreas de maior vulnerabilidade, reduzir o tempo de deslocamento para veículos leves e pesados e diminuir o trânsito de veículos pesados na área urbana central do município.



A operação, no valor de USD 42 milhões, para o município de Atibaia, São Paulo, tem como objetivo disponibilizar equipamentos urbanos à população, promover maior resiliência às inundações em época de chuva nos principais córregos da cidade, além de melhorar as condições de mobilidade urbana por meio da modernização do sistema viário.

Finalmente, no município de Belém do Pará, aprovou-se crédito de USD 60 milhões para apoiar a redução das Inundações em áreas de maior vulnerabilidade, melhorar as condições ambientais e urbanas da população por meio da reabilitação e/ou construção do sistema de drenagem, impactando favoravelmente a qualidade de vida de famílias a serem reassentadas.

4. PARAGUAI

Em 2022, o Banco continuou apoiando o Paraguai nos setores de energia e transporte, com a aprovação de nova operação para transmissão elétrica e o início da execução do empréstimo para a construção do Corredor Bioceânico. Esta última é a operação de maior envergadura, em termos de valores aprovados, na história do FONPLATA.

Foi aprovada, ainda, operação de USD 45 milhões para a construção da Linha de Transmissão 220kV Villa Hayes–Villa Real–Pozo Colorado–Loma Plata e a Subestação Pozo Colorado em 220 kV, na Região Ocidental. A operação permitirá aumentar a capacidade do sistema de transmissão Noroeste e parte do sistema de distribuição do Bajo Chaco, acompanhando o crescimento da demanda projetada da área e garantindo o fornecimento de energia elétrica com confiabilidade e segurança.

Foi realizada licitação para elaboração do projeto, construção e manutenção da Ruta PY-15 Trecho Mariscal Estigarribia–Pozo Hondo e acesso a Mariscal Estigarribia, no departamento de Boquerón. Em conjunto com o trecho já construído entre as localidades de Carmelo Peralta e Loma Plata e as obras em execução, por parte do Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC), de nova ponte sobre o rio Paraguai e de recuperação da estrada TransChaco, as obras irão melhorar a conectividade do território, de forma a reduzir a brecha de desenvolvimento social e econômico da região ocidental do país.

No final da gestão de 2022, a carteira ativa no Paraguai totaliza USD 723 milhões, distribuídos em 11 operações: dois projetos em etapa de pagamento do principal, no valor de USD 75 milhões, sete operações em execução, no valor de USD 473 milhões, e dois projetos aguardando ratificação pelo Congresso do Paraguai, no valor agregado de USD 175 milhões.

Dessa forma, o Banco continuou reforçando sua participação no desenvolvimento da infraestrutura para a melhoria da qualidade de vida dos paraguaios e da competitividade do país, por meio do fortalecimento de sua rede de transmissão elétrica e de estradas para sua integração regional e internacional.



5. URUGUAI

Em 2022, a carteira de empréstimos ativa totaliza USD 286 milhões, sendo composta de oito operações, distribuídas da seguinte forma: três operações em fase de amortização do principal, no valor de USD 117 milhões; quatro projetos que já receberam a totalidade dos recursos e encontram-se em processo de encerramento, no valor de USD 139 milhões; e uma operação em execução, no valor de USD 30 milhões.

É importante destacar, que durante a gestão de 2022, concluiu-se o projeto mais relevante da carteira do país: a construção da ponte de acesso à Rambla Portuária de Montevideu. Essa obra permitirá aumentar a capacidade e funcionalidade dos acessos existentes, além de contribuir para a melhoria do trânsito nas proximidades da área central da cidade.

Também foram concluídas, nesta gestão, as obras previstas para a recuperação, adaptação e manutenção de pontes que contribuem para a melhoria dos corredores florestais localizados em várias partes do país.

Finalmente, avançou-se na construção das Plantas de Tratamento e Sistemas de Saneamento em cinco localidades da bacia do rio Santa Lucia, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Lucia, por meio da redução da concentração de matéria orgânica (principalmente a demanda biológica de oxigênio –DBO–, nitrogênio e fósforo) em seu curso principal, mitigando os riscos para a saúde humana e melhorando a qualidade dos ecossistemas.



6. EMPRÉSTIMOS DE RISCO NÃO SOBERANO

Em 2022, o FONPLATA deu continuidade aos Empréstimos de Risco não Soberano, tendo realizado o desembolso parcial da operação, aprovada em 2021, para a Corporação Viária do Uruguai S.A. (CVU). Esse desembolso foi precedido de cessão de subsídios por parte do Ministério dos Transportes e Obras Públicas (MTO), que cobre parcialmente o empréstimo.

7. PREVENÇÃO DE LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

O FONPLATA segue dando prioridade ao processo de prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. Por ser um Banco que opera exclusivamente com o setor público de seus países membros, esse risco continua sendo baixo. O processamento de pagamentos a terceiros, solicitado pelos órgãos executores no âmbito das operações financiadas, é marginal, estando esses desembolsos sujeitos aos controles oportunos e efetivos da Administração. Em 2022, não foram registradas operações que, por sua natureza ou atores envolvidos, levantem suspeitas ou despertem atenção especial.

8. RELATÓRIO DE OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA APROVADAS

A seguir são descritas resumidamente as operações de cooperação técnica aprovadas durante a gestão de 2022:

- OCT/NR-URU-56/22 Documentos base para a padronização de edificações e construções em madeira – USD 119.880:**
O objetivo geral do projeto é contribuir para a promoção da incorporação da madeira de produção uruguaia na construção de unidades habitacionais por meio de maior padronização do processo de projeto das construções em madeira. Para alcançar o objetivo, pretende-se criar um Guia Técnico contendo conjunto de regras de referência que permita maior grau de padronização para facilitar o processo de projeto das construções em madeira. Além disso, está prevista a realização de estudo para levantamento do mercado, das capacidades instaladas, do estado atual das normas vigentes e da percentagem de edificações construídas em madeira, com vistas a estabelecer o ponto de partida para o desenvolvimento da indústria. Por último, por meio de jornadas e oficinas técnicas será divulgada a tecnologia de construção com madeiras nacionais aplicadas a projetos de casas de estrutura leve, incluindo as normas vigentes e os materiais disponíveis no mercado nacional.
- OCT/NR-BOL-57/22 Fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Estatística para a execução do Projeto Censo de População e Habitação BOL-35 – USD 120.000:**
Cooperação Técnica com o objetivo de apoiar o INE com recursos não reembolsáveis para fortalecer sua capacidade operacional e administrativa, visando a facilitar e agilizar a execução e a prestação de contas do financiamento aprovado pelo Banco ao Estado Plurinacional da Bolívia em relação ao “Projeto Censo de População e Habitação”.

3. OCT/NR-BRA-58/22 Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Mata Fome em Belém do Pará – PROMMAF – USD 100.000:

As autoridades do Brasil priorizaram o empréstimo, por meio do CO-FIEX (Comitê de Financiamento Externo da República Federativa do Brasil), para o Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Mata-Fome, em Belém do Pará (PROMMAF), aprovado pela Câmara Municipal, que autorizou o Prefeito a contratar o empréstimo concedido pelo Banco.

Apesar dos estudos realizados e da definição de ações para conter e controlar a situação de vulnerabilidade socioambiental, foram necessários estudos complementares. Nesse sentido, o FONPLATA, por meio de sua “Linha Especial de Atividades de Pré-Investimento”, no âmbito do Programa de Cooperação Técnica, aprovou o uso de recursos de cooperação técnica não reembolsáveis para financiar os estudos técnicos complementares de pré-investimento, considerados relevantes para o projeto da operação de empréstimo, tais como: Relatório Técnico de Pesquisa, Diagnóstico da Infraestrutura Existente, Levantamentos Topográficos e Cartográficos e elaboração de Estudos Hidrológico e Hidrodinâmico da Bacia do Igarapé, dentre outros.

4. OCT/NR-BRA-59/22 Modernização do Sistema de Gestão de Riscos para as Importações Autorizadas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – USD 150.000:

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) em coordenação com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitaram o apoio do FONPLATA para modernizar e otimizar o atual sistema de gestão de risco para as importações autorizadas pelo Ministério, bem como para realizar a reengenharia integral dos processos de negócio com ênfase na colaboração interinstitucional. Esse projeto permitirá reduzir o custo temporário de importação e exportação de produtos agrícolas, primeiramente no Porto de Santos e no Aeroporto de Guarulhos.

O fortalecimento do Sistema inicia com o projeto e a implementação do Data Lake agrícola, para servir como repositório centralizado que agrega toda a informação e a organiza em formatos e normas padronizadas de mais de 84 sistemas e bancos de dados distintos. Além disso, o projeto contempla a concepção e implementação do Motor de Gestão de Risco do MAPA. Para tanto, o MAPA e a SECEX idealizaram um sistema de TI para a gestão de risco, que seja capaz de classificar e analisar grandes volumes de informação histórica, criar perfis e coeficientes de riscos precisos e automatizar decisões baseadas em risco sem intervenção humana. Espera-se que esses esforços resultem na redução do número de inspeções técnicas realizadas pelos funcionários da Viggiagro (Vigilância Agropecuária Internacional), no aumento da taxa de detecção de descumprimento em carregamentos, na diminuição do tempo de Viggiagro para a liberação de importações e na redução dos custos de importação e exportação de produtos agrícolas.

Resultados da gestão no exercício de 2022

(EM MILHÕES DE DÓLARES ESTADUNIDENSES)



A seguir são apresentadas de forma comparativa os resultados do Banco nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Desde o final de 2021, e por estarem os países da região em processo de recuperação dos efeitos mais nocivos da pandemia de COVID-19, o Banco retornou à modalidade de trabalho presencial. Além disso, consolidou sua presença nos países membros, por meio da abertura de novos escritórios em Buenos Aires e em Brasília, designando 14 especialistas setoriais e seis analistas para seus quatro Escritórios de Ligação, equivalente a 25% de seu quadro de pessoal. Isso permite ao Banco manter diálogo assíduo com seus países membros, cumprindo seu objetivo de levar o desenvolvimento para mais perto das pessoas, como está refletido no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2022–2026.

A título de ilustração e com base nos resultados de 2012 que constitui o parâmetro inicial do primeiro PEI, que abrangeu o ciclo 2013–2022⁵, a capacidade média anual de empréstimo expandiu-se com base em multiplicador de 11 vezes e a carteira de empréstimos cresceu 6,6 vezes, a uma taxa média anual de mais de 20% durante a última década. O capital autorizado cresceu mais de 6 vezes, de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões. Ao final de 2016, foram obtidas classificações de risco A- pela Standard & Poor's, que foi elevada para A com perspectiva estável em 2021, e A2 com perspectiva estável pela Moody's. Ambas as agências de classificação de risco gozam de prestígio internacional. As despesas administrativas, medidas como percentagem dos ativos financeiros líquidos, passaram de 1,62%, em 2012, para 0,83%, em 2022, confirmando o compromisso do Banco de assegurar baixo custo das transações (Gráfico 8).

Em setembro de 2021, e como corolário das conquistas alcançadas, a Assembleia de Governadores aprovou a segunda atualização do PEI, abrangendo o período 2022–2026. Esta atualização destacou a necessidade de reafirmar o papel do Banco como parceiro confiável, proativo e adaptável para responder de forma rápida e eficaz às demandas de financiamento de seus países membros para reduzir as lacunas existentes no desenvolvimento social inclusivo, saúde, educação e infraestrutura. Nesse sentido, o PEI contém três objetivos estratégicos e dez linhas de ação, que marcarão o foco da gestão entre 2022 e 2026, reafirmando o compromisso dos países membros com o crescimento contínuo do capital, como forma de aumentar a capacidade de empréstimo e a capacidade de captação de recursos nas melhores condições possíveis.

Desde 2013, o Banco se caracteriza por manter gestão prudencial de ativos e passivos financeiros, o que atende às expectativas do mercado de capitais, permitindo-lhe acessá-los diretamente e captar recursos em melhores condições e com menor custo financeiro, em benefício de seus países membros.

Por meio de marcado foco no planejamento e gestão por resultados, e graças aos investimentos em tecnologia que começaram a ser feitos a partir de 2017, o Banco possui sólida infraestrutura de sistemas de informação, que permitiu passar sem interrupção para a modalidade de trabalho virtual durante a pandemia, protegendo assim a saúde de sua equipe sem afetar o desempenho e a realização dos resultados esperados.

Em 2022, a carteira de empréstimos, principal ativo financeiro do Banco, cresceu 16%, passando de USD 1,52 bilhão, em 2021, para USD 1,761 bi-

⁵ Com base nos números em 31 de dezembro de 2012.

lhão. Esse aumento líquido é resultado de desembolsos de USD 355 milhões, líquidos de arrecadações do principal, as quais totalizaram USD 113 milhões, para um crescimento líquido de USD 242 milhões (em 2020 o crescimento líquido foi de USD 268 milhões). A redução de 10% no crescimento líquido do portfólio em 2022, em relação a 2021, deve-se ao efeito temporário causado pelas operações de empréstimo ainda não desembolsadas e operações cujo desembolso terminou entre 2020 e 2022 e encontram-se em etapa de pagamento do principal.

No exercício de 2022, contrataram-se novas dívidas, no valor de USD 270 milhões, realizaram-se desembolsos na ordem de USD 169 milhões, amortizaram-se USD 66 milhões da dívida vigente, pagaram-se juros e outros encargos financeiros no valor de USD 18 milhões e constituíram-se depósitos de garantias em operações de cobertura com contrapartes no valor de USD 45 milhões. O resultado líquido de USD 40 milhões será destinado ao financiamento dos desembolsos de empréstimos a serem requeridos nos próximos 12 meses, ao serviço da dívida, e ao pagamento de despesas correspondentes ao funcionamento do Banco, em conformidade com a política de liquidez.

Ademais, destaca-se que o Banco firmou sua posição estratégica como agente fiduciário do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), função que começou a executar em 2020 como demonstração de confiança e prestígio da instituição.

Em suma, o robusto perfil financeiro do Banco, sua habilidade para acessar os mercados de capitais, a maior diversificação de suas fontes de financiamento e a reafirmação da nota de riscos de crédito “A” pela Standard & Poor’s e “A2” pela Moody’s demonstra o prestígio e a credibilidade alcançados até o momento.

1. MODELO DE NEGÓCIOS

A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco financia seu programa de empréstimos por meio da alavancagem de seu patrimônio, que é composto por subscrições de caixa e capital exigível e, também, por reservas provenientes de lucros acumulados.

A capacidade de empréstimo atual do Banco é de USD 3,987 bilhões e é calculada com base num multiplicador de três vezes o valor do capital próprio, que, em 31 de dezembro de 2022, totaliza USD 1,329 bilhão (2021 – USD 1,205 bilhão). Por outro lado, a capacidade de endividamento do Banco, que equivale a USD 3,214 bilhões, também é determinada com base num multiplicador de duas vezes o valor do patrimônio líquido mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. Todos os ativos financeiros e parte dos passivos financeiros são contratados e expressos em dólares estadunidenses e rendem juros com base numa taxa de referência mais uma margem operacional. Os passivos contratados em moedas e taxas diferentes da taxa de juros de referência dos empréstimos são trocados por obrigações denominadas em dólares estadunidenses com base na taxa de referência, reduzindo assim a exposição a riscos na movimentação das taxas de câmbio e taxas de juros, em cumprimento com as políticas financeiras do Banco.

Para todos os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a taxa SOFR (“Secured Overnight Financing Rate”) composta. Esta também é a taxa de referência para contratos de empréstimos aprovados antes dessa data e que foram convertidos, de comum acordo com os países membros. Em 31 de dezembro de 2022, 60% da carteira utilizava a taxa SOFR composta e 40%, a taxa Libor de seis meses. O Banco terá completado a substituição de sua taxa de referência para todos seus contratos de empréstimo até 30 de junho de 2023, data em que se descontinuará a publicação da taxa Libor de seis meses.

O Banco mantém liquidez para assegurar sua capacidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para custear despesas operacionais e investimentos de capital planejados, que devem ocorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento de cada mês. A liquidez é investida com o único objetivo de reduzir custos e otimizar a utilização dos recursos necessários à manutenção do nível de liquidez exigido pelas políticas do Banco.

As seções e subseções a seguir contêm explicação detalhada do desempenho financeiro durante os exercícios fiscais compreendidos entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2022.

Nesse sentido, como o crescimento do patrimônio é função direta do aumento de ativos sobre passivos, é incluída explicação detalhada da evolução de ativos e passivos financeiros, o que ajuda a ilustrar o crescimento e a força financeira alcançados até o momento.

2. DESEMPENHO DA GESTÃO

2.1 Fuentes de los recursos prestables

2.1.1. Estrutura do capital e capacidade de empréstimo

O processo de subscrição e comprometimento de todo o capital exigível correspondente ao primeiro e segundo aumentos de capital aprovados em 2013 e 2016, respectivamente, foi concluído em 2018. Neste ano, foram recebidas as contribuições em dinheiro correspondentes ao primeiro aumento e iniciou-se o cronograma de pagamento do segundo aumento. O total de capital recebido em 2022 foi de USD 76 milhões (2021 – USD 90 milhões), para um total de capital em dinheiro, em 31 de dezembro de 2022, de USD 1,082 bilhão (2021 – USD 1,006 bilhão). Ademais, destaca-se que, na data de 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu USD 70 milhões em pagamento da maior parte do montante devido pelo Brasil em parcelas de capital a ser integralizado.

A tabela 1 mostra a evolução da estrutura de capital para cada um dos últimos três exercícios.

TABELA 1 ESTRUTURA DE CAPITAL

Em milhões de dólares estadunidenses

CAPITAL	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
AUTORIZADO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665	1.665	1.665
SUBSCRITO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665	1.665	1.665
DISPONÍVEL	2.581,8	2.671,4	2.746,7
Integralizado em dinheiro	916,8	1006,4	1.081,7
Exigível comprometido	1.665	1.665	1.665

2.1.2. Composição patrimonial

O patrimônio do Banco cresce através de dois canais: (i) a integralização de capital em dinheiro por seus países membros; e (ii) o excedente de receita sobre despesas financeiras e administrativas. O montante arrecadado é resultado da cobrança de juros sobre empréstimos e rendimento de investimentos dos ativos líquidos, que compõem os ativos financeiros (líquidos de provisões para perdas esperadas em empréstimos e investimentos). As despesas referem-se ao custo de captação e juros e comissões das dívidas contratadas, que compõem o passivo financeiro, bem como as despesas necessárias ao normal funcionamento do Banco. As seções 2.2 e 2.6 contêm análise mais detalhada da evolução dos ativos e passivos financeiros durante o exercício de 2022.

TABELA 2 PATRIMÔNIO

Em milhões de dólares estadunidenses

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
Capital em dinheiro	916,9	1.006,5	1.081,7
Reservas	156,8	174,5	199,6
Resultados Acumulados	35,9	24	47,6
Total do patrimônio	1.109,6	1.205	1.328,9

Conforme mostrado na Tabela 2, em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizava USD 1,329 bilhão, representando aumento de USD 124 milhões (10%) em relação ao volume alcançado em 2021, de USD 1,205 bilhão. A tabela a seguir mostra a composição desse aumento:

	MONTANTE
Patrimônio em 31 de dezembro de 2021	1.205
Integralizações de capital em dinheiro recebidas em 2022	75
Alocação de rendimentos ao FOCOM/PCT pela A.G.	(3,6)
Ganhos não realizados em investimentos - ORA	5
Resultado líquido do exercício de 2022	47,6
Total de aumento líquido do exercício	124
Patrimônio em 31 de dezembro de 2022	1.329

2.2 Efeitos derivados da COVID-19 e crise geopolítica

A partir do quarto trimestre de 2021, as taxas de juros subiram rapidamente, devido aos esforços das grandes economias em conter a inflação gerada pela pandemia e acelerada em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. Dessa forma, ao final de dezembro de 2022, a taxa LIBOR de seis meses alcançou 513,8 pontos base (2021 – 34 pontos base). Por sua vez, a taxa SOFR, que se tornou a taxa de referência das operações de financiamento concedidos pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2022, passou de 5 a 425 pontos base entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Se bem que se espere que o FED continue aumentando a taxa de política monetária até meados de 2023, os mercados antecipam que os aumentos em 2023 serão uma fração do observado em 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, cerca de 60% dos contratos de empréstimo têm a SOFR como taxa de referência. Os contratos aprovados antes de 1º de janeiro de 2022, que ainda não foram convertidos da taxa LIBOR de seis meses

para a taxa SOFR composta, serão gradualmente convertidos até o final do primeiro semestre de 2023, quando se descontinuará a publicação da taxa LIBOR de seis meses.

O aumento médio combinado das taxas de referência vencidas em 2022 foi de 167 pontos base, sensivelmente menor que o aumento registrado na taxa LIBOR de seis meses e na taxa SOFR composta. Isso se explica pelo processo de adoção gradual da taxa SOFR composta e pelo fato de que se aplica a taxa LIBOR de seis meses na modalidade de semestre vencido.

Dado que a taxa SOFR composta é uma taxa diária, o que contrasta com a aplicação da taxa LIBOR de seis meses, que se aplica por semestre vencido, antecipa-se para 2023 aumento nas receitas como resultado da adoção da nova taxa de juros de referência para todos os contratos de empréstimo antigos.

As receitas sobre ativos financeiros compostos de juros e comissões sobre empréstimos ascenderam a USD 75,5 milhões, comparados aos USD 42,2 milhões em 2021, o que representa aumento de 79%.

Já o custo dos empréstimos experimentou aumento de 118 pontos base, equivalente a 80% dos 146 pontos base de custo médio das dívidas em 2021.

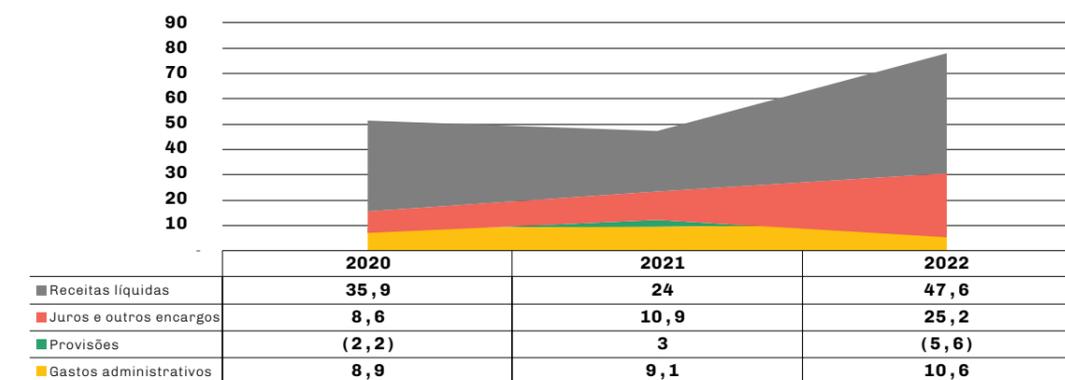
Por sua vez, o custo líquido das dívidas (receitas de investimentos menos custos financeiros das dívidas captadas) foi de USD 22,9 milhões, equivalentes a 240 pontos base em 2022 (2021 – USD 6,1 milhões, equivalentes a 82 pontos base). Esse aumento dos custos das dívidas é explicado principalmente pela redução dos rendimentos da carteira de investimentos em decorrência do aumento da taxa de juros, que afeta negativamente o valor de mercado dos investimentos e reduz as receitas acumuladas. É importante esclarecer que, à medida que os investimentos sejam liquidados na data de vencimento, essa tendência não resultará em perda efetiva nos investimentos. O Banco vem realizando a liquidação de seus investimentos na data do vencimento, prática que tem permitido ter rendimento positivo em todos os casos.

Os ativos financeiros líquidos alcançaram, em 2022, USD 52,6 milhões, o que representa aumento de USD 16,5 milhões, equivalente a 33% (2021 – USD 36 milhões).

O Gráfico 1 mostra a evolução das receitas sobre ativos financeiros, observando-se recuperação importante em relação ao nível de receitas no período mais crítico da pandemia de COVID-19, quando a taxa LIBOR de seis meses alcançou seu nível histórico mais baixo.

GRÁFICO 1 – RECEITAS E DESPESAS

Em milhões de dólares estadunidenses



A receita gerada em 2022, de USD 77,8 milhões (2021 – USD 47 milhões), proporciona índice de cobertura de 3,1 vezes o valor dos custos de empréstimos do ano, de USD 25,2 milhões (2021 – 4,3 vezes). Essa redução da cobertura de juros por empréstimos é normal na medida em que o Banco aumentou a porcentagem de crescimento de sua carteira de empréstimos, que é financiada com dívidas captadas de terceiros.

Por fim, as despesas administrativas, compostas por todas as despesas para assegurar o funcionamento do Banco, totalizaram USD 11 milhões. Este valor inclui USD 434 mil correspondentes a itens que não representam desembolsos de recursos, mas apenas ajustes contábeis, como depreciação do exercício e diferenças por câmbio de moedas, para os quais o valor desembolsado em despesas administrativas é de USD 10,6 milhões. Isso representa aumento de USD 1,5 milhões em relação às despesas administrativas de 2021 e equivale a 83 pontos base sobre os ativos financeiros líquidos. Esse aumento se compara de forma muito favorável com os 82 pontos base incorridos em 2020, primeiro ano da pandemia da COVID-19, quando se implementou programa estrito de economia que resultou no congelamento de todas os postos de trabalho vagos e o cancelamento das missões de trabalho.

Vale destacar que o montante arrecadado em 2022 é 7,3 vezes maior que o valor das despesas administrativas antes dos custos de depreciação, diferenças de câmbio e outros, totalizando USD 10,6 milhões (2021 – 5,1 vezes para um total de USD 9,1 milhões). Isso reforça o compromisso do Banco em manter o menor custo possível em benefício de seus países membros.

A Tabela 3, abaixo, apresenta detalhe da evolução dos ativos e passivos financeiros, ativos líquidos e patrimônio, bem como suas respectivas taxas de retorno durante os anos de 2020 a 2022, e é ilustrativo do crescimento e da força alcançados pelo Banco.

TABELA 3 RETORNO SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em milhões de dólares estadunidenses

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de								
	2020			2021			2022		
	Saldo médio	Receitas/ (Despesas)	Retorno ¹ %	Saldo médio	Receitas/ (Despesas)	Retorno ¹ %	Saldo médio	Receitas/ (Despesas)	Retorno ¹ %
Empréstimos a receber	1.093,9	43,1	3,94	1.385,5	42,2	35	1.640,2	75,5	4,60
Investimentos e outros	403	8,1	2	535,9	4,8	0,90	594,2	2,3	0,39
Ativos financeiros	1.497,8	51,3	3,42	1.921,4	47	2,45	2.234,4	77,8	3,48
Dívidas	(416,5)	(8,6)	(27)	(747,5)	(10,9)	(1,46)	(953,4)	(25,2)	(2,64)
Ativos financeiros líquidos	1.081,3	42,3	3,93	1.173,9	36,1	37	1.281	52,6	4,11
Provisões e outros encargos	-	2,2	0,21	-	(3)	(0,25)	-	5,6	0,44
Despesas administrativas	.	(8,9)	(0,82)	-	(9,1)	(0,77)	-	(10,6)	(0,83)
Ativos líquidos	1.081,3	35,9	3,32	1.173,9	24	25	1.281	47,6	3,72
Patrimônio Líquido	1.068,9	35,9	3,36	1.157,3	24	28	1.267	47,6	3,76

¹ A rentabilidade é apurada com base nas receitas/despesas reais ao final do ano, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo inicial do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por 2, de forma que podem ser diferentes da média real.

Os principais indicadores financeiros são consistentes com os de uma instituição em crescimento; tendo registrado por 10 anos consecutivos aumento de dois dígitos no crescimento da carteira de empréstimos a receber, com média de 20% anual.

Conforme mostra a Tabela 3, a média dos ativos financeiros em 2022 atinge o montante de USD 2,234 bilhões, o que representa crescimento de USD 313 milhões, em relação ao total alcançado em 2021, de USD 1,921 bilhões.

Esse aumento dos ativos financeiros médios resulta de: (i) aumento líquido de USD 241 milhões no saldo de empréstimos a receber, como resultado do excesso de desembolsos de USD 355 milhões, sobre amortizações de principal de USD 114 milhões (2020 – USD 268 milhões; e (ii) redução do valor de ativos líquidos de investimentos de USD 77 milhões, utilizados principalmente no crescimento da carteira de empréstimos.

O retorno sobre o patrimônio líquido⁶ mostra aumento de 168 pontos base em relação ao exercício de 2021 principalmente como resultado do aumento da taxa de juros de referência dos empréstimos.

2.2.1 Utilização do capital e capacidade de empréstimo

Conforme explicado em 1. “Modelo de negócios”, o Banco determina sua capacidade de endividamento e empréstimo com base em um multiplicador sobre o valor de seu patrimônio. Assim, a capacidade máxima de empréstimo é equivalente a 3 vezes o patrimônio. A exposição máxima da carteira de empréstimos por país não pode exceder 25% da capacidade de empréstimo e a carteira de créditos a receber por país não pode exceder 30% dos ativos totais.

Por seu turno, a capacidade de empréstimo utilizada é expressa como a soma do saldo dos empréstimos a serem desembolsados e a receber e o saldo dos empréstimos aprovados ainda não vigentes. A capacidade restante de empréstimo decorre da diferença entre a capacidade máxima de empréstimo e a utilizada (Tabela 4).

Pelo exposto, o crescimento do patrimônio é determinante da capacidade de empréstimo e de endividamento. Conforme explicado em mais detalhes nas seções 2.1.1. “Estrutura do capital e capacidade de empréstimo” e 2.1.2. “Composição Patrimonial”, a capacidade de empréstimo cresce como resultado da integralização do capital a pagar em dinheiro recebida dos países membros e da acumulação de renda líquida. Em suma, o patrimônio líquido resulta do excesso do ativo total sobre o passivo.

A Tabela 4, abaixo, mostra detalhe da capacidade máxima de empréstimo utilizada e restante em 31 de dezembro de 2022 e sua evolução durante o período 2020–2022. Como se pode observar, a capacidade de empréstimo restante é de USD 814,7 milhões, o que permitirá manter as aprovações de empréstimos nos próximos anos dentro do nível da capacidade de empréstimo, depois de considerar o resultado líquido projetado, as amortizações de principal esperadas, bem como a integralização das cotas de capital em dinheiro.

⁶ Retorno sobre o patrimônio líquido: razão entre a receita líquida do exercício e o patrimônio médio.

TABELA 4 CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Em milhões de dólares estadunidenses e %

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
Ativos líquidos	1.109,6	1.205	1.328,9
Capacidade máxima de empréstimo	3.328,8	3.615	3.986,7
Variação anual da carteira de créditos a receber	33,6%	21,4%	15,9%
Carteira de empréstimos a desembolsar	892,5	701	984
Carteira de créditos a receber	1.251,5	1.519,6	1.760,8
Contratos de empréstimo não vigentes	477,1	690	427,1
Capacidade de empréstimo utilizada	2.621,1	2.621,1	3.172
<i>Capacidade de empréstimo remanescente</i>	<i>707,7</i>	<i>704,4</i>	<i>814,7</i>
<i>Porcentagem de capacidade de empréstimo utilizada</i>	<i>78,7%</i>	<i>80,5%</i>	<i>79,6%</i>
Cobertura patrimonial s/carteira bruta de créditos	88,7%	79,2%	75,5%
Exposição do patrimônio (%) ¹	65,6%	56,3%	57,7%
Exposição da carteira ajustada pelo risco (em %)²	80,2%	57,7%	50,8%
Limite mínimo de suficiência de capital (em %) ³	35%	35%	35%

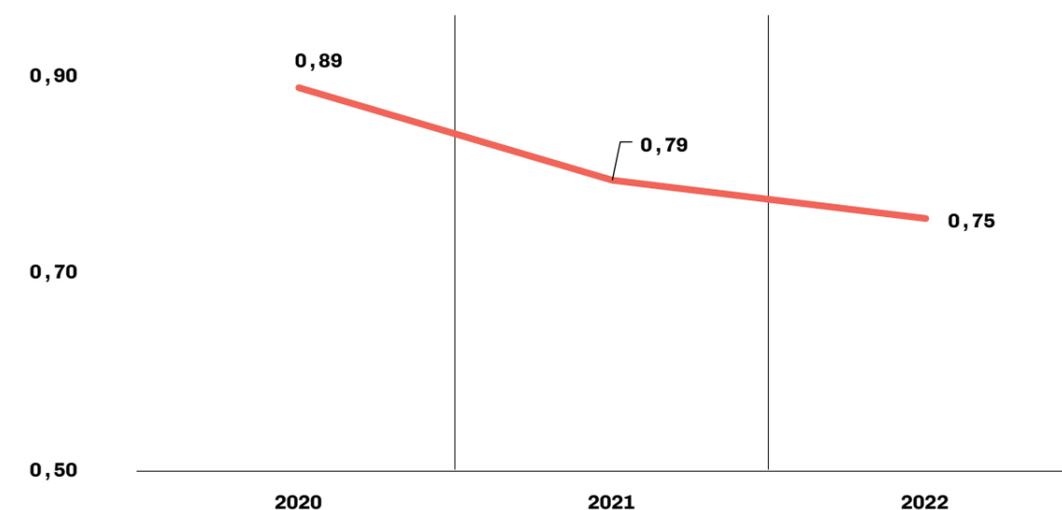
¹ Patrimônio líquido + provisão para créditos de liquidação duvidosa – Imobilizado/Ativo financeiro.² (Patrimônio líquido + provisão para créditos de liquidação duvidosa – Imobilizado)/Ativo financeiro ajustado por risco.³ Percentual mínimo de capital necessário para cobertura das dívidas.

Em consonância com a estrutura de capital do Banco, o crescimento da carteira de crédito se dá pelo excesso de desembolsos sobre recebimentos de amortizações de principal. Esse crescimento exige o financiamento de parte dos desembolsos por meio da captação de dívida de terceiros.

Neste sentido, desde 2016 a Instituição tem captado recursos para financiar desembolsos em empréstimos, o que, naturalmente, resulta na redução gradativa da porcentagem de cobertura patrimonial. Essa redução foi considerada no planejamento financeiro e responde à filosofia de gestão prudencial, focada nos resultados e baseada em robusto modelo de controle e gestão integral de riscos.

O coeficiente de cobertura dos empréstimos indica o número de vezes que o patrimônio líquido contém o saldo dos empréstimos a receber ou da carteira de empréstimos. Conforme ilustrado no gráfico 2, esse coeficiente tem tendência gradualmente decrescente, pois parte do crescimento da carteira de empréstimos deve ser financiada com recursos de terceiros. Esse coeficiente passou de 0,89 vezes, em 2020, para 0,79, em 2021, e para 0,75, ao final de 2022. O Gráfico 2 mostra o espaço de alavancagem disponível como resultado da sólida posição financeira mantida pelo Banco.

Os indicadores financeiros alcançados e apresentados neste Relatório Anual reafirmam a sólida posição patrimonial e financeira do Banco, a qualidade e maturidade de sua governança e gestão prudencial, bem como a validade de suas políticas operacionais e financeiras.

GRÁFICO 2 – COEFICIENTE DE COBERTURA DOS EMPRÉSTIMOS

2.2.2 Evolução dos empréstimos

O Gráfico 3 – “Montante das aprovações e dos desembolsos de empréstimos” mostra aprovações de novos financiamentos com garantia soberana no valor de USD 456 milhões. Por outro lado, os desembolsos de empréstimos totalizaram USD 355 milhões. Esses números superam os registrados em 2021 em 14% para aprovações e 3% para desembolsos.

Em 2022, o portfólio de empréstimos cresceu 16%, o que é marginalmente inferior à média de crescimento anual observada na última década, que foi de 20%.

O crescimento constante da carteira de empréstimos está diretamente alinhado com o mandado recebido da Assembleia de Governadores no momento do segundo aumento de capital, de aumentar de forma progressiva a capacidade de empréstimo e estreitar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento. Este último objetivo foi potencializado como resultado da abertura dos escritórios de ligação e da designação de seu pessoal operacional.

GRÁFICO 3 – MONTANTE DAS APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS DE EMPRÉSTIMOS

Em milhões de dólares estadunidenses

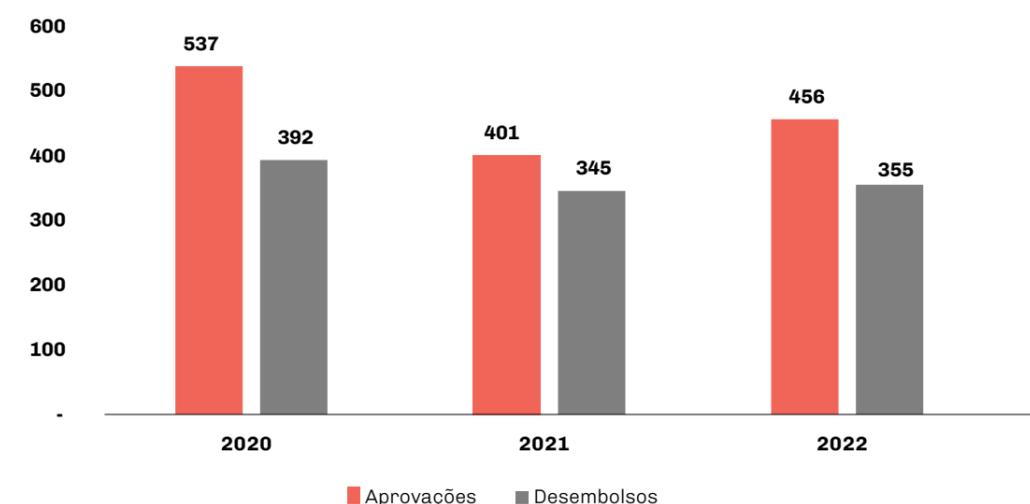
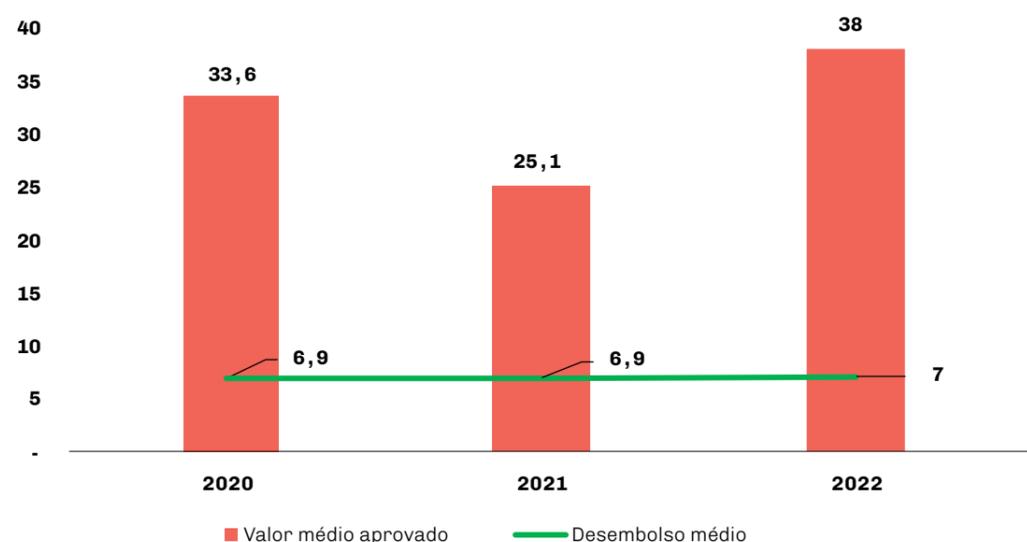


GRÁFICO 4 – MONTANTE MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS APROVADOS E DOS DESEMBOLSOS

Em milhões de dólares estadunidenses

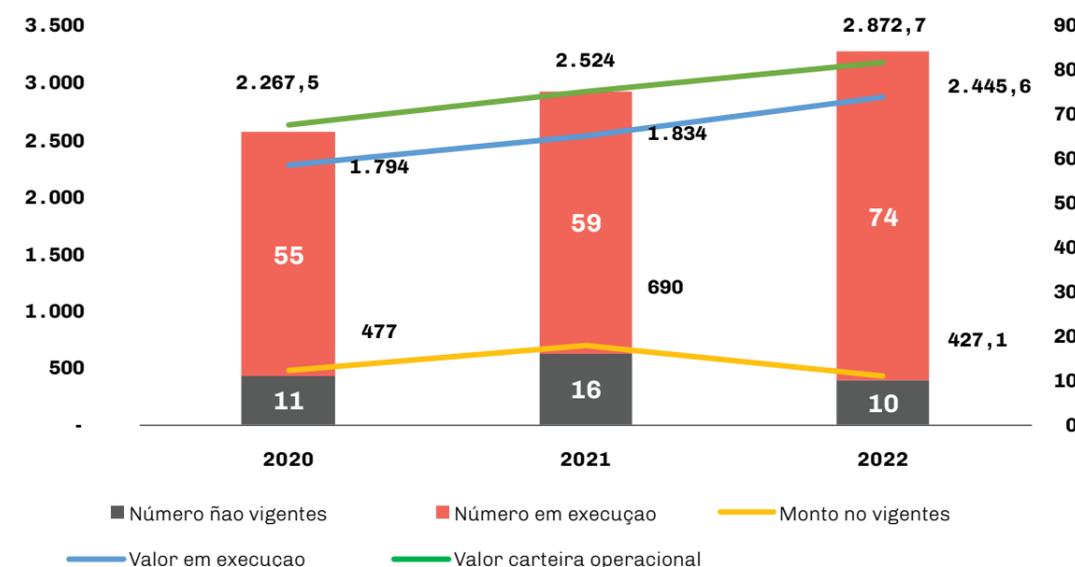


O valor médio individual dos empréstimos situa-se em USD 38 milhões, o que representa aumento de USD 13 milhões em relação a 2021.

Por sua vez, o número total de projetos da carteira, que consiste em financiamentos na fase de pagamento, financiamentos na fase de desembolso e financiamentos aprovados que não entraram na fase de desembolso, passou de 66 operações, em 2020, para 75, em 2021, chegando a 84, em 2022, incluindo dez operações não vigentes e antes de considerar 37 operações em etapa de amortização (2021 – 29 operações), para aumento de 9 operações, equivalente a 14% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA CARTEIRA

Em número de projetos



2.2.3 Carteira de crédito por país

O Banco busca alcançar distribuição equilibrada ao longo do tempo entre seus países membros, tanto no nível de aprovações quanto no valor acumulado dos empréstimos a receber.

A Tabela 5 mostra a participação relativa de cada país no saldo da carteira de crédito a receber no final de cada período entre 2020 e 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição por país da carteira está dentro dos limites prudenciais estabelecidos na política.

TABELA 5 SALDO DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER POR PAÍS

País	2020	2021	2022
Argentina	26%	27%	28%
Bolívia	27%	22%	22%
Brasil	11%	12%	12%
Paraguai	17%	21%	21%
Uruguai	19%	18%	17%
Total	100%	100%	100%

Apurado com base nos saldos a receber em empréstimos no final do exercício

2.2.4 Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados

Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de empréstimos aprovados e em fase de execução, incluindo as operações aprovadas em 2022 e ainda pendentes de assinatura de contrato ou ratificação parlamentar, totaliza USD 3,172 bilhões, representando aumento de 9% em relação aos USD 2,911 bilhões alcançados em 2021 (Tabela 4).

O crescimento observado de forma sustentada na carteira de créditos desde 2013 é reflexo do trabalho árduo realizado e do compromisso de apoiar os esforços dos países membros para aproximar o desenvolvimento das pessoas, realçando assim a relevância e o impacto do Banco como parceiro confiável para apoiar, promover e aprofundar o desenvolvimento e a integração regional.

A carteira de créditos a receber apresentou crescimento líquido de USD 241 milhões, equivalente a 16%, e resulta de desembolsos de USD 355 milhões, líquidos de amortizações de principal, de USD 114 milhões. O valor da carteira de créditos a receber, antes de deduzir o valor das comissões administrativas e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ascende a USD 1,761 milhão (Gráfico 6).

Esse crescimento líquido é 16% inferior ao alcançado em 2020. Essa redução em relação à curva de crescimento experimentada nos últimos dois exercícios é temporária, e é resultado de atrasos nos processos licitatórios e justificativa de desembolsos em projetos financiados, causados pela pandemia da COVID-19.

O saldo dos empréstimos a desembolsar em 2022 ascende a USD 984 milhões, o que representa redução equivalente a 40% em relação ao saldo a de-

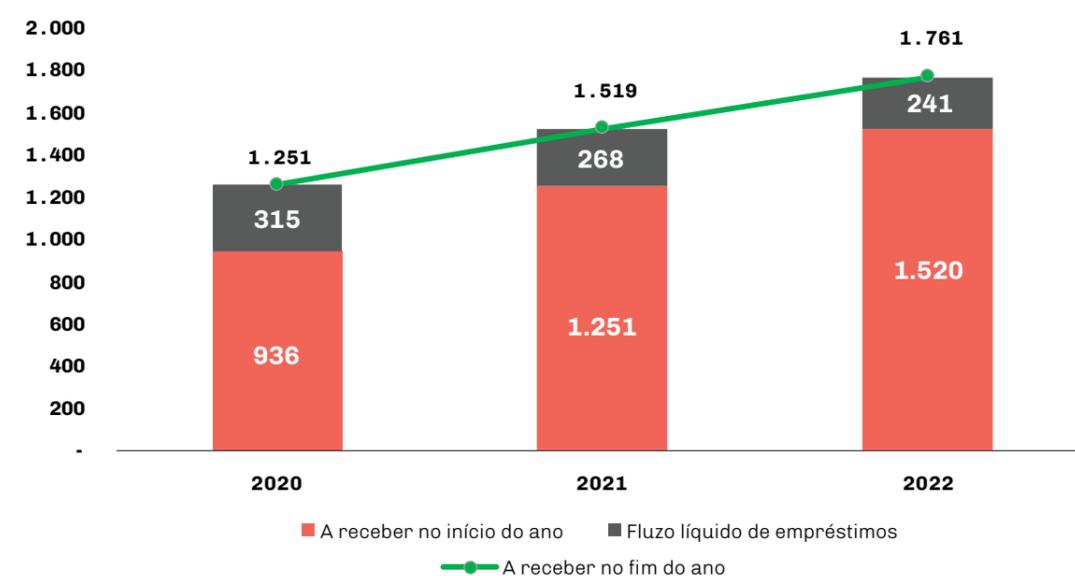
sempres de USD 701 milhões, em 2021. Esse aumento é resultado de demoras nos processos de licitação e execução, causados pela pandemia da COVID-19.

Por seu turno, o saldo dos empréstimos aprovados pendentes de assinatura ou ratificação parlamentar foi de USD 427,1 milhões, o que representa redução de USD 263 milhões, equivalente a 38% do saldo pendente de assinatura ou ratificação em 31 de dezembro de 2021, de USD 477 milhões. El saldo de préstamos por desembolsar, en 2022 asciende a 984 millones de dólares, que representa un incremento equivalente al 40%, comparado con el saldo por desembolsar de 701 millones de dólares en 2021. Este incremento es producto de demoras en los procesos de licitación y ejecución, resabio de la pandemia por COVID-19.

Por su parte, el saldo de préstamos aprobados pendientes de firma o ratificación parlamentaria fue de 427,1 millones de dólares, lo que representa una reducción de 263 millones de dólares, equivalente al 38% del saldo pendiente de firma o ratificación al 31 de diciembre de 2021, de 690 millones de dólares.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Em milhões de dólares estadunidenses



No que diz respeito à classificação setorial dos empréstimos (Tabela 6 e Gráfico 7), o setor de infraestrutura constitui o destino predominante dos financiamentos concedidos até o momento, principalmente no subsetor de transporte e logística, que representa 48% do total.

GRÁFICO 7 – DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SUBSETOR – ANO 2022

Em percentagens

Transporte e logística	48%
Habitação e Desenvolvimento Urbano	24%
Saúde e Educação	8%
Serviços Financeiros	5%
Água e Saneamento	5%
Energia	4%
Governabilidade	3%
Meio ambiente	2%
Produção	1%
Serviços Não Financeiros	3%

Se deslocarmos o foco para o financiamento de projetos com impacto em mais de um país e com ênfase no desenvolvimento em regiões fronteiriças, eles representam um terço do total de aprovações.

O exercício conjunto de programação de operações, iniciado em estreita coordenação com os países membros, determina o foco dos financiamentos concedidos (Tabela 6).

CUADRO 7 DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR

Em percentagens

Setor	2020	2021	2022
Infraestrutura	74%	75%	76%
Desenvolvimento Socioambiental	16%	13%	15%
Desenvolvimento econômico e produtivo	10%	12%	9%

2.3 Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos

2.3.1 Cumprimento dos objetivos estratégicos da Visão

A tabela a seguir contém resumo do cumprimento das metas alcançadas em 2022. Essas metas são consistentes com os objetivos e diretrizes contidos no PEI 2018–2022, visando a consolidação do FONPLATA como banco de desenvolvimento regional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
Garantir a relevância do FONPLATA como entidade de financiamento para a integração e o desenvolvimento regional.	<p>Aumentar continuamente a capacidade de empréstimo com condições financeiras convenientes.</p> <p>Em 17 de setembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou por unanimidade a atualização do PEI para o período 2022–2026, que foi apresentada pela Administração. Esta atualização contém três objetivos estratégicos para consolidar o FONPLATA como banco multilateral: confiável, proativo e adaptável, para responder com rapidez, eficácia e eficiência às necessidades de seus países membros.</p> <p>Juntamente com os três objetivos mencionados, o PEI contém dez linhas de ação que começaram a ser implementadas a partir da gestão de 2022.</p> <p>O PEI ratifica o compromisso dos países membros de considerar um aumento do capital autorizado que possibilite o processo de admissão de novos membros, bem como o fortalecimento do capital nos próximos anos.</p>
	<p>Aumentar o valor para os países, garantindo o fluxo positivo de recursos e otimizando o valor patrimonial.</p> <p>Trabalhando em estreita coordenação com os órgãos de ligação dos países membros, foram identificadas mais de 25 operações e aprovados financiamentos de USD 456 milhões, incluindo USD 30 milhões correspondentes a linhas de crédito com garantias não soberanas. Além disso, foram desembolsados USD 355 milhões. Esses números demonstram o compromisso de apoiar o processo de recuperação pós-pandemia, garantindo fluxos de fundos de empréstimos positivos para todos os países membros.</p> <p>No que diz respeito a assegurar os fluxos financeiros líquidos positivos, tem-se, por exemplo, que para cada dólar de capital integralizado em dinheiro foram aprovados, em média, financiamentos de USD 6,1 (de USD 8 para cada USD 1, no caso dos três países de menor participação no capital, e de USD 4,3 para cada USD 1, para os dois de maior participação acionária).</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
	<p>Sustentar e fortalecer a classificação de risco de crédito.</p> <p>Em 2022, tanto a Standard & Poor's como a Moody's ratificaram a classificação de risco de crédito concedida ao Banco, de "A" e "A2", respectivamente, com perspectiva estável.</p> <p>Em 2022, contrataram-se novos financiamentos no valor de USD 270 milhões, como resultado das gestões realizadas para materializar novos acordos com AFD, BID, CAF e KfW, o que demonstra o alto reconhecimento do FONPLATA como organismo multilateral de financiamento para o desenvolvimento e integração de seus membros.</p>
	<p>Propiciar a expansão da capacidade de empréstimo com a possível participação de outros países e órgãos de integração regional.</p> <p>A partir da aprovação do novo Convênio Constitutivo pela Assembleia de Governadores, além de considerar nova reposição, decidiu-se focar na adesão de novos parceiros para ampliar o capital.</p> <p>Nesse sentido, em abril de 2022, avançou-se significativamente na adesão da República da Colômbia como membro, por meio da assinatura do Convênio de Imunidades e Privilégios. O próximo passo deve consistir em reiniciar as gestões com as novas autoridades do governo para a adesão da Colômbia como membro do Banco, uma vez que se tenha formalizado a ratificação das reformas ao Convênio Constitutivo do Banco, aprovadas ao final de 2018.</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aumentar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento.

LINHA DE AÇÃO**Implementar novos produtos financeiros.**

Com base na aprovação da “Linha de Financiamento Verde” e da “Linha de Apoio à Reativação Econômica”, identificou-se e incorporou-se ao inventário 19 projetos, no valor de USD 746 milhões, em novas operações. Os projetos incluídos no inventário de projetos são aqueles que serão considerados para financiamento entre 2023 e 2024. Esses projetos contemplam os efeitos das mudanças climáticas e, em alguns casos, podem incorporar o uso de moeda local.

O PEI 2022–2026 prevê, entre outras ações inovadoras, a extensão do financiamento sem garantia soberana às sociedades de economia mista, ampliação do financiamento promovendo programas que contemplem o emprego com ênfase em mulheres e jovens e o financiamento de projetos que contribuam para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Em dezembro de 2022, o Banco desembolsou USD 10 milhões, do total de USD 29,5 milhões aprovados em 2021 para o financiamento sem garantia soberana para a Corporação Viária do Uruguai (CVU).

Expandir a oferta adequada de serviços não financeiros.

Como nos exercícios anteriores, e alavancando os recursos da cooperação técnica, serão realizados estudos e atividades de interesse nas áreas de integração regional e de apoio à busca de respostas adequadas para apoiar os países no enfrentamento dos desafios do financiamento da infraestrutura básica.

Esses estudos e atividades serão realizados com recursos de cooperação técnica, de modo que o efeito no orçamento de despesas administrativas seja representado pela utilização de pessoal e despesas operacionais incorridas no desenvolvimento dessas atividades.

Propiciar a descentralização eficiente de operações na sub-região.

Em 2022, o Banco reafirmou seu compromisso de levar o desenvolvimento para mais perto das pessoas, por meio da designação de 14 especialistas setoriais e seis analistas de operações, que representam 25% do quadro de pessoal do Banco, a seus escritórios de ligação em Assunção, Buenos Aires, Brasília e Montevideú.

OBJETIVO ESTRATÉGICO**LINHA DE AÇÃO****Assumir compromisso firme com a adaptação à mudança do clima e com o uso sustentável dos recursos naturais.**

Em setembro de 2022, o Banco aprovou o enquadramento para o desenvolvimento de projetos sustentáveis. Esse enquadramento foi validado pela “Sustainalytics” e está sendo incorporado a todos os projetos, a fim de promover o uso da “Linha de Financiamento Verde”, por meio da incorporação de componentes para mitigação da mudança climática e preservação do meio ambiente.

Além disso, no âmbito do financiamento de projetos com garantia soberana, continua-se a trabalhar em conjunto com outros bancos e agências multilaterais no financiamento de projetos sob a “Linha de Financiamento Verde”, em condições preferenciais para projetos que incluam melhorias das condições de vida, mudança climática, fontes de energia sustentáveis e melhorias ambientais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Adaptar a estrutura organizacional, mantendo a agilidade e o baixo custo das transações.

LINHA DE AÇÃO**Adequar a estrutura organizacional em vigor ao aumento das operações.**

Em 2022, e como resultado do processo de recuperação da pandemia de COVID-19 e do crescimento contínuo da carteira de empréstimos, encerrou-se o congelamento das vagas a fim de ocupar alguns postos de trabalho considerados necessários para alcançar os resultados e os objetivos estratégicos estabelecidos no PEI 2022–2026.

Ser reconhecida como entidade financeira moderna, inovadora, ágil, eficaz e eficiente.

Durante o ano de 2022, o Departamento de Desenvolvimento Estratégico continuou a produzir a análise da evolução da economia global e seu impacto nas economias dos países membros, divulgando as informações por meio do Monitor Econômico e do Relatório Semestral de Perspectivas, publicados no site do FONPLATA, bem como realizando seminários e apresentações internas.

O Banco continua avançando no processo de digitalização. Nesse sentido, concluiu-se o desenvolvimento do sistema e avaliação de projetos (SIP/TIP) e iniciou-se a etapa de carregamento das informações relativas às Matrizes de Resultados. Uma vez que o sistema esteja em produção, será iniciada a etapa piloto, em que se concedem permissões de acesso aos órgãos executores para o carregamento das informações na plataforma. Dessa maneira, será possível informar o grau de desenvolvimento da implementação dos projetos financiados, bem como os resultados das operações em execução.

No que diz respeito à administração dos empréstimos, a partir de 1º de dezembro de 2022, o Banco implementou com sucesso novo sistema de administração de empréstimos, na modalidade de “software como serviço”. Essa plataforma, operada e desenvolvida pelo SOPRA Banking Software, é o padrão utilizado pelos principais BMDs. A implementação dessa nova plataforma permite cumprir integralmente os requisitos da administração dos empréstimos sob a taxa SOFR composta, além de executar de forma imediata outras funcionalidades, como o Crédito de Financiamento Flexível (CFF) e garantias, sem incorrer em custos adicionais.

2.3.2 Consistência com a Missão

Consistente com seus objetivos estratégicos, desde 2013 e até hoje, o Banco tem focado suas ações na promoção de projetos que, por sua natureza, fomentam a integração geográfica e contribuem seja para a redução de custos ou para o aumento dos benefícios entre dois ou mais países membros.

Nestes financiamentos, a ênfase institucional é colocada na contribuição para diminuir as assimetrias originadas em fraquezas que têm impacto negativo na coordenação, logística, inclusão ou acesso às economias regional e global.

A Tabela 7, abaixo, mostra o número percentual de operações de financiamento e o valor agregado dos empréstimos com impacto em mais de um país membro, bem como aqueles que focalizam áreas de fronteira.

CUADRO 7 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS¹

INDICADOR		2017 - 2022 ²
Impacto esperado em mais de um país (%) ³	No de empréstimos aprovados em milhares de dólares	33% 42%
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%) ⁴	No de empréstimos aprovados em milhares de dólares	37% 42%

¹ Com base nas informações do desenho das operações

² Média ponderada

³ Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país membro/Total de empréstimos aprovados

⁴ Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças/Total de empréstimos aprovados

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 33% beneficiam mais de um país membro (42% em valor) e 37% beneficiam áreas geográficas fronteiriças da região (42% em valor).

O nicho estratégico focado pelo Banco corresponde a projetos de pequeno a médio porte que são complementares ao financiamento de outras instituições multilaterais ou regionais de desenvolvimento, priorizando projetos em áreas fronteiriças e com impacto em mais de um país membro, para promover o desenvolvimento regional e melhorar a inserção das economias regionais na economia global.

Com esse foco, o Banco procura complementar o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, agregando valor por meio de suas intervenções. A Tabela 8, abaixo, mostra, em percentuais, o número de empréstimos que agregam valor aos países membros complementando o cofinanciamento de outros OMDs (Organizações Multilaterais de Desenvolvimento), bem como seu valor, em relação ao total de empréstimos financiados pelo Banco, e seu valor agregado.

Assim como na Tabela 7, o número de empréstimos aprovados e seu valor agregado são apresentados abaixo em percentuais relativos para as operações de financiamento que contribuiriam para complementar os recursos fornecidos por outras OMDs.

TABELA 8 COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA

INDICADOR		2017-2022 ¹
Participação junto com outros OMDs	No de empréstimos aprovados Em milhares de dólares	44% 48%
Complementaridade com planos nacionais de investimento	No de empréstimos aprovados Em milhares de dólares	85% 89%
Ajuda para adiantar a decisão de investimento dos países	No de empréstimos aprovados Em milhares de dólares	30% 33%
Total de empréstimos aprovados	No de empréstimos aprovados Em milhares de dólares	73 USD 2.485

¹ Média ponderada

Em valores acumulados de aprovação de projetos de 2017 até hoje, a participação dos financiamentos concedidos pelo Banco em áreas beneficiadas pelo financiamento de outras organizações multilaterais de desenvolvimento atingiu 48%. Durante esse período, quase todas as operações das quais o Banco participou eram consideradas prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos países membros. Além disso, 33% do montante dos recursos aprovados nesse período corresponde a iniciativas que possibilitaram adiantar no tempo a decisão de investimento dos tomadores de recursos, acelerando a oportunidade da materialização dos benefícios a serem atingidos.

2.4 Eficiência operacional

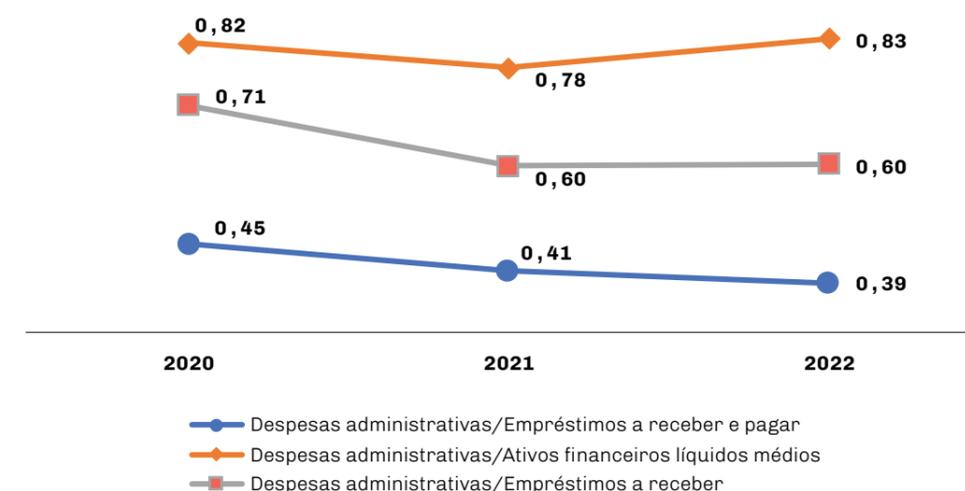
Antecipando as mudanças na economia global, indicativas de redução nas taxas de crescimento das principais economias do mundo, e os efeitos que isso traria para as economias de nossos países membros, em meados de 2019, a Administração revisou os pressupostos que serviram de base para formular suas projeções financeiras. Dessa forma, ajustou-se o orçamento para o período 2020–2022, assegurando assim o nível de competitividade e capacidade de resposta do Banco para adaptar-se às mudanças da economia global que repercutem no ritmo de crescimento das economias da região.

Com base na experiência acumulada ao longo de 2020, e na evolução dos mercados de capitais e tendências nas principais economias mundiais, o Documento de Programas e Orçamento (DPP) para o período 2021–2023 antecipou o efeito da redução das receitas de empréstimos decorrentes da redução gradual da taxa de juros de referência para empréstimos e, dessa forma, ajustou a sua estrutura de despesas administrativas para tentar gerar economias que ajudassem a amortecer essa redução, sem afetar a produtividade nem o custo das transações da entidade.

Nesse sentido, as medidas adotadas pela Administração, além de alcançar economia no custo transacional entre 2020 e 2022, com base na produtividade do pessoal, reafirma seu compromisso de operar com o menor custo transacional possível sem afetar sua agilidade e capacidade de resposta.

Como se destacou acima, em 2022, a carteira de empréstimos cresceu 16%.

GRÁFICO 8 – EFICIENCIA OPERACIONAL



Como pode ser visualizado no Gráfico 8, acima, a eficiência operacional é medida relacionando as despesas administrativas incorridas no ano com:

1. Empréstimos a receber
2. Empréstimos a receber e ativos líquidos de endividamento
3. Empréstimos a receber e saldos a desembolsar

Dessa forma, a Administração calcula o custo relativo da transação para medir o grau de eficiência na gestão.

Conforme demonstrado no gráfico, as despesas administrativas, em comparação com os ativos de empréstimos a receber e a pagar, continuou a melhorar em benefício direto do custo de financiamento dos países membros com o Banco.

Outro indicador relevante é o coeficiente que relaciona as receitas de ativos financeiros com as despesas de endividamento e despesas não financeiras. Dessa perspectiva, o Banco encontra-se confortavelmente situado numa relação de 7,3 para 1, o que lhe confere posição de conforto financeiro para fazer face a contingências, mantendo a tranquilidade no mercado de capitais (2021 – 2,4 para 1).

2.5 Solidez do perfil financeiro e patrimonial

Como corolário dos resultados alcançados, as duas agências de classificação de risco de crédito que avaliam o Banco, Standard & Poor's e Moody's, mantiveram suas classificações de "A" e "A2", respectivamente, com perspectiva estável.

Essas classificações no contexto econômico atual confirmam objetivamente o trabalho que vem sendo feito a partir da implementação do novo modelo de gestão, aprovado pela Assembleia de Governadores em 2010.

O Banco possui perfil financeiro e de negócios robusto, e gestão prudente e proativa que implementou processo de planejamento estratégico e gestão por resultados, que conquistou a confiança de sua governança, bem como de financiadores e mercados de capitais. Esses são os principais fatores que sustentam a classificação de risco de crédito como emissor por parte da Standard & Poor's e da Moody's.

O Banco conta com governança robusta, que demonstrou seu apoio à gestão de forma contínua e está comprometida em assegurar que o Banco esteja nas melhores condições para apoiar o desenvolvimento e a integração de seus países membros.

O Banco possui processos de controle eficazes e eficientes, continuando a modernizar sua infraestrutura de sistemas de informação e comunicação, garantindo qualidade, validade, integridade e pontualidade em todos os seus processos financeiros e informações. Isso permitiu obter opiniões limpas em suas demonstrações financeiras anuais de forma contínua desde 2012 de empresas reconhecidas internacionalmente de auditores independentes. As Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas pela Ernst & Young, que emitiu seu relatório sem ratings, em 28 de fevereiro de 2023.

2.6 Financiamento dos empréstimos – Liquidez e endividamento

Esta subseção inclui informações relevantes a respeito da administração do endividamento de longo prazo, bem como da liquidez e dos riscos que atingem sua gestão. Como explicado na seção 1 – “Modelo de Negócio”, e com base na composição de seu capital, parte dos desembolsos do financiamento concedido deve ser financiada com recursos de terceiros.

Da mesma forma que a capacidade de empréstimo, a capacidade máxima de endividamento é determinada multiplicando por dois o total do patrimônio líquido mais os ativos líquidos de investimento. O Gráfico 9, abaixo, mostra a evolução da capacidade máxima de endividamento, utilizada e disponível para o período 2020–2022.

Em outubro de 2021, a Diretoria Executiva aumentou o limite da dívida de USD 1,3 bilhão para USD 2,5 bilhões, para cobrir as necessidades de financiamento projetadas até 2024.

2.6.1 Empréstimos e alavancagem

Desde 2015, o FONPLATA estabelece alianças estratégicas com outros organismos internacionais multilaterais e bilaterais de cooperação para abrir diversas linhas de crédito e, em março de 2019, conseguiu acessar diretamente o mercado de capitais, com base em sua excelente classificação de risco de crédito, alcançada em 2016.

Como se indica na nota 8.5 – “Endividamento”, das demonstrações financeiras, em 2022, o Banco contratou novos empréstimos no valor de USD 270 milhões, numa combinação de dívidas denominadas em dólares estadunidenses, no valor de USD 200 milhões, e em euros, no valor de EUR 67 milhões. Além disso, renovou também um certificado de depósito do banco central de um país membro, no valor de USD 80 milhões.

De maneira consistente com sua política de administração dos ativos e passivos financeiros, o montante captado em moedas diferentes do dólar estadunidense e em taxas diferentes da SOFR composta é objeto de operações de hedge para alinhar os passivos financeiros com o dólar estadunidense e a referida taxa de juros.

Essa política neutraliza a exposição desses passivos a mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, mitigando o impacto potencial nos fluxos de caixa e nos resultados.

Como se indica nas Notas 4.10 e 8.5 (ii), essas operações de cobertura (hedge) estão classificadas em 31 de dezembro de 2022 como coberturas a valor

justo. A adoção desse critério, que é consistente com a Norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS) 9, implica o reconhecimento da dívida original e das operações de cobertura a receber e a pagar por seu valor justo. O valor líquido dessas diferenças é registrado no resultado do exercício. Consequentemente, o efeito líquido resultante da adoção desse critério, em 2022, foi a reclassificação de uma perda não realizada, registrada em outros resultados abrangentes em 2021, de USD 3,6 milhões, por meio de “Outras receitas” no resultado do exercício, e registro de ganhos não realizados, no valor de USD 9,9 milhões, com efeito líquido refletido em “Outras receitas”, de USD 6,4 milhões, e crescimento do patrimônio líquido de USD 9,9 milhões.

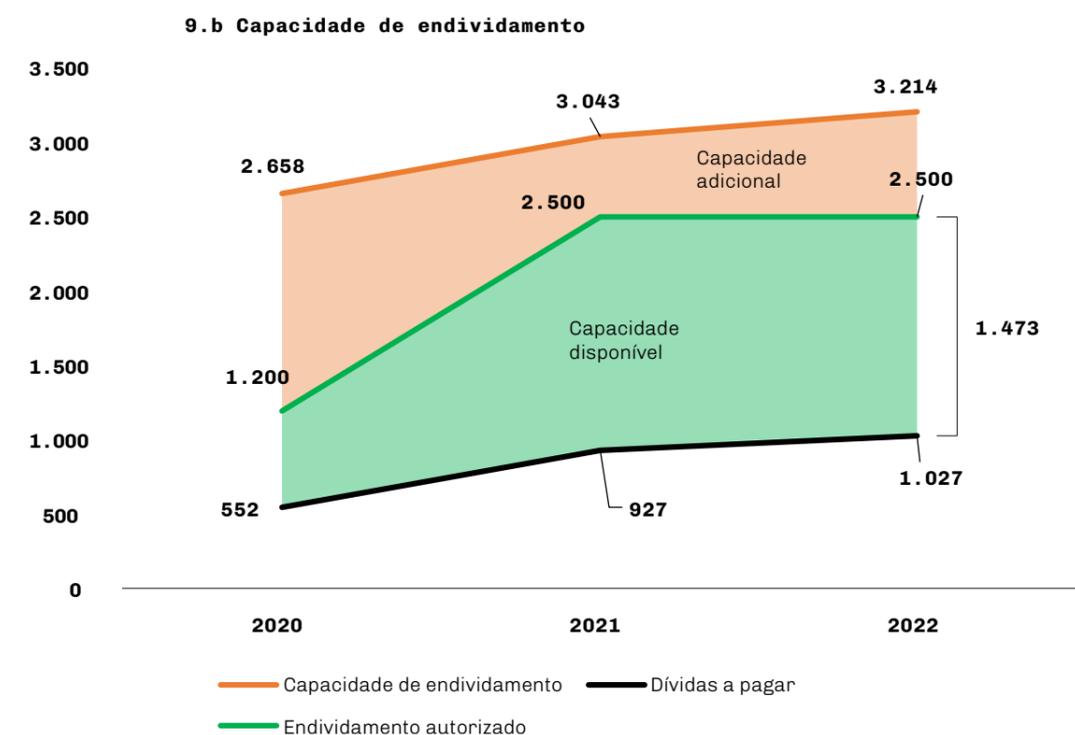
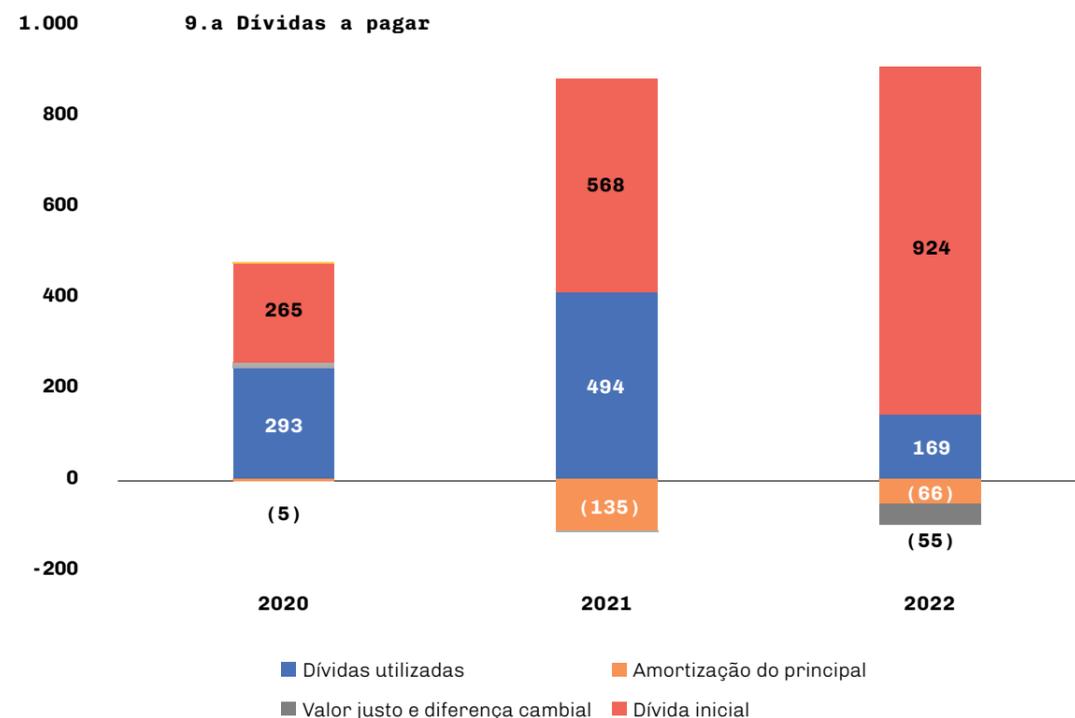
Além disso, em 2022, o Banco registrou despesas nas linhas de crédito e empréstimos no valor de USD 169 milhões e pagou amortizações de principal no valor de USD 66 milhões, para um aumento líquido no saldo dos empréstimos contraídos de USD 103 milhões.

O valor total das dívidas contraídas em 31 de dezembro de 2022, incluindo os custos de captação não amortizados, chega a USD 1,027 bilhão, antes do ajuste a valor justo e diferidos (2021 – USD 927 milhões).

O perfil de vencimento das dívidas contratadas abrange vencimentos entre 2023 e 2042, o que deixa capacidade de endividamento disponível de USD 1,473 bilhões em relação ao valor máximo de endividamento autorizado pela Diretoria Executiva em 2021 (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 – CAPACIDADE DE ENDEUDAMIENTO Y ENDEUDAMIENTOS POR PAGAR

En millones de dólares estadounidenses



2.6.2 Liquidez

O principal objetivo dos investimentos é garantir nível suficiente de liquidez para atender os desembolsos de empréstimos atuais, o serviço e a amortização da dívida contratada e seus custos operacionais estimados, para período de 12 meses a partir do final do exercício.

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,7 e 1,5 ano, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a liquidez era de USD 557 milhões, dos quais USD 218 milhões correspondiam a caixa e equivalentes de caixa, e USD 339 milhões, a carteiras de investimentos disponíveis para a venda. O valor de caixa e equivalentes de caixa inclui títulos disponíveis para venda, no valor de USD 14 milhões, e certificados de depósito a prazo fixo, classificados originalmente no portfólio de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 170 milhões, e aqui registrados em caixa e equivalentes de caixa por terem sido adquiridos com prazo de vencimento original de até 90 dias desde a data da compra.

O total de ativos líquidos em 31 de dezembro de 2022 equivale a 42% dos ativos financeiros líquidos do patrimônio (2021 – 52% e 53%, respectivamente). Esses índices e cobertura de liquidez são consistentes com a política de liquidez do Banco, para responder à maior demanda por desembolsos em empréstimos contratados pelos países membros.

Com relação à gestão de investimentos e com base em sua política prudential de gerenciamento de ativos e passivos financeiros, são estabelecidos limites de risco rigorosamente observados, garantindo que o risco médio da carteira de investimentos não seja menor que AA-.

A Tabela 9, a seguir, apresenta o desempenho em relação aos limites vigentes, estabelecidos na política e regulamento de investimentos, que foram cumpridos sem desvios em 2022 e 2021.

TABELA 9 GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

LIMITES	2021	2022
Por tipo de ativo		
Soberano, inclui agências quase e subsoberanas	62%	53%
Organizações Multilaterais de Desenvolvimento	25%	29%
Setor financeiro privado ¹	13%	18%
Por emissor		
Soberano, inclui agências quase e subsoberanas ²	6%	14%
Organizações Multilaterais de Desenvolvimento	8%	9%
Setor financeiro privado ³	1%	12%
Por Classificação		
Média de classificação da carteira	AA	AA+
Classificação mínima de investimento	BBB	BBB
Máximo de investimentos com BBB	0,4%	0,5%
Por prazo		
Liquidez mínima	USD 620,7 milhões	USD 536,3 milhões
Investimentos com vencimento máximo	4 anos	3,3 anos
Duração máxima modificada	0,7 anos	0,40 anos

(1) 31/12/2022: Inclui saldos à vista.

(2) e (3) De acordo com Memo No. GF/MEM-02/22 de 31 de outubro de 2022, no dia 9 de novembro de 2022, os membros do ALCO (Comitê de Ativos e Passivos) aprovaram ampliar temporariamente o limite máximo de investimento em Soberanos de 10% para 20% do portfólio, exclusivamente para os títulos do Tesouro dos EUA ("US Treasury"), além de ampliar temporariamente o limite de investimento em bancos de 5% para 15%, exclusivamente para bancos que tenham classificação de risco AAA concedida por pelo menos duas agências classificadoras de risco. Essa alteração está em vigor até 9 de maio de 2023.

2.7 Eficácia institucional

Entre 2013 e 2021, a Instituição atingiu e cumpriu em todos os aspectos relevantes os compromissos estratégicos previstos no PEI 2018–2022. Como corolário dos objetivos alcançados, e considerando como base o ano de 2012, a capacidade de empréstimo média anual aumentou mais de 11 vezes, e a carteira de empréstimos aumentou mais de 6 vezes, em ritmo superior à média anual de 20%. O capital autorizado aumentou mais de 6 vezes, de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões, e obtiveram-se notas de classificação de risco A e A2, com perspectiva estável, de duas das agências internacionais de classificação de risco de mais prestígio.

Os avanços na especialização funcional possibilitaram a transformação efetiva do FONPLATA, inicialmente concebido como fundo para apoiar a integração regional, em banco multilateral para o desenvolvimento e a integração de seus países membros.

Assim, a instituição iniciou, a partir da aprovação das reformas em seu Convênio Constitutivo ao final de 2018, seu papel de Banco de Desenvolvimento Multilateral, especializado no financiamento de projetos de infraestrutura sustentá-

veis voltados para o fortalecimento da integração regional em seus três sentidos: físico, socioeconômico e de preservação das condições de vida das futuras gerações. Todo um leque de projetos teve impacto em várias regiões geográficas dos países membros, privilegiando as intervenções em áreas de fronteira.

As ações do Banco promoveram aproximação com os países. Isso torna-se viável na rápida capacidade de resposta e nos menores custos das transações. A instituição configurou sua estrutura organizacional promovendo a profissionalização na gestão de seus recursos financeiros e de seu capital humano. O perfil adotado caracteriza-se pela gestão prudencial baseada em resultados e pela administração proativa dos riscos, assegurando adequado cumprimento de suas políticas e dos limites de risco estabelecidos.

A criação de valor para os países baseia-se em assegurar fluxos financeiros líquidos positivos para todos os países nas menores taxas de juros possíveis.

2.8 Gestão de riscos e compliance

Com base no trabalho desenvolvido em 2021, quando foram avaliados os principais riscos da operação, incluindo o risco de cumprimento da prevenção da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, em 2022, confirmou-se que este permanece baixo. O Banco monitora rotineiramente as transações de pagamentos diretos efetuados a pedido dos executores de acordo com os procedimentos estabelecidos em seu Manual de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

2.9 Contribuição para o crescimento da sub-região

Entre los indicadores relevantes utilizados por el Banco para medir su contribución al crecimiento del volumen de préstamos aprobados es uno de los indicadores relevantes utilizados por el Banco para medir su contribución al desarrollo e integración regional e global de sus países miembros. En 2022, el monto de préstamos aprobados creció un 16% en relación al año anterior, equivalente a más de 9 veces el volumen acumulado hasta 2012.

A taxa de alavancagem dos recursos mobilizados tem subido progressivamente, atingindo 2,2 vezes por dólar de financiamento aprovado em 2022 (Tabela 10). Essa alavancagem possibilitou, em 2022, fluxos de empréstimos líquidos positivos para todos os países, que em valor agregado equivalem a 2,1 vezes o montante de amortizações de principais, juros e comissões.

Os fluxos líquidos de capital e as transferências líquidas aos países têm sido positivos e crescentes nos últimos anos.

TABELA 10 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Em milhões de dólares estadunidenses

INDICADOR	2020	2012	2022
Variação anual carteira de empréstimos	33,6%	21,4%	15,8%
Coefficiente de mobilização direta de recursos ¹	2,1	2,1	2,1
Fluxo líquido de capital para os países ²	USD 315	USD 268	USD 241
Transferências líquidas para os países ³	USD 270,5	USD 227	USD 184
Financiamento para países de menor desenvolvimento relativo/Total de aprovações ⁴	44%	44%	66%
Financiamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo ⁵	33%	33%	12%

¹ Recursos totais mobilizados sobre recursos fornecidos pelo Banco² Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal³ Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal e cobranças de juros e comissões⁴ Desde a aprovação da "Linha de Financiamento Verde" e da "Linha de Apoio à Recuperação Econômica", todos os financiamentos que possuem esses componentes qualificam-se para o FOCOM/número de projetos beneficiados.⁵ Montante de empréstimos financiados pelo FOCOM/Montante total de empréstimos aprovados

ANEXO I

Información Histórica de las Operaciones Aprobadas



INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS	CÓDIGO	APROVADO	COMPROMETIDO	CANCELADO	PAGO	A PAGAR	AMORTIZADO	A RECEBER	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
ARGENTINA	ARG-02/83	7.100.000	7.100.000	0	7.100.000	0	7.100.000	0	0
	ARG-03/83	9.200.000	9.200.000	61.130,72	9.138.869,28	0	9.138.869,28	0	0
	ARG-04/93	1.462.438	1.462.438	25.303,72	1.437.134,28	0	1.437.134,28	0	0
	ARG-05/94	2.244.211	0	2.244.211	0	0	0	0	0
	ARG-06/94	34.836.132	34.836.132	529.003,26	34.307.128,74	0	34.307.128,74	0	0
	ARG-07/94	22.477.306	22.477.306	516.898	21.960.408	0	21.960.408	0	0
	ARG-08/94	8.000.000	8.000.000	0	8.000.000	0	8.000.000	0	0
	ARG-09/96	3.238.200	3.238.200	2.881.119,73	357.080,27	0	357.080,27	0	0
	ARG-10/96	4.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	4.000.000	0	0
	ARG-11/99	1.500.000	0	1.500.000	0	0	0	0	0
	ARG-12/02	900.000	900.000	121.638,71	778.361,29	0	778.361,29	0	0
	ARG-12/2002	25.000.000	25.000.000	25.000.000	0	0	0	0	0
	ARG-13/03	51.000.000	51.000.000	0	51.000.000	0	51.000.000	0	0
	ARG-14/04	22.485.000	22.485.000	35,63	22.484.964,37	0	22.484.964,37	0	0
	ARG-15/2004	27.650.000	0	27.650.000	0	0	0	0	0
	ARG-16/2006	450.000	450.000	44.407,38	405.592,62	0	405.592,62	0	0
	ARG-17/2006	47.200.000	47.200.000	0	47.200.000	0	23.170.302,10	24.029.697,90	24.029.697,90
	ARG-18/2006	4.500.000	4.500.000	580.457,88	3.919.542,12	0	3.919.542,12	0	0
	ARG-19/2013	25.000.000	25.000.000	1.410.347,90	23.589.652,10	0	10.883.334,78	12.706.317,32	12.706.317,32
	ARG-20/2014	9.953.383	9.953.383	7.767.380,47	2.186.002,53	0	760.348,72	1.425.653,81	1.425.653,81
	ARG-21/2014	28.170.000	28.170.000	5.845.004,25	22.324.995,75	0	8.205.223,57	14.119.772,18	14.119.772,18
	ARG-22/2014	18.400.000	18.400.000	1.686.875,23	16.713.124,77	0	6.274.084,11	10.439.040,66	10.439.040,66
	ARG-23/2015	35.000.000	35.000.000	0	25.160.219	9.839.781	3.187.925,84	21.972.293,16	31.812.074,16
	ARG-24/2015	35.000.000	35.000.000	20.489.807,53	14.510.192,47	0	3.516.514,78	10.993.677,69	10.993.677,69
	ARG-25/2016	12.000.000	12.000.000	3.998.999,56	8.001.000,44	0	2.343.716,87	5.657.283,57	5.657.283,57
	ARG-26/2016	7.500.000	7.500.000	358.329,53	7.141.670,47	0	4.062.521,88	3.079.148,79	3.079.148,79
	ARG-27/2016	20.000.000	20.000.000	0	19.999.999,96	04	9.886.741,16	10.113.258,80	10.113.258,84
	ARG-28/2016I	20.000.000	20.000.000	0	18.152.498,23	1.847.501,77	2.224.804,18	15.927.6945	17.775.195,82
	ARG-29/2016I	20.000.000	20.000.000	0	1.145.111,11	18.854.888,89	318.086,41	827.024,70	19.681.913,59
	ARG-30/2016	10.000.000	10.000.000	9.917.789,67	82.210,33	0	41.105,15	41.105,18	41.105,18
	ARG-31/2016I	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000
	ARG-31/2016II	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	11.111.111,10	8.888.888,90	8.888.888,90
	ARG-32/2016	33.000.000	33.000.000	33.000.000	0	0	0	0	0
	ARG-33/2017	5.000.000	5.000.000	1.778.589,63	3.221.410,37	0	3.221.410,37	0	0
	ARG-34/2017	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	0	0	0	0
	ARG-35/2017	22.200.000	22.200.000	0	8.649.784	13.550.216	313.358,91	8.336.4259	21.886.6419
	ARG-36/2017	40.000.000	40.000.000	0	33.679.964,63	6.320.035,37	0	33.679.964,63	40.000.000
	ARG-37/2018	7.000.000	7.000.000	0	7.000.000	0	679.397,78	6.320.602,22	6.320.602,22
	ARG-38/2018	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	2.935.039,23	47.064.960,77	47.064.960,77
	ARG-39/2018	37.214.064	37.214.064	0	26.540.905,89	10.673.158,11	0	26.540.905,89	37.214.064
	ARG-40/2018	10.849.706	10.849.706	0	10.849.706	0	0	10.849.706	10.849.706
	ARG-41/2019	30.000.000	30.000.000	0	8.646.678,49	21.353.321,51	0	8.646.678,49	30.000.000
	ARG-42/2019I	50.000.000	50.000.000	0	25.684.201,56	24.315.798,44	431.3686	25.252.833,50	49.568.631,94
	ARG-42/2019II	70.000.000	70.000.000	0	3.500.000	66.500.000	0	3.500.000	70.000.000
	ARG-43/2019I	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	0	25.000.000	25.000.000
	ARG-43/2019II	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	0	25.000.000	25.000.000
	ARG-44/2019I	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	0	25.000.000	25.000.000
	ARG-44/2019II	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	0	25.000.000	25.000.000
	ARG-45/2019	20.000.000	0	20.000.000	0	0	0	0	0
	ARG-46/2020	12.000.000	12.000.000	0	12.000.000	0	0	12.000.000	12.000.000
	ARG-47/2020	30.000.000	30.000.000	0	18.000.000	12.000.000	0	18.000.000	30.000.000
	ARG-48/2020I	20.000.000	20.000.000	0	18.267.733,43	1.732.266,57	0	18.267.733,43	20.000.000
	ARG-48/2020II	20.000.000	20.000.000	0	0	20.000.000	0	0	20.000.000
	ARG-49/2020	20.000.000	20.000.000	0	2.000.000	18.000.000	0	2.000.000	20.000.000
	ARG-50/2020	15.000.000	15.000.000	0	5.329.797,74	9.670.202,26	0	5.329.797,74	15.000.000
	ARG-51/2021	28.000.000	28.000.000	0	4.954.000	23.046.000	0	4.954.000	28.000.000
	ARG-52/2021	5.000.000	5.000.000	0	194.000	4.806.000	0	194.000	5.000.000
	ARG-53/2021	18.000.000	18.000.000	0	1.899.000	16.101.000	0	1.899.000	18.000.000
	ARG-54/2021	5.000.000	5.000.000	0	500.000	4.500.000	0	500.000	5.000.000
	ARG-55/2021	13.300.000	13.300.000	0	1.403.150	11.896.850	0	1.403.150	13.300.000
	ARG-56/2021	15.000.000	15.000.000	0	1.567.500	13.432.500	0	1.567.500	15.000.000
	ARG-57/2021	12.000.000	12.000.000	0	1.266.000	10.734.000	0	1.266.000	12.000.000
	ARG-58/2021	25.000.000	25.000.000	0	2.667.500	22.332.500	0	2.667.500	25.000.000
	ARG-59/2022	43.600.000	0	0	0	0	0	0	0
	ARG-60/2022	33.400.000	0	0	0	0	0	0	0
	ARG-61/2022	10.000.000	0	0	0	0	0	0	0
		1.359.830.440	1.221.436.229	172.407.329,80	758.917.090,24	341.506.019,96	268.455.475,77	490.461.614,47	831.967.634,43

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS	CÓDIGO	APROVADO	COMPROMETIDO	CANCELADO	PAGO	A PAGAR	AMORTIZADO	A RECEBER	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
BOLÍVIA	BOL-01/79	585.000	585.000	0	585.000	0	585.000	0	0
	BOL-02/80	423.000	423.000	0	423.000	0	423.000	0	0
	BOL-03/81	234.000	234.000	0	234.000	0	234.000	0	0
	BOL-04/81	7.000.000	7.000.000	64.739,20	6.935.260,80	0	6.935.260,80	0	0
	BOL-05/82	7.500.000	7.500.000	405.324,45	7.094.675,55	0	7.094.675,55	0	0
	BOL-06/83	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	1.000.000	0	0
	BOL-07/86	720.000	720.000	9.252	710.748	0	710.748	0	0
	BOL-08/85	19.500.000	19.500.000	156.243,15	19.343.756,85	0	19.343.756,85	0	0
	BOL-09/89	8.280.000	8.280.000	0	8.280.000	0	8.280.000	0	0
	BOL-10/89	13.877.500	13.877.500	73.632,67	13.803.867,33	0	13.803.867,33	0	0
	BOL-11/89	8.800.000	8.800.000	506.660	8.293.340	0	8.293.340	0	0
	BOL-12/90	13.700.000	13.700.000	2.255,74	13.697.744,26	0	13.697.744,26	0	0
	BOL-13/90	4.500.000	4.500.000	0,11	4.499.999,89	0	4.499.999,89	0	0
	BOL-14/92	2.087.000	2.087.000	165.140,86	1.921.859,14	0	1.921.859,14	0	0
	BOL-15/92	10.000.000	10.000.000	3.529,97	9.996.4703	0	9.996.4703	0	0
	BOL-16/94	728.209	728.209	104.4363	623.772,97	0	623.772,97	0	0
	BOL-17/94	18.220.499	18.220.499	307.060,69	17.913.438,31	0	17.913.438,31	0	0
	BOL-18/2004	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	40.000.000	0	0
	BOL-19/2011	63.450.000	63.450.000	0	63.450.000	0	26.267.1508	37.182.849,92	37.182.849,92
	BOL-20/2013	35.000.000	35.000.000	0	35.000.000	0	16.038.334,57	18.961.665,43	18.961.665,43
	BOL-21/2014	34.753.571	34.753.571	457.6984	34.295.872,96	0	13.427.308,75	20.868.564,21	20.868.564,21
	BOL-22/2014	20.531.123	20.531.123	3.189.670,34	17.361.452,66	0	6.536.187,98	10.825.264,68	10.825.264,68
	BOL-23/2014	26.000.000	26.000.000	0	26.000.000	0	10.805.484,45	15.194.515,55	15.194.515,55
	BOL-24/2014	13.400.000	13.400.000	29.566,77	13.370.433,23	0	5.016.552,33	8.353.880,90	8.353.880,90
	BOL-25/2015	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	4.101.360,36	898.639,64	898.639,64
	BOL-26/2015	50.000.000	50.000.000	0	38.575.322,18	11.424.677,82	6.468.342,92	32.106.979,26	43.531.6578
	BOL-27/2016	50.000.000	50.000.000	0	21.033.083,58	28.966.916,42	2.868.147,75	18.164.935,83	47.131.852,25
	BOL-28/2016	10.000.000	10.000.000	1.148.982,59	8.851.017,41	0	2.517.057,30	6.333.960,11	6.333.960,11
	BOL-29/2017	10.000.000	10.000.000	630.000	9.370.000	0	1.561.666,68	7.808.333,32	7.808.333,32
	BOL-30/2017	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	3.636.363,64	36.363.636,36	36.363.636,36
	BOL-32/2018I	65.000.000							

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS	CÓDIGO	APROVADO	COMPROMETIDO	CANCELADO	PAGO	A PAGAR	AMORTIZADO	A RECEBER	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
BRASIL	BR-01/94	20.000.000	20.000.000	594.089,21	19.405.910,79	0	19.405.910,79	0	0
	BR-02/95	1.143.000	1.143.000	97.816,48	1.045.183,52	0	1.045.183,52	0	0
	BR-03/95	2.600.000	2.600.000	0	2.600.000	0	2.600.000	0	0
	BR-04/97	13.400.000	13.400.000	9.989,63	13.390.010,37	0	13.390.010,37	0	0
	BR-05/2001	24.000.000	24.000.000	0	24.000.000	0	24.000.000	0	0
	BR-06/2002	6.148.348	6.148.348	0	6.148.348	0	6.148.348	0	0
	BR-07/2003	27.500.000	27.500.000	0	27.500.000	0	27.500.000	0	0
	BR-08/2004	22.400.000	22.400.000	88.736	22.311.264	0	20.065.137,60	2.246.126,40	2.246.126,40
	BR-09/2005	28.000.000	28.000.000	0	28.000.000	0	21.466.666,71	6.533.333,29	6.533.333,29
	BR-10/2006	11.800.000	11.800.000	65.644,16	11.734.355,84	0	8.082.316,54	3.652.039,30	3.652.039,30
	BR-11/2006	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	10.000.000	0	0
	BR-12/2007	17.061.000	17.061.000	0	17.061.000	0	12.107.806,48	4.953.193,52	4.953.193,52
	BR-13/2007	14.750.000	14.750.000	3.321,79	14.746.678,23	-02	9.337.4974	5.409.181,19	5.409.181,17
	BR-14/2008	19.250.000	0	19.250.000	0	0	0	0	0
	BR-15/2008	8.910.000	8.910.000	0	8.910.000	0	5.223.103,46	3.686.896,54	3.686.896,54
	BRA-16/2014	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	2.599.4216	37.400.578,94	37.400.578,94
	BRA-17/2017	17.250.000	17.250.000	0	14.837.455,38	2.412.544,62	0	14.837.455,38	17.250.000
	BRA-18/2017	40.000.000	40.000.000	0	5.054.963,75	34.945.036,25	0	5.054.963,75	40.000.000
	BRA-19/2017	34.700.000	0	34.700.000	0	0	0	0	0
	BRA-20/2017	50.000.000	0	50.000.000	0	0	0	0	0
	BRA-21/2018	62.500.000	62.500.000	0	37.168.125,47	25.331.874,53	0	37.168.125,47	62.500.000
	BRA-22/2019	27.600.000	27.600.000	0	17.845.600	9.754.400	0	17.845.600	27.600.000
	BRA-23/2019	25.000.000	25.000.000	0	12.937.325,97	12.062.6743	0	12.937.325,97	25.000.000
	BRA-24/2019	15.997.360	0	15.997.360	0	0	0	0	0
	BRA-25/2020	34.000.000	34.000.000	0	27.266.921,12	6.733.078,88	0	27.266.921,12	34.000.000
	BRA-26/2020	32.000.000	32.000.000	4.500.000	0	27.500.000	0	0	27.500.000
	BRA-27/2020	46.880.000	0	46.880.000	0	0	0	0	0
	BRA-28/2021	16.000.000	16.000.000	0	0	16.000.000	0	0	16.000.000
	BRA-29/2021	30.000.000	30.000.000	0	0	30.000.000	0	0	30.000.000
	BRA-30/2021	11.130.000	0	0	0	0	0	0	0
	BRA-31/2021	25.000.000	25.000.000	0	0	25.000.000	0	0	25.000.000
	BRA-32/2021	50.000.000	50.000.000	0	0	50.000.000	0	0	50.000.000
	BRA-33/2022	40.000.000	40.000.000	0	0	40.000.000	0	0	40.000.000
	BRA-34/2022	22.000.000	0	0	0	0	0	0	0
	BRA-35/2022	30.000.000	0	0	0	0	0	0	0
	BRA-36/2022	42.000.000	0	0	0	0	0	0	0
	BRA-37/2022	60.000.000	0	0	0	0	0	0	0
		979.019.708	647.062.348	172.186.957,27	361.963.142,44	279.739.608,29	182.971.401,57	178.991.740,87	458.731.349,16

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS	CÓDIGO	APROVADO	COMPROMETIDO	CANCELADO	PAGO	A PAGAR	AMORTIZADO	A RECEBER	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
PARAGUAI	PAR-02/79	3.000.000	3.000.000	2.182.1485	817.851,95	0	817.851,95	0	0
	PAR-03/78	675.000	675.000	33,78	674.966,22	0	674.966,22	0	0
	PAR-04/81	4.000.000	4.000.000	1.203.595,80	2.796.404,20	0	2.796.404,20	0	0
	PAR-05/84	8.400.000	8.400.000	1.750.3785	6.649.621,95	0	6.649.621,95	0	0
	PAR-06/84	15.000.000	15.000.000	2.491.069,43	12.508.930,57	0	12.508.930,57	0	0
	PAR-07/85	2.300.000	0	2.300.000	0	0	0	0	0
	PAR-08/86	20.300.000	20.300.000	28.557,79	20.271.442,21	0	20.271.442,21	0	0
	PAR-09/90	230.000	0	230.000	0	0	0	0	0
	PAR-10/92	7.000.000	7.000.000	6.167.856,81	832.143,19	0	832.143,19	0	0
	PAR-11/93	3.800.000	3.800.000	3.128,71	3.796.871,29	0	3.796.871,29	0	0
	PAR-12/93	20.000.000	20.000.000	2.287.264,51	17.712.735,49	0	17.712.735,49	0	0
	PAR-13/93	34.580.300	34.580.300	261.126,86	34.319.173,14	0	34.319.173,14	0	0
	PAR-14/94	1.547.573	1.547.573	10.143,43	1.537.429,57	0	1.537.429,57	0	0
	PAR-15/94	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	10.000.000	0	0
	PAR-16/2001	500.000	500.000	220.000	280.000	0	280.000	0	0
	PAR-16/2001 I	8.500.000	8.500.000	0	8.500.000	0	8.500.000	0	0
	PAR-17/2002	20.251.900	20.251.900	39.119,39	20.212.780,61	0	20.212.780,61	0	0
	PAR-18/2004	10.000.000	0	10.000.000	0	0	0	0	0
	PAR-19/2011	97.928.094	97.928.094	0	97.928.094	0	33.768.308,30	64.159.785,70	64.159.785,70
	PAR-20/2015I	70.000.000	70.000.000	0	70.000.000	0	7.368.4216	62.631.578,94	62.631.578,94
	PAR-20/2015II	70.000.000	70.000.000	0	53.202.952,56	16.797.047,44	2.795.437,44	50.407.515,12	67.204.562,56
	PAR-21/2015	15.000.000	15.000.000	123.767,44	14.876.232,56	0	4.375.362,50	10.500.8706	10.500.8706
	PAR-22/2016	42.750.000	42.750.000	0	32.297.630,58	10.452.369,42	1.271.120,88	31.026.509,70	41.478.879,12
	PAR-23/2016	42.911.000	42.911.000	0	29.213.027,42	13.697.972,58	0	29.213.027,42	42.911.000
	PAR-24/2017	42.857.143	42.857.143	0	31.036.557,88	11.820.585,12	0	31.036.557,88	42.857.143
	PAR-25/2018	12.000.000	12.000.000	12.000.000	0	0	0	0	0
	PAR-26/2018	70.000.000	70.000.000	0	63.066.5397	6.933.460,93	0	63.066.5397	70.000.000
	PAR-27/2019I	130.000.000	130.000.000	0	0	0	0	0	0
	PAR-28/2020I	134.245.764	134.245.764	0	0	134.245.764	0	0	134.245.764
PAR-29/2022	45.000.000	0	0	0	0	0	0	0	
		942.776.774	885.246.774	41.298.1905	532.531.384,46	193.947.199,49	190.489.000,57	342.042.383,89	535.989.583,38

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS	CÓDIGO	APROVADO	COMPROMETIDO	CANCELADO	PAGO	A PAGAR	AMORTIZADO	A RECEBER	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
URUGUAI	UR-02/82	2.000.000	2.000.000	1.285.844,26	714.155,74	0	714.155,74	0	0
	UR-03/84	2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	0	2.000.000	0	0
	UR-04/88	3.534.170	3.534.170	5.300,44	3.528.869,56	0	3.528.869,56	0	0
	UR-05/92	19.726.500	19.726.500	906.415,18	18.820.084,82	0	18.820.084,82	0	0
	UR-06/92	441.327	441.327	165.506	275.821	0	275.821	0	0
	UR-07/93	953.953	953.953	4.3958	949.557,92	0	949.557,92	0	0
	UR-08/93	1.830.000	1.830.000	0	1.830.000	0	1.830.000	0	0
	UR-09/93	336.642	0	336.642	0	0	0	0	0
	UR-10/94	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	25.000.000	0	0
	UR-11/94	515.560	515.560	43.877,33	471.682,67	0	471.682,67	0	0
	UR-12/2003	30.000.000	30.000.000	18.354.6123	11.645.387,97	0	11.645.387,97	0	0
	UR-13/2012	112.000.000	112.000.000	0	111.999.999,94	06	41.797.705,80	70.202.294,14	70.202.294,20
	URU-14/2014	30.500.000	30.500.000	0	27.577.728,32	2.922.271,68	5.220.227,38	22.357.500,94	25.279.772,62
	URU-15/2014	40.000.000	0	40.000.000	0	0	0	0	0
	URU-16/2015	35.000.000	35.000.000	0	35.000.000	0	10.208.333,31	24.791.666,69	24.791.666,69
	URU-17/2015	30.500.000	30.500.000	0	30.500.000	0	8.895.833,31	21.604.166,69	21.604.166,69
	URU-18/2016	27.500.000	27.500.000	0	27.500.000	0	27.500.000	0	0
	URU-19/2018	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	0	50.000.000	50.000.000
	URU-20/2018	60.535.000	60.535.000	0	60.535.000	0	0	60.535.000	60.535.000
	URU-21/2020	15.000.000	15.000.000	0	15.000.000	0	0	15.000.000	15.000.000
	URU-22/2020I	21.000.000	21.000.000	7.151.695	13.848.304,56	0,44	0	13.848.304,56	13.848.305
		508.373.152	468.036.510	68.254.287,32	437.196.592,50	2.922.272,18	158.857.659,48	278.338.9332	281.261.205,20
Total	4.587.232.737	4.019.014.524	461.380.9575	2.740.218.040,79	958.503.739,16	1.055.374.427,33		2.643.347.352,62	

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Expresso em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2022

PAIS /INSTITUCIONAL	PAIS /INSTITUCIONAL	PAIS /INSTITUCIONAL	PAIS /INSTITUCIONAL
Argentina	2.083,9	21,8	-
Hasta 2011	1.040,5	-	-
2012-2021	1.043,4	21,8	-
2022	-	-	-
Bolivia	1.975,1	110	237,2
Hasta 2011	1.131,5	-	201,9
2012-2021	723,6	-	35,3
2022	120	110	-
Brasil	700	230	-
Hasta 2011	-	-	-
2012-2021	450	-	-
2022	250	230	-
Paraguai	2.720,7	4,3	78,1
Hasta 2011	1.811,7	-	53,1
2012-2021	909	4,3	25
2022	-	-	-
Uruguai	1.098,4	80,6	-
Hasta 2011	488,6	-	-
2012-2021	490	32,8	-
2022	119,8	47,8	-
Institucional	4.327,2	-	79
Hasta 2011	2.619,3	-	-
2012-2021	1.707,9	-	79
2022	-	-	-
Total 2022	489,8	387,8	-
Total Acumulado	12.905,4	446,7	394,3

ANEXO II

Demonstrações Financeiras do Exercício



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório de auditoria emitido por auditor independente
 Balanço patrimonial
 Demonstração de resultado do exercício
 Demonstração dos resultados abrangentes
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Demonstração da evolução do patrimônio líquido
 Notas explicativas das demonstrações financeiras

Nota de advertência:

Todos os valores são expressos em milhares. Quando a moeda não for detalhada, são dólares estadunidenses (USD).



Ernst & Young Ltda.
 Av. Cristo Redentor y 4to. Anillo,
 Edif. Torre Empresarial MSC, Piso 13
 Of. 13-B
 Santa Cruz - Bolivia

Tel: 591-3-3423288
 Fax: 591-3-3451577
 ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Assembleia de Governadores,
 FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento (Banco ou FONPLATA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador emitido pelo Comitê de Normas Internacionais de Ética, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme com essas normas e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, por tanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos com as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo os aqueles executados para tratar aos assuntos abaixo, fornecem a bases para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Validação dos instrumentos de cobertura

Principais assuntos de auditoria	Respostas da auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2022, o FONPLATA mantém as seguintes dívidas pela emissão de títulos de renda fixa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Durante 2019, o FONPLATA, mediante o Crédit Swiss & UBS, emitiu título de dívida de 5 anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços, no valor de CHF 150 milhões. - Durante 2021, o FONPLATA, mediante o Crédit Swiss & UBS, emitiu títulos de dívida de 5 ½ anos e de 7 anos, com cupom anual fixo de 0,556% e 0,795%, denominados em francos suíços, no valor de CHF 200 milhões e de CHF 150 milhões, respectivamente. - Durante 2022, o FONPLATA obteve empréstimos com a CAF, no âmbito da linha de crédito subscrita em 2021, cuja taxa de referência é a "Term SOFR". <p>Como parte da estratégia de gestão de risco, em relação com a emissão desses títulos, o FONPLATA assinou contratos de operação de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o JP Morgan Chase, NA (JPM), Crédit Suisse (CS) e Deutsche Bank (DB), de acordo com os regulamentos da <i>International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc.</i> (ISDA).</p> <p>Esta situação é um principal assunto de auditoria, devido à relevância das estimativas e sua complexidade geral inerente para a apresentação e exposição das demonstrações contábeis.</p>	<p>Avaliamos essas transações por meio dos procedimentos de auditoria a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entendemos o processo realizado pelo Banco para a identificação, classificação, avaliação e contabilização dessas operações e identificamos os principais controles implementados pelo FONPLATA em relação às operações com derivativos. - Inspecionamos a origem contratual das transações, obtendo os contratos de financiamento e os respectivos contratos de derivativos. - Avaliamos o risco de distorções materiais na seleção do critério de contabilização dos instrumentos financeiros como "Cobertura de Fluxo de Caixa ao Valor Justo". - Inspecionamos a eficácia da cobertura dos derivativos, por meio da comparação do valor de mercado tanto dos instrumentos de dívida como dos instrumentos de cobertura. - Inspecionamos o cálculo do valor justo dos derivativos, mediante a seleção adequada das curvas de valor obtidas da ferramenta Bloomberg. - Recebemos a confirmação dos saldos em garantia no fim do exercício das emissoras dos derivativos, JPMorgan, Crédit Suisse e Deutsche Bank. - Inspecionamos o efeito da diferença cambial e das taxas originadas tanto da transação como da cobertura, com informações das entidades financeiras e das cotações de mercado. - Inspecionamos a razoabilidade do efeito da avaliação das operações de <i>swap</i> cambial e de taxas de juros registradas nas demonstrações financeiras.

2. Realização e mensuração de receitas

Principais assuntos de auditoria	Respostas da auditoria
<p>O Banco gera a maior parte das receitas (Nota 11) com base no resultado obtido da concessão de empréstimos com garantia soberana ao seus países membros e, a partir de 2020, em menor medida, da aprovação de empréstimos a bancos e empresas públicas em nível nacional ou subnacional dos países membros, bem como com base nas taxas de administração e de compromisso cobradas das instituições ou empresas às quais concede financiamentos.</p> <p>As receitas dos juros são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva, de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e as outras receitas relacionadas à gestão dos empréstimos, que consistem em taxas de administração e de compromisso, são reconhecidas de acordo com a IFRS 15 – Contratos de Receitas com Clientes, com base na análise realizada pela Administração sobre a probabilidade de que tais empréstimos sejam utilizados por parte dos credores.</p> <p>Tanto o cálculo dos juros como das taxas, que se encontram parametrizadas no sistema, é determinado considerando as condições estabelecidas em cada contrato.</p> <p>Esta situação é principal assunto da auditoria devido à relevância das receitas de juros e a gestão de empréstimos para as demonstrações financeiras.</p>	<p>Avaliamos o reconhecimento da receita utilizando os procedimentos de auditoria a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Examinamos o processo desenvolvido pelo Banco para a identificação, classificação e avaliação de suas receitas e identificamos os principais controles implementados pelo FONPLATA em relação ao processo de carteira e realização de receita. - Analisamos a correta realização de receitas tanto para os juros como para as taxas de administração e de compromisso. - Inspecionamos os contratos firmados entre os países, corroborando que as taxas de juros e de administração e compromisso tenham sido adequadamente registradas no sistema para o cálculo respectivo. - Recalculamos os juros, identificando os empréstimos sujeitos à Taxa SOFR, bem como aqueles sujeitos à Taxa Libor. - Recalculamos as taxas de administração e de compromisso.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor, que emitiu uma opinião não modificada em 18 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da Administração e da Direção em relação às demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações..

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

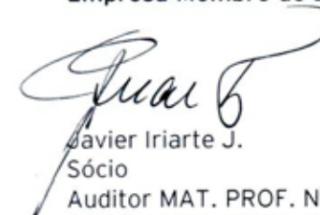
Também fornecemos à Direção declaração de que cumprimos com os requisitos éticos relevantes em relação à independência e comunicamos todas as relações e outros assuntos que possam afetar, razoavelmente, nossa independência e, quando for o caso, as necessárias salvaguardas.

Das questões comunicadas à Diretoria, determinamos os aspectos de maior relevância para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício e que, em consequência, são as questões-chave da auditoria. Descrevemos essas questões em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou os regulamentos impeçam sua exposição pública ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que um assunto não deva ser informado em nosso relatório, pelo fato de estimarmos razoavelmente que as consequências negativas de o fazer superam os benefícios do interesse público de sua comunicação.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

ERNST & YOUNG LTDA.
Empresa Membro de Ernst & Young Global


Javier Iriarte J.
Sócio
Auditor MAT. PROF. Nº CAUB - 9324
Auditor MAT. PROF. Nº CAUSC - 3125

Santa Cruz de la Sierra, 28 de fevereiro de 2023.



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

ATIVOS	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	217.589	128.261
Investimentos		
A valor justo com alterações em outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	338.850	352.788
A custo amortizado – Nota 8.3	-,-	151.850
Carteira de empréstimos – Nota 8.4	1.744.396	1.503.666
Juros acumulados		
De investimentos – Notas 8.2 e 8.3	1.374	2.366
De empréstimos – Nota 8.4	28.182	10.673
Outros ativos		
Coberturas a valor justo – Nota 8.5 (ii)	5	694
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.679	5.742
Diversos – Nota 9.2	1.088	748
Total de ativos	2.337.163	2.156.788
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivos		
Dívidas – Nota 8.5	975.343	926.741
Outros passivos – Nota 9.3	10.294	3.149
Fundos especiais – Nota 8.6	22.635	21.891
Total de passivos	1.008.272	951.781
Patrimônio líquido		
Capital – Nota 10.1		
Autorizado	3.014.200	3.014.200
Menos exigível	(1.665.000)	(1.665.000)
Capital em dinheiro	1.349.200	1.349.200
Capital em dinheiro a ser integralizado	(267.540)	(342.733)
Reserva de Capital – Nota 10.3	203.595	183.165
Outras reservas – Nota 10.2	(3.979)	(8.655)
Resultados acumulados – Nota 10.3	47.615	24.030
Total do patrimônio líquido	1.328.891	1.205.007
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.337.163	2.156.788

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
 PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
 PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 GERENTE FINANCEIRO



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

RECEITAS – Nota 11	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2022	2021
Carteira de empréstimos		
Juros	69.613	35.609
Outras receitas de empréstimos	5.900	6.612
	75.513	42.221
Investimentos		
Juros	2.096	4.770
Outros	13	15
	2.109	4.785
Receitas financeiras	77.622	47.006
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(25.176)	(10.949)
Receitas financeiras líquidas	52.446	36.057
Outras receitas	7.390	85
	59.836	36.142
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	(1.171)	(2.599)
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	58.665	33.543
Despesas administrativas – Nota 12	(11.050)	(9.513)
Receita líquida	47.615	24.030
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	47.615	24.030
Rubricas que podem ser reclassificadas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)		
Alterações no valor justo dos investimentos	1.191	(3.928)
Perdas/Ganhos em operações de cobertura de fluxo de caixa	3.578	(5.744)
Rubricas que não serão reclassificadas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)		
Reavaliação técnica de propriedades	(93)	(28)
Resultados abrangentes	52.291	14.330

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
 PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
 PRESIDENTE DA DIRETORIA- EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
 CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
 GERENTE FINANCEIRO



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	113.387	77.347
Caixa recebido de juros e outros encargos	57.346	41.020
Desembolsos	(354.629)	(345.451)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(183.896)	(227.084)
Outros fluxos operacionais		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(7.564)	(6.305)
Pagamento de despesas administrativas	(3.369)	(1.647)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	(1.347)	7.011
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	(12.280)	(941)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(196.176)	(228.025)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	169.114	493.750
Garantia recebida em derivativos para cobertura	(44.460)	(15.980)
Amortizações e serviços da dívida	(84.285)	(145.342)
Fluxo de caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	40.369	332.428
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	75.193	89.585
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	115.562	422.013
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	2.861	4.233
Compra de investimentos	166.980	(101.783)
Receitas da venda de salas comerciais	225	-
Despesas de capital	(124)	(214)
Fluxo de caixa líquido gerado de/utilizado em atividades de investimento	169.942	(97.764)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	89.328	96.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128.261	32.037
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	217.589	128.261

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	Capital em dinheiro	Reserva geral	Reserva para alterações no valor dos investimentos a valor justo	Reserva para Alterações no valor das operações de cobertura do fluxo de caixa	Reserva para reavaliação de propriedades	Resultados acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591
Aumento de capital – em dinheiro	89.585	-	-	-	-	-	89.585
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	27.414	-	-	-	(27.414)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	24.030	24.030
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(3.927)	(5.744)	(28)	-	(9.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007
Aumento de capital – em dinheiro	75.193	-	-	-	-	-	75.193
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva Legal	-	20.430	-	-	-	(20.430)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	47.615	47.615
Resultados abrangentes do exercício	-	-	1.191	3.578	(93)	-	4.676
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.081.660	203.595	(4.615)	-	636	47.615	1.328.891

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA- EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou “O Banco”, é um banco multilateral de desenvolvimento, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevidéu, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, Brasil, a partir de 15 de março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu Convênio Constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer a melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e mundial; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar a capacidade e a relevância do Banco como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e mundial. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou “O Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado”, com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado



inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e no número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento no qual as alterações ao Convênio Constitutivo entrem em vigor nos países membros fundadores, isto é, 30 dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações do Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não haviam sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

Como resultado das atividades que começaram a ser desenvolvidas desde o início de 2019 de forma ininterrupta até hoje, em relação à expansão dos membros do Banco, no dia 13 de junho de 2022, o Banco firmou Acordo de Imunidades e Privilégios com a República da Colômbia. Este acordo reconhece a imunidade da jurisdição, isenções e privilégios que regerão as futuras relações entre a Colômbia e o Banco, uma vez que sua adesão seja formalmente finalizada.

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico projetado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de alcance dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovados pela Assembleia de Governadores em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. O DPP para o período 2023—2025 foi aprovado pela Assembleia de Governadores em 16 de dezembro de 2022.

Em 2 de setembro de 2022, dado o término do segundo mandato conferido ao Presidente-Executivo anterior e a fim de assegurar a continuidade e normal operação do Banco, a Assembleia de Governadores designou Luciana Botafogo Brito, Gerente de Operações e Países, como Presidente-Executiva interina, com mandato até 21 de abril de 2023, data em que a Assembleia de Governadores deverá selecionar e nomear o novo Presidente-Executivo, de acordo com o processo estabelecido.

As demonstrações financeiras para o exercício 2021 foram aprovadas pela Assembleia de Governadores em 29 de março de 2022, segundo recomendação da Diretoria-Executiva.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

A – ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ASEGUARAR A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS DURANTE A COVID-19

A seguir apresentam-se a estratégia e as ações do Banco desde o início da pandemia da COVID-19, bem como a situação atual, tendo os cinco países membros superado o ponto da crise sanitária que os obrigara a fechar suas fronteiras em meados de março de 2020, seguindo as sugestões da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No início da pandemia, o Banco rapidamente e com sucesso implementou sua estratégia projetada para assegurar a continuidade de suas operações sem interrupção, tanto na modalidade de trabalho híbrida como na de trabalho à distância, em decorrência do encerramento das atividades presenciais.



Durante o período de encerramento, que durou aproximadamente 18 meses, o Banco implementou medidas que permitiram assegurar a continuidade das operações e proteger a saúde de seu pessoal. Entre as medidas mais relevantes, citamos as seguintes:

- Adoção da modalidade de trabalho híbrida, que permite aos funcionários desempenhar suas funções de forma presencial quatro dias por semana, e um dia na modalidade à distância.
- Designação de cerca de 25% do quadro de pessoal aos Escritórios de Ligação em Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina), Brasília (Brasil) e Montevideu (Uruguai), a fim de priorizar o contato fluido com os países membros, potencializando a capacidade de agregar valor por meio de intervenções oportunas e efetivas.
- Operação de todos os sistemas em nuvem, melhorando a segurança dos dados e reduzindo a possibilidade de acessos indevidos, de forma a assegurar a continuidade das operações em casos de emergência sanitária e outras situações que requeiram a suspensão do trabalho presencial.
- O Banco continuou trabalhando em diálogo permanente com suas contrapartes governamentais, para adaptar sua abordagem aos âmbitos fiscal, da saúde e social prevalentes em cada país membro, otimizando assim sua habilidade de oferecer assistência financeira e de cooperação técnica, nos melhores termos possíveis.

B – AÇÕES ESPECÍFICAS

Os próximos parágrafos apresentam com maior detalhe as atividades operacionais e financeiras realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- A receita de empréstimos é principalmente determinada pelo aumento do saldo de empréstimos a receber. Esse aumento é produto do maior volume de desembolsos, líquidos de amortizações do principal recebidos dos países membros, e das mudanças na taxa de referência aplicada a todas as operações de empréstimos concedidas pelo Banco. Durante a pandemia, a taxa Libor de 6 meses foi diminuindo de maneira constante, chegando ao seu ponto mais baixo no primeiro semestre de 2021, com 17 pontos base. A partir do quarto trimestre de 2021, as taxas de juros subiram rapidamente, produto dos esforços das grandes economias de conter a inflação produzida pela pandemia e acelerada em consequência do conflito geopolítico entre a Rússia e a União Europeia e os Estados Unidos da América, chegando a taxa Libor de 6 meses a 513,8 pontos base, no final de dezembro de 2022. Por sua vez, a taxa SOFR (*Secured Overnight Financing*), que substituiu a taxa Libor de 6 meses em todos os contratos de financiamento assinados a partir de 1º de janeiro de 2022, bem como os empréstimos anteriores em que os países membros concordaram com a adoção da nova taxa de referência, que em dezembro de 2021 estava em 5 pontos base, registrou aumento de 425 pontos base durante 2022. Ainda que se antecipe que as taxas de juros continuem a aumentar, espera-se que esse aumento seja mais moderado que os registrados entre janeiro e setembro de 2022. Estima-se que as correções da taxa de juros continuem até que as principais economias do mundo consigam baixar a inflação a valores considerados normais, tipicamente em torno de 2% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, cerca de 60% dos contratos de empréstimo têm a SOFR como taxa de referência. O aumento médio combinado das taxas de referência em 2022 foi de 167 pontos base, sensivelmente menor que o aumento registrado na taxa Libor de 6 meses e na taxa SOFR. Isso se explica pelo processo de adoção gradual da taxa SOFR e pelo fato de que se aplica a taxa Libor de 6 meses na modalidade de semestre vencido. O processo de adoção da taxa SOFR para todos os financiamentos concedidos pelo Banco estará completo ao final de junho de 2023.



- Como parte de sua estratégia de minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e cumprindo suas políticas, o Banco concede e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses e, até 31 de dezembro de 2021, utilizou a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência. Para todos os financiamentos aprovados a partir de 2022, o Banco adotou como taxa de referência a taxa SOFR composta. Além disso, para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e como consequência da substituição da taxa Libor pela SOFR, o Banco acordou com seus países membros a adoção voluntária da taxa SOFR composta, mais margem de ajuste¹. A partir de 30 de junho de 2023, data da descontinuação da taxa Libor, todos os empréstimos incorrerão em juros com base na taxa SOFR composta.
- Em 31 de dezembro de 2022, e de acordo mútuo com seus países membros, o Banco substituiu a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência de 52 contratos de empréstimo, do total de 108 contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021. Ademais, em 2022, entraram em vigor 12 contratos de financiamentos aprovados a partir de 1º de janeiro, portanto, referenciados pela taxa SOFR composta. Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de empréstimos registra 64 contratos com a taxa SOFR composta e 52 com a taxa Libor de 6 meses (55,2% e 44,8%, respectivamente). Em valores, os contratos que incorrem em juros com base na taxa SOFR composta somam USD 1.048.568, equivalente a 59,5% do saldo de empréstimos a receber antes de deduzir os valores referentes à taxa de administração e a provisão para perdas potenciais em empréstimos (USD 1.025.472 em contratos aprovados até 31 de dezembro de 2022 e USD 23.096 em contratos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, respectivamente), e USD 712.276, equivalentes a 40,5%, em saldos a receber em contratos baseados na taxa Libor de 6 meses.
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco aprovou novos empréstimos com garantia soberana no valor de USD 456.000 (2021 – USD 401.430, incluindo USD 48.000 sem garantia soberana), desembolsou USD 354.629, incluindo USD 10.000 sem garantia soberana (2021 – USD 345.451 em empréstimos com garantia soberana) e recebeu USD 113.387 em amortizações do principal, dos quais USD 6.000 correspondem a empréstimos sem garantia soberana (2021 – USD 77.346, em empréstimos com garantia soberana). Ademais, o fluxo líquido de fundos de empréstimos foi positivo para todos os países membros.
- Como se explica em maior detalhe na subseção seguinte e na Nota 3 – Determinação de Receitas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o nível da taxa de referência dos empréstimos foi aumentando de forma constante, o que permitiu recuperação das receitas de empréstimos, ainda que sejam inferiores aos alcançados antes da pandemia, em termos percentuais. Isso contribuiu para que o Banco alcançasse nível de receitas financeiras líquidas 45,8% mais alto que o registrado em 2021, reforçando assim seu sólido perfil financeiro.
- Os custos financeiros foram aumentando em média 114 pontos base, produto do rápido aumento das taxas de juros em 2022. Esse aumento foi 195 pontos base menor do que o aumento médio obtido nos juros e taxas dos empréstimos. Essa diferença se explica, em sua maior parte, pelo fato de que cerca de 40% do saldo de empréstimos a receber é financiado com recursos próprios. Com

¹ A margem de ajuste, que é de 42.826 pontos base, foi determinada pelo ARRC (*Alternative Reference Rate Committee*), em março de 2021.



exceção das dívidas contraídas com o BID e o ICO, que foram convertidas à taxa de referência SOFR em março e junho de 2022, respectivamente, e os empréstimos captados com o CAF no âmbito da linha de crédito firmada em 2021, cuja taxa de referência é a “Term SOFR” e foi substituída pela taxa SOFR composta por meio da operação de cobertura (*hedge*) contratada com o Deutsche Bank (DB), as demais dívidas utilizam a taxa Libor de 6 meses e serão convertidas à taxa SOFR gradualmente, até 30 de junho de 2023.

- Em cumprimento com suas políticas e procedimentos para a manutenção de ativos líquidos e dívidas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco firmou contratos de empréstimos e linhas de crédito com: (i) o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), no valor de USD 100.000; e (ii) a Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), no valor de EUR 30.000; sacou um total de USD 169.115; e amortizou dívidas e linhas de crédito, no valor total de USD 66.016. Além disso, continua em vigor o certificado de depósito captado junto ao Banco Central do Uruguai (BCU), no valor total de USD 80.000, por este não ter exercido a opção de descontinuar-lo.

A tabela abaixo mostra de forma comparativa, o saldo devedor das dívidas contraídas em empréstimos, linhas de crédito e as três emissões de títulos efetuadas no mercado de capitais suíço, entre 2021 e 2022:

Instituição	Saldo devedor em 31 de dezembro de 2021	Amortização do principal e ajustes a valor justo	Fundos captados em 2022	Saldo devedor em 31 de dezembro de 2022
	USD	USD	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	64.000	(64.000)	100.000	100.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	100.000	--	18.396	118.396
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ²	20.000	(197)	8.519	28.322
Banco Europeu de Investimento (BEI)	12.000	--	30.000	42.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	(1.107)	12.200	16.629
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	100.000	--	--	100.000
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	80.000	--	--	80.000
KfW – Euros à taxa Euribor ¹	--	--	--	--
Subtotal antes de despesas diferidas	381.536	(65.304)	169.115	485.347
Diferidos	(598)	(106)	208	(496)
Subtotal multilaterais e outros	380.938	(65.410)	169.323	484.851
Emissão título CHF FONPLATA 24	148.809	--	--	148.809
Emissão título CHF FONPLATA 26	221.828	--	--	221.828
Emissão título CHF FONPLATA 28	163.898	--	--	163.898
Diferenças cambiais	13.290	(6.289)	--	7.001
Ajustes a valor justo	--	(49.519)	--	(49.519)
Subtotal antes de despesas diferidas	547.825	(55.808)	--	492.017
Diferidos	(2.022)	(537)	1.034	(1.525)
Subtotal de títulos	545.803	(56.345)	1.034	490.492
Total dívidas	926.741	(121.755)	170.357	975.343

¹Empréstimo assinado em 16 de dezembro de 2022 com a KfW, no valor de EUR 37.000, e não sacado em 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 8.5 (i) (8) para mais detalhes)

²O total mostrado como amortização do principal e ajustes a valor justo de USD 197 compõe-se de USD 909 de amortização do principal da dívida de USD 20.000, denominada em dólares estadunidenses, e de USD 172 de ajustes do valor justo sobre o saque de EUR 8.000, denominado em euros, equivalente ao valor justo de USD 9.231 em 31 de dezembro de 2022 (ver Nota 8.5 (4)).



- A maior parte das dívidas do Banco é contratada em dólares estadunidenses e utiliza a taxa Libor de 6 meses como taxa de referência. Dessa forma, o Banco minimiza o risco de exposição a esses riscos. No caso de dívidas denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa Libor de 6 meses, o Banco contrata operações de derivativos para reduzir o grau de exposição de forma efetiva. Em antecipação à descontinuação da taxa de referência Libor a partir do segundo semestre de 2023, o Banco está gradualmente realinhando a taxa de referência das operações ativas e passivas, cobrindo adequadamente o risco potencial de mudanças nas taxas de juros. Nesse sentido, em dezembro de 2022, para os prazos de vencimento em 3 de março de 2023 e em 1º de janeiro de 2023, o Banco acordou com o JP Morgan (JPM) a substituição da taxa de referência Libor de 6 meses pela taxa SOFR composta para as operações de *swap* cambial e de taxa firmadas para os títulos FONPLATA 24 e FONPLATA 28, com vencimento em 11 de março de 2024 e 1º de dezembro de 2028, respectivamente.
- Os derivativos relacionados às três emissões de títulos foram classificados, a partir de 1º de janeiro de 2022, como operações de cobertura a valor justo, de acordo com o quadro de referência estabelecido pela IFRS 9 (ver também Notas 4.10, 6 e 8 (ii)). Esses derivativos estão amparados por contratos ISDA firmados com as contrapartes do Banco: Crédit Suisse (CS); JP Morgan (JPM); e Deutsche Bank (DB).
- O Banco usa derivativos com o único objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes das mudanças nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e nas taxas de juros diferentes da taxa de referência de suas operações de concessão de empréstimos e não com fins especulativos.
- Com data de 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil a soma de USD 69.842, correspondente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período 2020 a 2022. Permanece apenas saldo remanescente de USD 98, correspondente à parcela de 2022. Essas contribuições serão somadas ao patrimônio do Banco e seu fluxo de caixa em 2023.
- No que se refere às despesas administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a média de gastos representou 84 pontos base em relação ao total dos ativos financeiros líquidos. Em comparação com 2021, essa relação entre despesas administrativas e ativos líquidos mostra aumento de seis pontos base. Considera-se este aumento razoável pelo fato de que o Banco, de fevereiro de 2020 a setembro de 2021, colocou em prática medidas estritas de economia por meio do congelamento de vagas de trabalho e suspensão de missões a trabalho, em resposta à queda da taxa de referência dos empréstimos e em consequência da pandemia. A partir de 2022, e frente ao aumento da carteira de empréstimos e ao retorno da modalidade de trabalho presencial, as despesas administrativas retornaram aos níveis operacionais normais, com a retomada das contratações de pessoal necessárias para assegurar a eficácia e agilidade que caracterizam a ação do Banco, ao mesmo tempo em que consolidam o crescimento alcançado.
- O Banco é o agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, cerca de 5% provêm da concessão de empréstimos a bancos e empresas públicas nos âmbitos nacional ou subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas de empréstimos:



- A capacidade de empréstimo, que equivale a três vezes o valor do patrimônio líquido;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses, para empréstimos antigos ainda não convertidos à taxa SOFR, a taxa SOFR para empréstimos concedidos a partir de 1º de janeiro de 2022 e para empréstimos antigos em que os tomadores de recursos optaram por adotar a taxa SOFR, e a taxa de retorno operacional ou margem.

A receita de investimentos está diretamente ligada aos investimentos da liquidez (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (ver Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	Em 31 de dezembro de					
	2022			2021		
	Saldo médio USD	Receitas/ (Despesas) USD	Retorno ³ %	Saldo médio USD	Receitas/ (Despesas) USD	Retorno ³ %
Empréstimos a receber	1.640.222	75.513	4,60	1.385.548	42.221	3,05
Investimentos ¹	546.226	2.289	0,42	455.711	4.807	0,98
Caixa e equivalentes de caixa ¹	47.955	-	-	80.149	-	-
Ativos financeiros	2.234.403	77.802	3,48	1.921.408	47.028	2,45
Dívidas	(953.363)	(25.176)	(2,64)	(747.533)	(10.949)	(1,46)
Ativos financeiros líquidos	1.281.040	52.626	4,11	1.173.875	36.079	3,08
Provisões e outros encargos ²		5.599	0,44		(2.957)	(0,25)
Despesas administrativas		(10.610)	(0,83)		(9.092)	(0,78)
Ativos financeiros líquidos	1.281.040	47.615	3,72	1.173.875	24.030	2,05
Patrimônio líquido	1.266.949	47.615	3,76	1.157.299	24.030	2,08

¹O saldo médio dos investimentos em 31 de dezembro de 2022 inclui USD 124.482 reclassificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras por corresponder a investimentos que têm prazo de vencimento de até 90 dias (2021 – USD 65.369).

²Provisões e outros encargos

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos – Nota 8.4	(1.171)	(2.599)
Depreciação	(365)	(379)
Diferenças cambiais – lucros/perdas	(69)	(41)
Participação de fundos especiais em receitas por investimentos	(180)	(23)
Juros s/arrendamentos	(6)	-
Outras receitas	7.390	85
Total provisões e outros encargos	5.599	(2.957)

²Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do exercício, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo final do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por dois, de forma que podem ser diferentes da média real.



NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua recuperação ou liquidação nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (circulantes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não circulantes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA).
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização, nos casos em que esta seja menor.
- Dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas de juros diferentes da taxa de juros de referência adotada pelo Banco para financiamentos a seus países membros, bem como as operações de cobertura (*hedge*) cambial e de taxas contratadas pelo Banco com suas contrapartes, que estão mensuradas a valor justo por meio do resultado do período.
- Propriedades mensuradas a valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não adotou de forma antecipada nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade e cuja data de implementação efetiva seja posterior a 31 de dezembro de 2022.

(iv) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não adotou de forma antecipada nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida pela Junta de Normas Internacionais de Contabilidade e cuja data de implementação efetiva seja posterior a 31 de dezembro de 2022.



A Junta de Normas Internacionais de Contabilidade emitiu em 2022 algumas alterações e normas específicas. Entre as alterações emitidas incluem-se as referidas ao IAS 8 “Estimativas Contábeis”, que esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, assim como as alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*, “Divulgação de Políticas Contábeis”, que orienta a aplicação do critério de materialidade na determinação das divulgações sobre políticas contábeis. Essas alterações são aplicáveis aos exercícios que se iniciam em 1º de janeiro de 2023.

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (moeda funcional).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideú, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Os ganhos e perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados numa base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos e passivos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços e o saque denominado em euros, no contexto da linha de crédito captada em dezembro de 2022 junto à AFD, os quais foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas quantias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas a valor justo.



4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e sobre investimentos a seu custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas referem-se à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e de empenho ou serviço. Essas taxas referem-se aos serviços de supervisão e vigilância prestados pelo Banco e por assegurar a seus tomadores de recursos que os fundos estarão disponíveis para utilização durante o período contratualmente estabelecido e são reconhecidas como receitas, de acordo com o estabelecido na IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total da locação a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início da locação, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem alugado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente a valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, ver Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi projetada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados na integração e no desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco multilateral de desenvolvimento (BMD), financia seu programa de empréstimos por meio da combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BMDs e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e comprometido pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BMDs, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.



Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BMDs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BMDs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BMDs com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMDs contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio líquido.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos concedidos. A capacidade máxima de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos concedidos a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa de referência dos empréstimos, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de gestão de riscos do Banco, nos casos em que as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxa de juros é diferente da taxa de referência dos empréstimos, o Banco utiliza instrumentos de cobertura (*hedge*) com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações na taxa de juros, e não para fins especulativos. Esses derivativos são designados operações de cobertura a valor justo. Por meio desses derivativos, o Banco troca a moeda em que contraiu a dívida original e sua taxa de referência, convertendo-as em dívida em dólares estadunidenses e a taxa de juros à taxa de referência utilizada nas operações de empréstimo. Dessa forma, o Banco neutraliza econômica e financeiramente a exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, mensurados, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.



(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos tenham sido adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores relevantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos):** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”, e são mensurados a custo amortizado. Os saldos desses ativos são avaliados periodicamente em relação ao seu risco de crédito. Caso ocorra degradação da qualidade creditícia, o Banco registra provisão para perdas esperadas. Essas provisões são reconhecidas e apuradas de acordo com o descrito nesta nota em (v) “Redução ao valor recuperável de ativos”.
- **Ativos financeiros mantidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros a valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* cambial e de taxa são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco. A taxa de juros de referência para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, é a taxa Libor de 6 meses. Para todos os empréstimos acolhidos no programa voluntário de conversão da taxa de referência, e para todos os contratos de empréstimo aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022, a taxa de referência é a SOFR composta. Os derivativos foram classificados como operações de cobertura dos fluxos de caixa esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são mensurados a custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* cambial e de taxa de juros fazem parte de outros resultados abrangentes (ver notas 2; 4.10 e 8.5 (ii)).



(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Este tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. A baixa de ativos financeiros ocorre no momento da expiração dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros a valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente mensurados a custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são avaliados pelo valor justo, e perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros mensurados a valor justo, mantidos a seu custo amortizado, e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Perdas por desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BMDs, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de inadimplência (*default*), (ii) a probabilidade de inadimplência e (iii) a perda máxima esperada no caso de inadimplência. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos concedidos com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de inadimplência (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.



Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente, ajustada pela nota de risco de crédito desenvolvida internamente pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuírem, e essa diminuição estiver ligada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento dessa desvalorização (como a melhoria na capacidade creditícia do devedor), as perdas por desvalorização antes contabilizadas podem reverter-se por meio da demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e taxas por empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e taxas a receber por empréstimo declarado em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o inadimplemento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos concedidos pelo Banco.

A Nota 8.4 – (iii) apresenta explicação detalhada desta metodologia, bem como da determinação da provisão para desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos mensurados a custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo provisão regularizadora do valor do investimento por meio do resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados a custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto e o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com e sem garantia soberana e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapa 1: inclui os instrumentos cujo risco de *default* não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer for igual à PCE nos próximos 12 meses.

Etapa 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.



Etapa 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como empenhos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente depois do reconhecimento inicial de um ativo financeiro, a determinação da deterioração de sua qualidade de risco de crédito e de seu grau é estimada com base nos seguintes critérios:

- O prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros venceu há mais de 180 dias;
- Há queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo;
- A qualidade de crédito do ativo sofreu deterioração.

(vi) Realização de receita

As receitas de juros derivadas da aplicação da taxa de referência e a margem operacional em empréstimos são reconhecidos por meio da taxa de juros efetiva. No caso de empréstimos em estado de moratória, e de acordo com o indicado em (v) acima, o Banco reverte a totalidade das receitas geradas e não cobradas e deixa de reconhecer juros e taxas. Além disso, avalia a potencial desvalorização do principal da dívida e diminui seu valor por meio do registro de provisão até a ocorrência com a estimativa de seu valor recuperável. Considera-se que um empréstimo está inadimplido quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais indicam que existe a probabilidade de que o Banco não possa recuperar o valor total do capital e dos juros devidos, de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são reconhecidas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, é contabilizado em outros resultados abrangentes e acumulado nas reservas no patrimônio. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido por meio da demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser reconhecido também por meio da demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são reconhecidas, inicialmente, em outros resultados abrangentes, na medida em que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são registradas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados a custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são reconhecidos como ativo separado, apenas perante a probabilidade de existência de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos podem ser mensurados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Ao serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassa seu valor recuperável estimado.



Os ganhos ou perdas sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil e o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem-se em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados como cobertura dos fluxos de caixa explica-se na Nota 8.5.

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de gestão de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de cobertura contratados e os ativos e passivos a serem cobertos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos cobertos.

A seguir, incluímos explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos derivativos contratados como parte das operações de cobertura e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: *As dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense, que é a moeda funcional do Banco, e a taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são inicialmente reconhecidas por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação e, posteriormente, mensurados a valor justo. A diferença entre o valor justo da dívida e seu custo amortizado é reconhecida em outros resultados do exercício junto com a diferença líquida entre as operações de cobertura a receber e a pagar, que também estão mensuradas a valor justo. Essas diferenças correspondem a mudanças nas taxas de câmbio e de juros e não se espera que afetem os fluxos de caixa futuros nem que resultem em perdas ou lucros, já que convergem a zero no momento do vencimento da dívida original, oportunidade em que o Banco troca com suas contrapartes os fluxos de caixa, saldando a dívida original e seus direitos e obrigações em relação aos derivativos a receber e a pagar.*

As dívidas contratadas em dólares estadunidenses e à taxa de referência dos empréstimos são inicialmente reconhecidas a valor ou preço de compra e posteriormente mensuradas a custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor deste passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de cobertura: Os derivativos são utilizados unicamente para cobrir o risco de taxa de juros e de câmbio associados aos três títulos emitidos no mercado suíço, denominados “FONPLATA24”, “FONPLATA26” e “FONPLATA28”, e outros passivos originalmente contraídos em outras moedas distintas do dólar ou em dólares à taxa fixa (ver notas 2 e 8.5 (ii)).

Os derivativos acarretam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como a volatilidade do valor nocional base do contrato.



O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de *swap* não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando acordo mestre ISDA juntamente com anexo de suporte de crédito associado (CSA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de cobertura para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem cobertos. Além disto, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos classificados a valor justo, fluxo de caixa ou de moeda estrangeira com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações orçamentárias.

O Banco monitora, logo no início, a operação de cobertura até seu vencimento, analisando a eficácia dos derivativos utilizados como *hedge*, neutralizando as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens a serem cobertos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo de um derivativo, junto com as alterações no valor da dívida original objeto da cobertura contratada são registradas em “Outras receitas e encargos” na demonstração do resultado do exercício, como perda ou lucro líquido.

O Banco tem, em virtude dos Contratos Mestre ISDA assinados com suas contrapartes, a possibilidade e a intenção de trocar os fluxos contratados ao vencimento da dívida. Além disso, o Banco espera que suas contrapartes honrem sua obrigação e não antecipa inadimplência da parte delas.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como cobertura dos fluxos de caixa é registrada na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de cobertura, quando determina que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item coberto, ou no vencimento do derivativo ou quando ele é vendido, rescindido ou executado, ou quando o ativo coberto ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou quando o derivativo não é classificado como instrumento de cobertura porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a classificação de derivativo como cobertura de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, que ainda não foram pagos. Os outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.



4.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos por investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações destes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Estes passivos são reconhecidos inicialmente a valor justo e, posteriormente, mensurados a custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Nota 8.6 explica detalhadamente os fundos especiais e seu propósito, a saldo devedor de cada um em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

4.13 Outros benefícios a funcionários

Estes montantes representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Este passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com as percentagens de retenção estabelecidas no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, na medida em que os funcionários cumprem com o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) apresenta explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital exigível. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), que exigem que a Presidência-Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são considerados razoáveis na conjuntura atual.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da probabilidade de que os tomadores de recursos desembolsem o total dos financiamentos aprovados durante o período estabelecido contratualmente é incerta, o que determina o reconhecimento da taxa de empenho ou de serviço de forma linear durante o período de desembolso – Nota 4.4.
- Estimativa da provisão para desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 – (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 – (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a cobertura de fluxos de caixa – Nota 8.5 – (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção das emissões de títulos denominados em francos suíços e uma dívida	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos relevantes apresentados nas
	com a AFD contraída em euros, que foram efetivamente cobertos por meio de operações de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros, como informado nas Notas 2; 4.10 e 8.5 – (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares estadunidenses (moeda funcional) e 47% dos passivos financeiros antes das operações de <i>swap</i> são denominados em dólares estadunidenses.		demonstrações financeiras foram ajustados ou contratados em dólares estadunidenses. O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com a JPM e com o CS, respectivamente. Com base nesses contratos, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial para compensar o risco de exposição à variabilidade nas taxas de juros e de câmbio, associadas às emissões de títulos no mercado suíço, e um saque de EUR 8.000, em dezembro de 2022, da linha de crédito de EUR 30.000 recebida da AFD. Esses derivativos são parte integrante do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros e, portanto, foram classificados como cobertura a valor justo dos fluxos de caixa utilizados em desembolsos de empréstimos.
Risco de mercado: risco da taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
	Como explicado nas Notas 2, 4.10 e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, 3 de março de 2021 e 1º de dezembro de 2021, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços de 5 anos, 5 1/2 anos e 7 anos, respectivamente, à taxa fixa.		As possíveis exposições decorrentes da emissão dos três títulos denominados em francos suíços à taxa fixa são administradas com eficácia
	Para cobrir tanto o risco de juros e de câmbio, o Banco contratou operações de <i>swap</i> cambial e de taxas de juros com o JPM e o CS, respectivamente, os acordos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA e os anexos de suporte de crédito (CSA), que preveem direito de compensação. Ademais, o Banco contratou com o DB operações de <i>swap</i> de taxa para mudar a taxa Term SOFR, aplicável aos saques realizados em dezembro de 2022 por meio linha de crédito mantida com o CAF, pela SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimo.		por meio das operações de <i>swap</i> cambial. Além disso, a possível exposição derivada da captação de empréstimo junto ao CAF à taxa Term SOFR e de um saque realizado junto à AFD, denominado em euros à taxa Euribor, foram cobertas pelas operações de <i>hedge</i> cambial e de taxa, respectivamente. Esses <i>swaps</i> cambial e de taxa foram planejados para substituir a dívida captada em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos, que é a taxa SOFR composta, pelo dólar estadunidense e a taxa SOFR composta, de forma a coincidir com a estrutura de taxas aplicável a todos os empréstimos aos países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.
Risco de mercado – Preço das ações	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que de acordo com o modelo de negócio do Banco,	Análise de sensibilidade baseada nas mudanças da taxa de juros para títulos disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Os títulos classificados na carteira como disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O Banco não participa da carteira de



Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de riscos
	classificam-se ou como investimentos disponíveis para a venda ou para serem mantidos até o vencimento.	(VJORA), e baseada nas alterações da classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até o vencimento mensurados a custo amortizado.	negociação nem de atividades de negociação.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado com alterações em ORA, investimentos a custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos para a cobertura de fluxos de proteção de dívida.	- Análise de áreas em função da duração de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos. - Análise do risco de crédito. - Provisão para empréstimos.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos a custo amortizado. Limites de concentração do risco de crédito aplicados aos países membros e aos empréstimos sem garantia para sociedades de economia mista. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa	Disponibilidade de fundos necessários para cumprir as obrigações e compromissos para período mínimo de 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras do Banco e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos está focada em evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Em linha com as boas práticas internacionais de gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e definições utilizadas pelo *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC, na sigla em inglês – Escritório de Controladoria da Moeda dos EUA) e pelo Acordo de Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial



e receitas. Estas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros, cerca de 99,9% de seu passivo, depois de considerar as operações de cobertura cambial e de taxa de juros, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

Os empréstimos do Banco, aprovados até 31 de dezembro de 2021, e que não tenham ainda sido convertidos à taxa SOFR composta, utilizam como taxa de juros de referência a taxa Libor de 6 meses mais *spread* fixo. Os empréstimos que foram convertidos, por opção do tomador de recursos, à taxa SOFR composta, além de *spread* fixo, têm ainda uma margem de correção SOFR. Os empréstimos aprovados a partir de 1º de janeiro de 2022 têm como taxa de referência a taxa SOFR composta, mais *spread* fixo.

O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando a atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustamentos no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Esta exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Para os empréstimos aprovados depois de 15 de março de 2022, a Diretoria-Executiva aprovou novas condições financeiras para empréstimos de risco soberano e não soberano (Resolução 1490/2022 da Diretoria-Executiva).

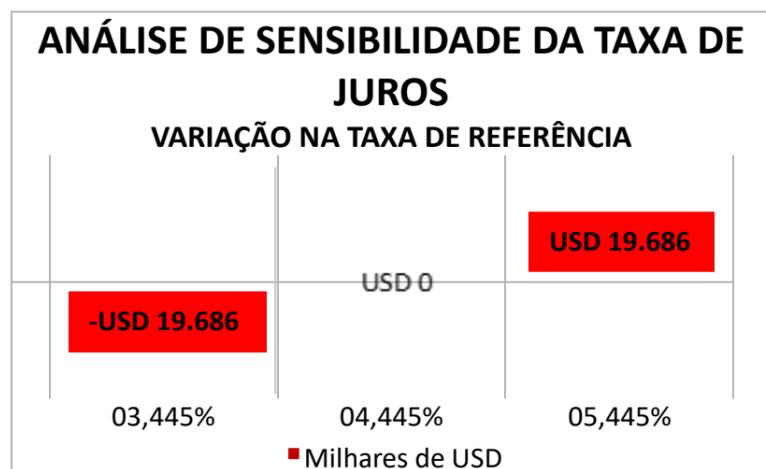
O Presidente-Executivo está habilitado para estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Nesse sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa de referência. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na taxa de referência.

O cálculo da análise de sensibilidade foi efetuado utilizando-se a média ponderada das duas taxas de referência que convivem nos balancetes dos empréstimos do banco, equivalente a 444,5 pontos base.



A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa de referência média ponderada de 544,5 e 344,5 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 100 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 19.686, respectivamente.



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, aplicando medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (ver Notas 4.8, 8.2 e 8.3, para mais detalhes).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos disponíveis para venda:** consistem em títulos e outros valores que possuem valor de mercado e estão mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- **Investimentos mantidos até o vencimento:** consistem em certificados de depósito e estão mensurados a custo amortizado ou valor justo, o que for menor.

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nesta metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos registrados como disponíveis para venda, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e por mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos registrados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e regularizados a seu valor justo por meio de provisão, nos casos em que este último for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:



Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos					
	Em 31 de dezembro de					
	2022			2021		
Valor Contábil ¹	Perda Máxima	Variação	Valor Contábil ¹	Perda Máxima	Variação	
USD	USD	%	USD	USD	%	
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA ²	293.759	1.136	0,39	192.965	444	0,23
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo	-.-	-.-	-.-	151.850	-.-	-.-
Total até 12 meses	293.759	1.136	0,39	344.815	444	0,13
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	45.091	947	2,10	159.823	1.046	0,65
Total superior a 12 meses	45.091	947	2,10	159.823	1.046	0,65
Total	338.850	2.083	0,61	504.638	1.490	0,30

¹ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não tem instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de mensuração (Nível 3).

² Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de investimentos disponíveis para a venda inclui títulos no valor de USD 13.760 e certificados de depósitos a prazo fixo originalmente classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, no valor de USD 169.836, que estão registrados em caixa e equivalentes de caixa por terem sido adquiridos com prazo de vencimento original de até 90 dias (2021 – USD 24.381 em títulos classificados na carteira de investimentos disponíveis para venda e USD 40.987 em certificados de depósitos a prazo fixo, classificados na carteira de investimentos mantidos até o vencimento). Para investimentos ao custo amortizado, o Banco avalia periodicamente se houve alterações na classificação de risco de crédito do emissor que evidenciem potencial desvalorização permanente no valor do investimento (ver Nota 4.8).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

Em 31 de dezembro de 2022, 96% do saldo de empréstimos a receber corresponde a financiamentos que contam com garantia de risco soberano dos países membros (2021 – 95%). O Banco começou a conceder empréstimos sem garantia soberana em 2020, com a aprovação da Diretoria-Executiva, que criou essa linha inicialmente dirigida a bancos de desenvolvimento e sociedades de economia mista nacionais e subnacionais. Desde seu início e até 31 de dezembro de 2022, foram aprovados USD 118.000, em quatro operações. Deste total aprovado, em 31 de dezembro foram desembolsados USD 82.000, e USD 6.000 foram recebidos como amortizações do principal, para um total a receber de USD 76.000 ao fim do exercício (2021 – USD 72.000) (Ver Notas 2 e 8.4 (i), para mais detalhes).



As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao inadimplemento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco usa uma metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes e prazos de vencimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA+ e AA, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos, de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco mantém o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos seus compromissos, incluindo os passivos mantidos nos fundos especiais (ver Nota 8.6), desembolsos de empréstimos, serviço de dívida e pagamento de despesas administrativas e de capital por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição ao risco de liquidez nos curto ou médio prazos.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	217.589	128.261
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	338.850	504.638
Liquidez bruta	<u>556.439</u>	<u>632.899</u>
Passivo financeiro		
Dívidas – Nota 8.5	975.343	926.741
Outros passivos – Nota 9.3	10.294	3.149
Fundos especiais – Nota 8.6	22.635	21.891
Total passivos	<u>1.008.272</u>	<u>951.781</u>

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,65 e 1,49 anos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de, por comissão ou omissão, ocorrer falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar o Banco para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas políticas e aquelas em vigor em seus países membros.



7.1.1 Mudança esperada da taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, até 31 de dezembro de 2021, a taxa de juros de referência usada pelo Banco era a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. Em 2020, após consultas e da autorização da FCA, a IBA anunciou sua decisão de descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, serão descontinuados a partir de 1º de julho de 2023, em consulta e com a autorização do FCA. Esta mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BMDs e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC, identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a taxa USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente, bem como as médias em diversos prazos e o chamado Índice SOFR. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, da margem de ajuste USD LIBOR/SOFR e outras.

Assim, e da mesma forma que outras instituições multilaterais de desenvolvimento consideradas líderes, a partir do segundo semestre de 2020, o Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo, optando por utilizar a taxa SOFR composta, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Nesse sentido, com data de 1º de dezembro de 2022, o Banco implementou com êxito nova plataforma de administração de empréstimos prevista pelo SOPRA *Financial Services* (SFP). Esta plataforma vem sendo utilizada por outros BMDs líderes há mais de dois anos. A implementação foi levada a cabo sem necessidade de customização nem desenvolvimentos personalizados da funcionalidade oferecida pela SFP a outros BMDs, o que não apenas reduz o risco operacional, mas também diminui o curso de manutenção futuro. A plataforma é operada na modalidade de assinatura, exigindo pagamento anual para sua utilização.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico — É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento em que atua. O Banco conta com Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo das realizações do exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de forma a avançar na conquista desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos do alcance das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.



Risco de descumprimento — É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. O Banco conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por *Compliance* e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação — É o risco derivado da opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade a processo ou gerar perda financeira ou afetar sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo o julgamento profissional usado e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros a valor justo¹</u> <u>USD</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	13.893	203.696	217.589
Investimentos a valor justo por meio de ORA ¹	8.2	340.224	-	340.224
Investimentos a custo amortizado ²	8.3	-	-	-
Carteira de empréstimos ³	8.4	-	1.772.578	1.772.578
Subtotal		<u>354.117</u>	<u>1.976.274</u>	<u>2.330.391</u>
Coberturas a valor justo	8.5	5	-	5
Total ativos financeiros		<u>354.122</u>	<u>1.976.274</u>	<u>2.330.396</u>
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	(501.248)	(474.095)	(975.343)
Outros passivos	8.5	-	(10.294)	(10.294)
Fundos especiais	8.5	-	(22.635)	(22.635)
Total passivo financeiro		<u>(501.248)</u>	<u>(507.024)</u>	<u>(1.008.272)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u>(147.126)</u>	<u>1.469.250</u>	<u>1.322.124</u>



	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros a valor justo¹</u> <u>USD</u>	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	24.652	103.609	128.261
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	355.043	-	355.043
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-	151.961	151.961
Carteira de empréstimos ²	8.4	-	1.514.339	1.514.339
Subtotal		<u>379.695</u>	<u>1.769.909</u>	<u>2.149.604</u>
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	8.5	694	-	694
Total ativos financeiros		<u>380.389</u>	<u>1.769.909</u>	<u>2.150.298</u>
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	-	(926.741)	(926.741)
Outros passivos	8.5	-	(3.149)	(3.149)
Fundos especiais	8.5	-	(21.891)	(21.891)
Total passivo financeiro		<u>-</u>	<u>(951.781)</u>	<u>(951.781)</u>
Ativos financeiros líquidos		<u>380.389</u>	<u>818.128</u>	<u>1.198.517</u>

¹ As alterações no valor justo dos investimentos são registradas em ORA e as alterações no valor justo de dívidas relacionadas a coberturas a valor justo são registradas em outras receitas no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2022.

² Inclui juros e outras receitas de investimentos.

³ Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 – (ii).

O nível máximo de exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> <u>USD</u>	<u>2021</u> <u>USD</u>
Saldos em bancos	33.295	62.615
Depósitos a prazo fixo e títulos a curto prazo	184.294	65.646
Total	<u>217.589</u>	<u>128.261</u>

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação à caixa e equivalentes de caixa.



8.2. Investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Títulos soberanos	245.920	225.943
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	89.455	111.201
Setor financeiro	1.948	13.587
Títulos do Tesouro da República Argentina	1.527	2.057
Subtotal	338.850	352.788
Juros acumulados a receber	1.374	2.255
Total	340.224	355.043

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Perdas por desvalorização

Ver Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização dos ativos financeiros e à exposição a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco reconheceu perda líquida não realizada de USD 4.676, em sua demonstração dos resultados abrangentes (2021 – USD 9.699 de perdas não realizadas). Essas perdas não realizadas compõem-se de aumentos no valor de mercado dos investimentos disponíveis para venda de USD 1.191 (2021 – USD 3.927 de perdas) e USD 93 a título de redução da reserva de reavaliação técnica de propriedades como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, em janeiro de 2022 (2021 – USD 28 a título de depreciação do exercício). Além disso, e de acordo com a decisão do Banco de registrar suas operações de *hedge* e da dívida original como operações a valor justo em 2022, o saldo mantido em resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021, de USD 5.744 por perdas por ajustes no valor das operações de *swap* cambial e de taxas de juros, foi registrado no resultado do exercício em 1º de janeiro de 2022 (ver Notas 4.10 e 8.5).



(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos a valor justo são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito (1)		
Soberanos	35.656	141.860
Organismos multilaterais de desenvolvimento	54.880	9.990
Entidades financeiras	79.300	-,-
Subtotal	169.836	151.850
Capital investido	169.836	151.850
Juros e taxas acumuladas a receber	564	111
Total	170.400	151.961

(1) Os investimentos consistem em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito no valor de USD 169.836, com prazos originais de até 90 dias, daí terem sido registrados como parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 40.987).

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera investimentos mantidos até o vencimento a custo amortizado os ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos a custo amortizado, o Banco determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2022 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2021 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

Em setembro de 2020, o Banco trocou os títulos emitidos pela República Argentina, que havia recebido na conversão, em 2005, por títulos série “USD 2038 L.A.” e “USD 2041 L.A.”, no seu valor nominal, que é o mesmo valor das series devolvidas na permuta. Consequentemente, esta conversão não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação em ORA do montante da provisão para perdas por desvalorização por perdas esperadas na posse de títulos PAR e DISCOUNT que, na data de liquidação, 8 de setembro de 2020, era de USD 3.852, compostos por USD 2.960, reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, e USD 892, reconhecidos entre 1º de janeiro e 31 de agosto de 2020.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco vendeu títulos pelo valor de USD 203, realizando prejuízo de USD 210.

Os títulos recebidos na conversão foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, mensurados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

País	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Argentina	490.462	403.808
Bolívia	395.009	355.393
Brasil	178.992	143.243
Paraguai	342.042	275.547
Uruguai	278.339	269.610
Carteira de empréstimos bruta com garantia soberana (GS)	1.684.844	1.447.601
Carteira de empréstimos bruta sem garantia soberana (SGS)	76.000	72.000
Total carteira bruta	1.760.844	1.519.601
Menos: Taxa de administração a creditar	(2.938)	(3.595)
Subtotal carteira de empréstimos	1.757.906	1.516.006
Menos: Provisão p/perdas por desvalorização potencial em empréstimos GS	(12.416)	(11.123)
Menos: Provisão p/ perdas por desvalorização potencial de empréstimos SGS	(1.094)	(1.217)
Total Carteira líquida de empréstimos	1.744.396	1.503.666

Os juros e taxas acumulados a receber relativos a empréstimos equivalem a USD 28.182, em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 10.673).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Provisão no início do exercício de período ou ano GS ¹	11.123	8.491
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos GS	1.293	2.632
Subtotal provisão GS	12.416	11.123
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.217	1.250
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	(123)	(33)
Subtotal provisão SGS	1.094	1.217
Provisão p/perdas p/desval. pot. de empréstimos	13.510	12.340

¹O saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 foi ajustado pelo arredondamento ao milhar.



A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

Prazo de vencimento	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Até um ano	171.608	108.752
Um a dois anos	206.417	147.786
Dois a três anos	199.611	176.558
Três a quatro anos	176.313	169.383
Quatro a cinco anos	172.591	145.965
Mais de cinco anos	834.304	771.157
Total carteira de empréstimos bruta	1.760.844	1.519.601

Classificação da carteira de empréstimos

Cerca de 96% da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos concedidos com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a conceder financiamentos a bancos e sociedades de economia mista, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 4,3% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2022 (2021 – 4,7%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como circulante e o saldo restante, como não circulante. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2022–2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Para tanto, o PEI 2022–2026 baseia-se na aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes desta alteração, a Diretoria-Executiva havia aprovado nova linha de financiamento para operações SGS, em novembro de 2019.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a conceder empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com a classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Como se indica na Nota 6.4, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos sem garantia soberana a receber chega a USD 76.000, o que representa aumento de cerca de 6% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2021, de USD 72.000.

Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e de até 8 anos de amortização.



Da mesma forma que nos financiamentos concedidos com garantia soberana, esses empréstimos incorrem em juros com base na taxa de referência Libor de 6 meses mais *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Como se explica em maior detalhe na Nota 6.4, a taxa Libor de 6 meses está sendo substituída pela taxa SOFR, esperando-se concretizar a mudança nos próximos meses, o mais tardar no final de junho de 2023. Além disso, esses financiamentos geram taxa de empenho sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações SGS requerem que o tomador de recursos pague uma soma inicial não reembolsável destinada a cobrir os custos legais e de risco de crédito no momento de requerer o financiamento.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber destes ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para possíveis perdas em empréstimos CGS e SGS são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Essa condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou taxas devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui provisão para refletir a incobabilidade potencial de sua carteira de empréstimos. A provisão para empréstimos CGS e SGS é parte integral das políticas financeiras do Banco. De acordo com as normas em vigor, a provisão para futuras perdas eventuais em empréstimos é calculada de maneira diferente para os empréstimos CGS e SGS.

A previsão para empréstimos com garantia soberana é calculada considerando o saldo devedor de cada país membro no momento do cálculo. Esses saldos são multiplicados pela probabilidade de inadimplemento associado a cada país membro e pela estimativa de perda máxima resultante. A determinação da probabilidade de inadimplemento de cada país baseia-se na nota de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas. Essa probabilidade é ajustada para dar a devida ênfase ao reconhecimento da condição de credor preferencial de que goza o Banco.

Para os empréstimos concedidos sem garantia soberana, a probabilidade de inadimplemento é determinada com base na nota de risco de crédito atribuída pela análise realizada pelo Banco no momento da análise do crédito e é atualizada periodicamente. A perda máxima é estimada de acordo com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas pelo Comitê de Basileia.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os valores de seu patrimônio líquido e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral de sua carteira de empréstimos para avaliar imparidades que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição ao risco de crédito, moeda e taxa de juros constam das Notas 4.7 e 6.



8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a pagar contratados com outras organizações multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMDs), com instituições financeiras, além de depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco e títulos. Como se explica em (ii) a seguir, o Banco contrata operações de derivativos cambial e de taxa para reduzir o risco de variações das taxas de câmbio e de juros nos casos em que contrai dívidas em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência de seus empréstimos. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do J.P. Morgan (JPM) e do Crédit Suisse (CS), é o saldo líquido a receber de USD 5 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 – USD 694 líquidos a receber), e é registrado em “Derivativos para a cobertura de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total de dívida em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado ¹	485.347	381.536
Títulos a valor justo ²	492.017	547.825
	977.364	929.361
Carteira bruta		
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(2.021)	(2.620)
	975.343	926.741

¹Inclui dívida denominada em euros à taxa Euribor contratada com a AFD, que foi objeto de operação de *hedge* por meio de contrato de *swap* cambial e de taxa. Essa dívida e a operação de cobertura encontram-se reconhecidos, em 31 de dezembro de 2022, ao valor justo de USD 9.231 (ver Nota 8.5 (i)).

²A partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura (*hedge*) de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como coberturas mensuradas a valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores.

(i) Empréstimos de OMDs e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos concedidos a seus países membros é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2022 USD	2021 USD
Corporação Andina de Fomento – ver nota (1) abaixo	100.000	64.000
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – ver nota (2) abaixo	80.000	80.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – ver nota (3) abaixo	118.396	100.000
Agência Francesa de Desenvolvimento – ver nota (4) abaixo	28.322	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – ver nota (5) abaixo	42.000	12.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – ver nota (6) abaixo	16.629	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – ver nota (7) abaixo	100.000	100.000
Total	485.347	381.536



A partir de março de 2018, por resolução da Diretoria-Executiva, RDE 1409, a capacidade de empréstimo do Banco é estabelecida com base num múltiplo de três vezes o patrimônio líquido, e o limite máximo de endividamento é determinado pela soma dos ativos líquidos com duas vezes o patrimônio líquido.

O Banco planejou sua estratégia de endividamento e programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

(1) Em 9 de junho de 2022, o Banco pagou o valor pendente no âmbito da linha de crédito mantida com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) desde novembro de 2016. Em 1º de dezembro e em 6 de dezembro de 2022, respectivamente, o Banco tomou dois financiamentos de USD 50.000, no âmbito da linha de crédito acordada com o CAF em 17 de setembro de 2021. O primeiro será amortizado em duas parcelas iguais de USD 25.000, com vencimento em 1º de junho e 2 de setembro de 2024, e o segundo empréstimo será amortizado em duas parcelas iguais com vencimento em 6 de junho e 6 de dezembro de 2024. A taxa de juros que incide sobre ambos os empréstimos é taxa Term SOFR acrescida de *spread* fixo. Para proteger as potenciais diferenças entre a Term SOFR e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco, o Banco contratou com o DB, em 27 de janeiro de 2023, operações de cobertura de taxa retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, respectivamente (ver Nota 8.5 (ii)).

(2) O Banco mantém acordos com os Bancos Centrais de seus países membros que lhe permitem aceitar fundos denominados em dólares estadunidenses no médio prazo, instrumentados por meio de nota promissória. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém dívida por certificado de depósito bancário tomada do Banco Central do Uruguai, de USD 80.000, com vencimento em 5 de maio de 2023, à taxa fixa. Os juros incidentes sobre este certificado estão incluídos nos custos financeiros do período.

(3) Em 1º de dezembro de 2022, o Banco assinou acordo de financiamento de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo tomado ao BID baseia-se na taxa SOFR composta e prevê prazo de desembolso de 4 anos e período de amortização de 25 anos, com vida média de 14,95 anos a contar da primeira amortização do principal, em 15 de maio de 2027, e finalizando com a última amortização, em 15 de novembro de 2046. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto financiamento retroativo com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 8 de dezembro de 2021 e a data de vigência estipulada para o último desembolso a ser aprovado no âmbito desta linha. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos desta linha de crédito, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria ao Banco o valor desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Com isto, os fundos tomados pelo Banco no âmbito desta linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Com esta nova linha de crédito, o total financiado com o BID é de USD 200.000. Deste total, USD 100.000 foram aprovados em 2017 e já foram totalmente desembolsados, mas ainda não começaram a amortizar em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 100.000).

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo a ser desembolsado:



Empréstimos	31 de dezembro de 2022 e 2021			
	BID			A ser financiado
	Montante elegível	Desembolsado	A desembolsar	pelo FONPLATA
Linha de crédito vigente 2022:				
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	16.690	8.300	8.390	3.310
BRA-21/2018 Itajaí 2040	6.205	6.205	--	56.295
BRA-23/2019 Ponta Porã	22.130	3.892	18.238	2.870
Subtotal	45.025	18.397	26.628	62.475
Projetos a identificar	54.975	--	54.975	--
Total linha vigente	100.000	18.397	81.603	62.475
Linha de crédito executada 2021 :				
ARG-26/2016 Modernização	750	750	--	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	--	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	--	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	2.220	9.280	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	9.709	10.291	17.214
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	20.000	--	45.000
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	--	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	--	12.000	--
Adiantamento para projetos ARG-35/ARG-39 ²	--	4.190	(4.190)	(4.190)
Projetos elegíveis não desembolsados	(35.709)	--	--	--
Subtotal	100.000	100.000	35.709	174.015
Total	200.000	118.397	117.312	236.490

(4) Em 29 de junho de 2022, o Banco assinou nova linha de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor total de EUR 30.000 amortizáveis em 15 anos à taxa Euribor de 6 meses mais *spread*. Esta linha soma-se à linha de crédito aprovada em outubro de 2018, no valor de USD 20.000, que foi totalmente executada em 2021 e encontra-se em processo de reembolso. Em 31 de dezembro de 2022, haviam sido financiados empréstimos elegíveis sob esta nova linha no valor total de EUR 8.000, equivalentes a USD 8.519. O total devido à AFD no âmbito dessas duas linhas chega a USD 27.610 (USD 20.000 e EUR 8.000), em 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 20.000). Para proteger-se das potenciais variações de taxa de câmbio, entre o euro e o dólar estadunidense, e de taxa de juros, entre a Euribor e a SOFR composta, que é a taxa de referência dos empréstimos, o Banco contratou com a JPM operação de cobertura cambial e de taxa (ver Nota 8.5 (ii)).

Empréstimos	AFD Financiamentos em EUR e USD em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
	Elegível	Desembolsado	Disponível	FONPLATA	A Pagar
ARG-51/2021-PROSAF	3.780	3.780	--	9.520	--
BRA-33/2022-DOURADOS	11.380	4.220	7.160	28.620	--
Projetos a identificar	14.840	--	14.840	--	--
Total Euros	30.000	8.000	22.000	38.140	8.000
USD equivalentes	31.947	8.519	23.428	40.615	8.519
Linha USD 2018	20.000	20.000	--	--	19.091
Total	51.947	28.519	23.428	40.615	27.610



- (5) Em 29 de abril e 6 de dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 10.000 e 20.000, respectivamente, do Banco Europeu de Investimentos (BEI), no âmbito da linha de financiamento assinada em agosto de 2020, no valor total de USD 60.000. Esses valores somam-se aos USD 12.000 recebidos até 31 de dezembro de 2021.
- (6) No exercício findo em 31 dezembro de 2022, o Banco recebeu USD 12.200, sob a nova linha de crédito assinada em junho de 2021 com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no valor total de USD 15.000. Essa linha soma-se à obtida em 2018, originalmente no valor de USD 15.000, dos quais foram liquidados USD 9.464 que não haviam sido desembolsados até a data de sua expiração, em 17 de dezembro de 2020, deixando saldo a pagar pelos desembolsos recebidos de USD 5.536, dos quais USD 554 e USD 553 foram amortizados em junho e dezembro de 2022, respectivamente, restando saldo pendente de USD 4.429.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	ICO			Disponível
	Elegível	Desembolsado 2021	Desembolsado 2022	
31 de dezembro de 2022				
ARG 23/2015 Estrada de Ferro Belgrano				
SUR	12.645	--	12.200	445
Subtotal	12.645	--	12.200	445
31 de dezembro de 2021				
BOL – 25 Rede de esgoto	1.674	1.674	--	--
URU – 14 Líquidos residuais	3.629	2.129	--	1.500
ARG – 38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	--	--
Projeto a ser identificado	7.964	--	--	7.964
ICO FASE II	15.000	--	6.700	8.300
Projeto cancelado	--	--	--	(9.464)
Subtotal	30.000	5.536	6.700	8.300
Total	42.645	5.536	18.900	8.745

- (7) O valor devido sob esta linha de crédito corresponde aos USD 100.000 financiados no âmbito da linha de crédito acordada com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), em junho de 2021, com prazo de 5 anos.
- (8) Em 16 de dezembro de 2022, o Banco assinou contrato de empréstimo com a KfW, a fim de financiar projetos da linha verde e que contribuam para mitigar o impacto ao meio ambiente e as mudanças climáticas. Este empréstimo é denominado em Euros e incorre em juros com base na taxa Euribor mais *spread* fixo. O valor total do financiamento é de EUR 37.000. Este empréstimo pode ser desembolsado até 31 de dezembro de 2024, data em que expira o contrato de financiamento. A amortização do empréstimo está prevista em sete parcelas semestrais iguais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2027, finalizando em 15 de maio de 2030. Em 31 de dezembro de 2022, não foram registrados desembolsos no âmbito deste empréstimo.



(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos classificados como cobertura a valor justo

Como indicado nas Notas 2 e 4.10, entre 2019 e 2021, o Banco realizou três emissões de títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28, de acordo com o ano do respectivo vencimento. Essas emissões são denominadas em francos suíços à taxa de juros fixa com cupom anual e pagamento do principal no vencimento. FONPLATA 24, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 5 anos e vencimento em 11 de março de 2024; FONPLATA 26, com valor total de CHF 200.000, foi emitido com prazo de 5 ½ anos e vencimento em 3 de setembro de 2026; e FONPLATA28, com valor total de CHF 150.000, foi emitido com prazo de 7 anos e vencimento em 1º de dezembro de 2028. Ademais, como indicado acima na Nota 8.5 (i) (1) e (4), o Banco contratou nova linha de crédito com o CAF, denominada em dólares estadunidenses e à taxa de juros Term SOFR, além de nova linha de crédito junto à AFD, denominada em euros à taxa Euribor. Em dezembro de 2022, o Banco havia recebido USD 100.000 da linha com o CAF e USD 8.519 da linha com a AFD.

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa de referência dos empréstimos, por obrigações denominadas em dólares estadunidenses sobre as quais incidem juros com base na taxa de referência da carteira de empréstimos. De acordo com a natureza destas transações, o Banco considerou que as operações de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de cobertura a valor justo, de acordo com a IFRS 9.

A seguir são apresentados os *swaps* cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente:

31 de dezembro de 2022

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
2. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
3. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de EUR 8.000, primeiro desembolso tomado do empréstimo contratado com a AFD (ver Nota 8.5.(i) (4)) e contratado com a taxa Euribor mais *spread* fixo. Esta operação de *swap* cobre o período da dívida contraída a partir de 23 de dezembro de 2022 até seu vencimento, em 31 de janeiro de 2034, e incorre em juros sobre total equivalente a USD 8.516 com base na SOFR composta, que é a taxa de referência de todos os empréstimos concedidos pelo Banco a partir de 1º de janeiro de 2022 (ver Nota 6.2).
5. DB – *Swap* de taxas de juros dos desembolsos tomados sob a linha de crédito contratada com o CAF (ver Nota 8.5 (i) (1)), da taxa Term SOFR para a taxa SOFR composta, que é a taxa de referência das operações de empréstimos do Banco. Estas operações de cobertura de taxa de



31 de dezembro de 2022

juros ocorreram no dia 27 de janeiro de 2023, com cobertura retroativa a 1º e 6 de dezembro de 2022, data em que foram tomados os desembolsos. O valor justo da dívida contraída junto ao CAF e o valor justo das operações de cobertura de taxa de juros a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2022, é igual ao valor ao custo amortizado da dívida na mesma data, USD 100.000. A operação de cobertura resultou na diferença de juros a favor do Banco em 31 de dezembro de 2022, no valor de USD 81, que se encontram refletidos no menor custo de encargos financeiros.

31 de dezembro de 2021

1. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 5 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
2. JPM – *Swap* de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, por pagamentos semestrais à taxa de juros variável com base na taxa Libor de 6 meses (ver Notas 2 e 8 (i) (2)).
3. CS – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos à taxa fixa com cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 5 ½ anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.
4. JPM – *Swap* cambial e de taxas de juros para a operação de troca de CHF 150.000, com prazo de 7 anos à taxa fixa com cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão de agente pagador, com prazo de 7 anos, com pagamento de juros semestrais, baseados na taxa Libor de 6 meses.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes. Sob esses contratos, cada parte deve compensar à outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na valorização diária das operações de *swap* devido a mudanças nas taxas de juros e cambial. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar o valor estipulado com cada contraparte. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelas contrapartes. O modelo usado baseia-se em informações do mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos.

Os juros recebidos ou pagos pelo Banco pelo valor da garantia mantida com suas contrapartes são reconhecidos em outras receitas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui valor líquido a receber de suas contrapartes de USD 36.858 (2021 – USD 7.602).

O valor total de juros recebidos e pagos pelas garantias recebidas e enviadas às contrapartes baseia-se na taxa de juros para depósitos da Reserva Federal dos EUA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco recebeu juros sobre garantia depositada junto às suas contrapartes no valor de USD 847 (2021 – USD 13) e pagou juros por garantias recebidas de suas contrapartes no valor de USD 2 (2021 – USD 5).



Os ativos e passivo financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando o Banco tem direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos, e a intenção de cumprir o contrato compensando a obrigação líquida ou realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de *swap* cambial e de taxa e de garantia), com base no direito de compensação e liquidação emergente do contrato, que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2022 e 2021. A coluna “montante líquido” mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação seja executado.

	<u>Montantes brutos</u>	<u>Montantes brutos compensados no Balanço patrimonial</u>	<u>Montantes líquidos apresentados no Balanço Patrimonial</u>
	USD	USD	USD
31 de dezembro de 2022			
Crédit Suisse (CS):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ¹	210.781	(238.047)	(27.266)
Garantia a receber	27.270	-	27.270
	<u>238.051</u>	<u>(238.047)</u>	<u>4</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ¹	(238.047)	238.047	-
Subtotal derivativos a pagar	<u>(238.047)</u>	<u>238.047</u>	<u>-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber de CS	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
J.P. Morgan (JPM):			
Ativos financeiros			
Swap cambial e de taxa de juros a receber ²	329.137	(338.724)	(9.587)
Garantia a receber	9.588	-	9.588
Subtotal derivativos a receber	<u>338.725</u>	<u>(338.724)</u>	<u>1</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar ²	(338.724)	338.724	-
Subtotal derivativos a pagar	<u>(338.724)</u>	<u>338.724</u>	<u>-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber de JPM	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Deutsche Bank (DB):			
Ativos financeiros			
Swap de taxa de juros a receber	100.000	(100.000)	-
Garantia a receber	-	-	-
Subtotal derivativos a receber	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo financeiro			
Swap de taxa de juros a pagar	(100.000)	100.000	-
Garantia devida	-	-	-
Posição líquida de derivativos de DB	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Pos. líquida de derivativos a receber de contrapartes	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – CS	230.790	(239.500)	(8.710)
Garantia a receber – CS	8.720	-	8.720
Subtotal derivativos a receber – CS	<u>239.510</u>	<u>(239.500)</u>	<u>10</u>
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – CS	(239.500)	239.500	-
Subtotal Derivados por pagar – CS	<u>(239.500)</u>	<u>239.500</u>	<u>-</u>
Exposição líquida de derivativos a receber	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>



	<u>Montantes brutos</u> USD	<u>Montantes brutos compensados no Balanço patrimonial</u> USD	<u>Montantes líquidos apresentados no Balanço Patrimonial</u> USD
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	333.249	(316.326)	16.923
Swap de taxa de juros a receber VJORA – JPM	80.562	(80.479)	83
Subtotal derivativos a receber – JPM	413.811	(396.805)	17.006
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(316.326)	316.326	--
Swap de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(80.479)	80.479	--
Garantia a pagar – JPM	(16.322)	--	(16.322)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(413.127)	396.805	(16.322)
Exposição líquida de derivativos a pagar³	684	--	684
Posição líquida de derivativos a receber	694	--	694

¹Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros de referência correspondente à operação de *swap* cambial e de taxa contraída com o CS é a Libor de 6 meses. Isso é consistente com os saldos mantidos em operações de empréstimos a receber que, em 31 de dezembro de 2022, ainda se mantêm à taxa Libor de 6 meses. A substituição da taxa de juros de referência na operação de *swap* com o CS será efetuada antes de 30 de junho de 2023.

²Como se indica na Nota 2-B, em dezembro de 2022, o Banco substituiu a taxa Libor de 6 meses pela taxa SOFR composta, que é a taxa de referência em mais de 60% da carteira de empréstimos, em suas operações de *swap* com o JPM. Esta substituição é efetiva para os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 2023.

³Por causa do encerramento antecipado dos mercados de capital em 31 de dezembro de 2021, o JPM transferiu ao Banco o ajuste correspondente de *spread* de USD 690, em 3 de janeiro de 2022, mudando a exposição do Banco ao risco de crédito de USD 684 para passivo líquido de USD 1.

Todos os derivativos são mensurados a valor justo, usando técnicas de avaliação com base no uso de informações confiáveis e observáveis de mercado, na medida do possível, sendo classificados no nível 2 (ver Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com seu prazo contratual de vencimento é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	<u>2022</u> USD	<u>2021</u> USD
Prazos de Vencimento		
Até um ano	104.592	66.016
De um a dois anos	298.900	104.592
De dois a três anos	41.992	205.606
De três a quatro anos	224.346	41.688
De quatro a cinco anos	12.928	244.579
Mais de cinco anos	294.606	266.880
Total	977.364	929.361



(i) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMDs e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os recursos captados por meio de dívidas e os títulos emitidos em moedas diferentes do dólar estadunidense e taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimos são objeto de operações de *swap* cambial e de taxa, a fim de mitigar a exposição a variações nas taxas de câmbio e de juros, e são mensuradas a seu valor justo. O efeito líquido dessas variações é reconhecido na demonstração de resultados em “Outras receitas”.

(ii) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	31 de diciembre de	
	<u>2022</u> USD	<u>2021</u> \$
FOCOM	14.230	13.769
PAC	4.184	4.056
PCT	4.221	4.066
Total	22.635	21.891

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, com normas de administração e procedimentos próprios, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Em vista disso, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco. Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou lucros retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

a. **Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM):** O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos por Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado, em 2020, para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a “Linha Verde”, projetos com impacto ambiental e projetos sob a “Linha de Reativação Econômica”. Esta ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros devidos semestralmente pelos tomadores de recursos. O pagamento do benefício concedido por este fundo é contingente e determinado de forma anual, por conta e ordem dos tomadores de recursos. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 3.100 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2022, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 21.610 dos resultados acumulados a título de contribuição (31 de dezembro de 2021 – USD 18.510).

b. **Programa de Cooperação Técnica (PCT):** Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do “Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional” (FONDEPRO) para



o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 16 de dezembro de 2022 (RAG – 192), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2021. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2022, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 5.000 dos resultados acumulados não alocados a título de contribuição (31 de dezembro de 2021 – USD 4.500).

- c. **Fundo de Pensão (PAC):** Conforme explicado na nota 4.13, “Outros benefícios a funcionários”, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria-Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1º de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos da relação de trabalho do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por encerramento do tempo de serviço, que é melhorado pelo Banco por meio de contribuição de 100% do montante da taxa contribuição dos funcionários participantes para a poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, e as contribuições do Banco para a poupança voluntária, incluindo, também, os rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Este percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC ao encerramento do vínculo empregatício.

A tabela a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição para poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições do FONPLATA sobre poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2022						
Saldos em 31 de dezembro de 2021 ¹ :	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
Mudanças no tempo de serviço						64
Contribuição p/ benefício no encerramento	471	--	--	471	471	--
Poupança voluntária dos participantes	--	358	358	716	673	43
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	65	--	65	65	--
Receita sobre investimentos liquidada	--	13	10	24	24	--
Resgates	(585)	(318)	(243)	(1.148)	(1.144)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.775	1.379	1.031	4.184	4.130	54



	Contribuições para benefício de indenização USD	Contribuição para poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições do FONPLATA sobre poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2021						
Saldos em 31 de dezembro de 2021:	1.598	803	585	2.986	2.896	90
Mudanças no tempo de serviço	--	--	--	--	60	(60)
Contribuição p/ benefício no encerramento	465	--	--	465	465	--
Poupança voluntária dos participantes	--	367	367	734	684	50
Poupança voluntária adicional dos participantes	--	153	--	153	153	--
Receita sobre investimentos liquidada	--	1	1	2	2	--
Resgates	(174)	(64)	(46)	(284)	(284)	--
Saldo devido ao PAC	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80

¹O saldo inicial disponível para o pagamento de benefícios foi ajustado por arredondamento ao milhar.

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco, independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um destes fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota apresenta informações sobre os julgamentos e estimativas usados na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nível 1 USD	Nível 2 USD	Nível 3 USD
31 de dezembro de 2022			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	338.850	--	--
Dívidas a valor justo por meio do resultado – 8.5 (i)	(501.248)	--	--
Operações de cobertura a receber a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5	539.918	--	--
Operações de cobertura a pagar a valor justo por meio de resultados – Nota 8.5 (ii)	(576.772)	--	--
31 de dezembro de 2021			
Investimentos a valor justo por meio de ORA – Nota 8.2	352.788	--	--
Operações de cobertura a receber a valor justo por meio de ORA – Nota 8.5 – (ii)	644.601	--	--
Operações de cobertura a pagar a valor justo por meio de ORA – Nota 8.5 – (ii)	(636.305)	--	--

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso

de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.



- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. A cotação usada para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Estes instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.
- **Nível 3:** Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos incluem os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u>	<u>Equipamentos e Móveis</u>	<u>Obras de Arte</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total¹</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Valor de origem					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.857	2.427	87	49	7.420
Adições	-.-	214			214
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857	2.641	87	49	7.634
Adições	-.-	694	-.-	-.-	694
Bens de uso em trânsito	-.-	32	-.-	-.-	32
Baixas	(392)	(86)	-.-	-.-	(478)
Valor de origem em 31 de dezembro de 2022	4.465	3.282	87	49	7.883
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	513	928	-.-	46	1.487
Depreciação	166	237	-.-	3	406
Saldo em 31 de dezembro de 2021	679	1.165	-.-	49	1.893
Baixas	(22)	(33)	-.-	-.-	(55)
Depreciação	102	263	-.-	-.-	365
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2022	759	1.395	-.-	49	2.204
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2022	3.706	1.887	87	-.-	5.679
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2021	4.178	1.476	87	-.-	5.741

¹ Os saldos iniciais e as somas parciais incluem diferenças por arredondamento.



O valor líquido resultante de salas comerciais, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de USD 812. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva foi reduzida em USD 73, como resultado da venda de salas comerciais localizadas no 3º andar da sede principal do Banco, como se explica a seguir. A reserva por reavaliação técnica é classificada em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

Em janeiro de 2022, como resultado da abertura dos Escritórios de Ligação em seus países membros e a designação de pessoal técnico para ocupar vagas de trabalho nesses escritórios, além da adoção de modelo híbrido de trabalho, o Banco otimizou o espaço físico ocupado em sua sede principal, o que possibilitou a venda das salas ocupadas no 3º andar. O valor da venda foi de USD 450, determinados com base no valor de mercado, representando lucros líquidos de USD 116 após dedução do valor líquido, resultante de USD 320 mais impostos de transferência, no valor de USD 14.

(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, menos a depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

<u>Detalhe</u>	<u>Vida útil</u>
Propriedades:	Não são amortizados
Terrenos e Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, o que for menor
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis alugados	Encerramento de contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizadas

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(iii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as propriedades tivessem sido determinadas a custo

Se as propriedades tivessem sido determinadas a custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(583)	(596)
Total	3.461	3.448

9.2 Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.



O Banco assinou contratos de arrendamento a médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Buenos Aires (Argentina), Brasília (Brasil) e Montevidéu (Uruguai). Os aluguéis por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aluguéis e juros implícitos no valor total de USD 165 (2021 – USD 65). A tabela a seguir apresenta as informações relevantes desses aluguéis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

31 de dezembro de 2022

Montevidéu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020, incluindo ampliação pela locação de 75 m² adicionais em junho de 2022. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. A partir da ampliação, em junho de 2022, o pagamento mínimo é de USD 3,9 mensais. Os pagamentos mínimos de arrendamento estão sujeitos a aumento anual de 4%.

83

Brasília – Brasil, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 2,1, sujeitos a ajustes anuais baseados no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.

31

Buenos Aires – Argentina, contrato de arrendamento de 3 anos assinado por 36 meses, a partir de 1º de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2025, com pagamento mínimo mensal de USD 5,4, incluindo imposto sobre valor agregado e a amortização de melhorias.

152

Total

266

31 de dezembro de 2021

Montevidéu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5 a partir de 1º de fevereiro de 2021 até 1º de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de arrendamento estão sujeitos a aumento anual de 4%.

95

Brasília – Brasil, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 9,5, sujeitos a ajustes anuais baseados no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.

49

Total

144

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante total de diversos a receber é de USD 1.088 e USD 748, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e taxas acumulados a pagar por dívidas contraídas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ademais, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento do escritório de ligação em Montevidéu, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31 de dezembro de 2022 USD	31 de dezembro de 2021 USD
Juros e taxas acumuladas por dívidas	9.638	2.534
Contas a pagar e acréscimos	390	471
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	266	144
Total	10.294	3.149



NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14ª Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200. O novo aumento de capital efetivou-se em 2017, com o processo de subscrição pelos países membros de suas parcelas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000.

Nessa oportunidade foi acordado integralizar o capital a ser pago em dinheiro em oito parcelas. Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai se comprometeram a integralizar suas parcelas entre 2018 e 2024, e o Brasil, entre 2018 e 2026. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, o capital a ser pago em dinheiro totalizará USD 1.349.200.

A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se a instituição não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:

País membro ⁱ	Capital suscrito		Capital Autorizado		Total USD	%
	Caixa USD	Exigível USD	Caixa USD	Exigível USD		
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	1.349.200	1.665.000	1.349.200	1.665.000	3.014.200	100,0%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 75.194 e USD 89.585, respectivamente. Os montantes de capital pagos subscritos e ainda não integralizados, bem como o capital exigível e autorizado, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, são os seguintes:

País Membro	31 de dezembro de 2022 Capital subscrito em dinheiro			31 de dezembro de 2021 Capital subscrito em dinheiro		
	Caixa ⁱ USD	A integralizar ⁱ USD	Total USD	Caixa ⁱ USD	A integralizar ⁱ USD	Total USD
• Argentina	387.410	62.334	449.744	356.244	93.500	449.744
• Bolívia	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
• Brasil	306.871	142.873	449.744	294.012	155.732	449.744
• Paraguai	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
• Uruguai	129.126	20.778	149.904	118.737	31.167	149.904
Total	1.081.660	267.540	1.349.200	1.006.467	342.733	1.349.200

Como indicado na Nota 2-B, com data de 3 de janeiro de 2023, o Banco recebeu do Brasil a soma de USD 69.842, correspondente ao saldo remanescente das parcelas de capital acordadas para o período 2020 a 2022. Permanece apenas saldo remanescente de USD 98, correspondente à parcela de 2022. Essas contribuições serão somadas ao patrimônio do Banco e seu fluxo de caixa em 2023.



31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

<u>País membro</u>	<u>Capital subscrito exigível</u> ⁱ	<u>Autorizado</u> ⁱⁱ
		<u>USD</u>
• Argentina		555.014
• Bolívia		184.991
• Brasil		555.014
• Paraguai		184.991
• Uruguai		184.990
Total		<u>1.665.000</u>

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros haviam subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido ao arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, incluem:

(i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva viu-se aumentada por ganho de USD 1.191, para perda acumulada de USD 4.615 (31 de dezembro de 2021 – USD 3.928 de perda realizada para total acumulado de perdas não realizadas de USD 5.806).

(ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para cobertura: Como se indica na Nota 8.5, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Banco classifica suas operações de cobertura (*hedge*) de fluxos de dívidas contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência de suas operações de empréstimos como coberturas mensuradas a valor justo, de acordo com a IFRS 9. Esta mudança foi realizada no âmbito de referência da IAS 8, de forma prospectiva, dado que não existe efeito material em exercícios anteriores. Como resultado, o saldo em Reserva para as alterações no valor justo dos derivativos mantidos para cobertura em 31 de dezembro de 2021, de USD 3.578 de perdas não realizadas, foi reclassificado no resultado do exercício como “Outras receitas”. Esta rubrica inclui o resultado líquido de ganhos e perdas não realizados, produto da mensuração a valor justo da dívida contraída em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos concedidos pelo Banco aos tomadores de recursos, bem como as diferenças líquidas do valor justo das operações de cobertura a receber de suas contrapartes e a pagar.

(iii) Reserva para reavaliação de propriedades: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esta reserva viu-se reduzida em USD 93, para um saldo de USD 636, como resultado da venda das salas ocupadas no 3º andar da sede principal do Banco USD 66, e USD 27 pela depreciação no exercício (2021 – USD 729, depois de deduzir a depreciação do exercício, de USD 28).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022 totalizam USD 47.615 e correspondem totalmente à receita líquida obtida de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 (2021 – USD 24.030). Esses lucros são resultado do reconhecimento de dívidas contraídas em moedas diferentes do dólar estadunidense e a taxas diferentes da taxa de referência dos empréstimos e das operações de cobertura contratadas para



diminuir o risco de exposição a alterações cambiais e de taxas de juros e representam USD 6.370 de ganhos não realizados. Esses resultados não realizados resultam da diferença líquida da mensuração da dívida original e das coberturas a receber e a pagar no encerramento do exercício e vão convergindo a zero à medida que a dívida original e a cobertura expirem, quando o Banco fará a troca dos fluxos de caixa contratados e acordados com suas contrapartes.

As políticas do Banco preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial de Compensação da Taxa Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a estes dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2021, aprovada pela Assembleia de Governadores, em 16 de dezembro de 2022 (RAG 192).

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, é o seguinte:

	<u>Reserva Capital</u>
	<u>USD</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	155.751
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2021	27.414
Saldo em 31 de dezembro de 2021	183.165
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2022	20.430
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>203.595</u>

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	<u>De 1 de dezembro a 31 de dezembro de</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Receitas de empréstimos:		
Juros	69.613	35.609
Taxa de empenho	3.399	3.653
Taxa de administração	2.501	2.959
Subtotal	<u>75.513</u>	<u>42.221</u>
Receitas de investimentos:		
Juros	2.275	4.793
Outros	13	15
Receitas de investimentos, bruto	<u>2.288</u>	<u>4.808</u>
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(179)	(23)
Receitas de investimentos, líquido	<u>2.109</u>	<u>4.785</u>
Receitas financeiras	<u>77.622</u>	<u>47.006</u>
Outras receitas		
Receitas não realizadas de ajustes a valor justo de dívidas protegidas por operações de cobertura cambial e de taxa – Nota 4.10	48.807	-
Perdas não realizadas líquidas de valor justo de operações de cobertura a receber e a pagar – Nota 4.10	(42.437)	-
Resultados não realizados líquidos	<u>6.370</u>	<u>-</u>
Outras receitas	1.020	85
Total outras receitas	<u>7.390</u>	<u>85</u>



NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco atingiu percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 81,2% e 76%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

Classificação das despesas	De 1 de janeiro a 31 de dezembro	
	2022 USD	2021 USD
Despesas de pessoal	7.563	7.067
Despesas de serviços	645	206
Serviços profissionais	838	561
Classificação de risco de crédito	78	51
Audidores externos	81	61
Despesas administrativas	1.229	956
Serviços financeiros	182	190
Total do orçamento administrativo executado	10.616	9.092
Classificação de outras despesas		
Depreciação	365	379
Diferenças cambiais – lucros	69	42
Total de despesas administrativas	11.050	9.513

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente:

	Circulante (Menos de 1 ano)	Não circulante (Mais de 1 ano)	Total
	USD	USD	USD
31 de dezembro de 2022			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	217.589	--	217.589
Investimentos			
A valor justo ¹	338.850	--	338.850
A custo amortizado	--	--	--
Carteira de empréstimos			
Empréstimos a receber	169.976	1.574.420	1.744.396
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.374	--	1.374
Juros e taxas de empréstimos	28.182	--	28.182
Outros ativos			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	5	--	5
Propriedade e equipamentos, líquido	--	5.679	5.679
Diversos	510	578	1.088
Total do Ativo	756.486	1.580.677	2.337.163



	Circulante (Menos de 1 ano)	Não circulante (Mais de 1 ano)	Total
	USD	USD	USD
PASSIVO			
Derivativos para a cobertura de fluxos de caixa – Nota 8.5 (ii)			
Dívidas	104.601	870.742	975.343
Outros passivos	10.028	266	10.294
Fundos especiais	4.520	18.115	22.635
Total do passivo	119.149	889.123	1.008.272
31 de dezembro de 2021			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	128.261	--	128.261
Investimentos			
A valor justo ¹	352.788	--	352.788
A custo amortizado	151.850	--	151.850
Carteira de empréstimos			
Empréstimos a receber	106.702	1.396.964	1.503.666
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	2.366	--	2.366
Juros e taxas de empréstimos	10.673	--	10.673
Outros ativos			
Derivativos para cobertura do fluxo de caixa	694	--	694
Propriedade e equipamentos, líquido	--	5.742	5.742
Diversos	321	427	748
Total do Ativo	753.655	1.403.133	2.156.788
PASSIVO			
Dívidas	65.446	861.295	926.741
Outros passivos	3.005	144	3.149
Fundos especiais	4.054	17.837	21.891
Total do passivo	72.505	879.276	951.781

¹Em 31 de dezembro de 2022, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensuradas a VJORA são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos de propriedade, de dívida, ações e valores, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizer, para uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.



De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. As operações realizadas pelo banco consistem em conceder financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta</u>	<u>Taxas a creditar</u>	<u>Perdas por desvalorização</u>	<u>Carteira de Empréstimos</u>	<u>Juros e taxas a receber</u>	<u>Total</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
31 de dezembro de 2022						
Argentina	490.462	(1.237)	(8.571)	480.654	8.394	489.049
Bolívia	395.009	(916)	(2.192)	391.901	6.280	398.181
Brasil ¹	208.992	(404)	(1.159)	207.429	2.682	210.111
Paraguai	378.042	(314)	(705)	377.024	6.262	383.286
Uruguai	288.339	(67)	(882)	287.390	4.564	291.953
Total	1.760.844	(2.938)	(13.509)	1.744.398	28.182	1.772.580
31 de dezembro de 2021:						
Argentina	403.808	(1.335)	(7.373)	395.100	3.030	398.130
Bolívia	355.393	(283)	(2.060)	353.050	2.566	355.616
Brasil ¹	179.242	(792)	(1.222)	177.228	1.192	178.420
Paraguai ¹	311.546	(916)	(721)	309.910	2.066	311.976
Uruguai	269.610	(269)	(963)	268.378	1.819	270.197
Total²	1.519.600	(3.595)	(12.339)	1.503.666	10.673	1.514.339

¹ Inclui USD 76.000 de saldos de três empréstimos SGS aprovados (31 de dezembro de 2021 – USD 72.000). Em 31 de dezembro de 2022, as taxas acumuladas a creditar de empréstimos SGS totalizam USD 44 (31 de dezembro de 2021 – USD 191), e os juros acumulados a receber, USD 443 (31 de dezembro de 2021 – USD 185). A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS é de USD 1.094 (31 de dezembro de 2021 – USD 1.217) (ver Nota 8.4, para mais detalhes).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.



A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento o produtivo</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u>	<u>Empréstimos SGS</u>	<u>Total</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>	<u>USD</u>
31 de dezembro de 2022					
Argentina	244.789	72.112	173.560	--	490.462
Bolívia	370.725	9.596	14.688	--	395.009
Brasil ¹	170.387	--	8.605	30.000	208.992
Paraguai ¹	331.542	10.501	--	36.000	378.042
Uruguai	227.133	28.848	22.358	10.000	288.339
Total	1.344.576	121.057	219.210	76.000	1.760.844
31 de dezembro de 2021:					
Argentina	199.851	65.529	138.428	--	403.808
Bolívia	340.051	--	15.342	--	355.393
Brasil	128.880	--	14.362	36.000	179.243
Paraguai	263.295	12.251	--	36.000	311.546
Uruguai	224.028	28.848	16.734	--	269.610
Total²	1.156.105	106.628	184.866	72.000	1.519.601

¹O montante registrado como "Total" inclui USD 76.000 de empréstimos SGS a receber por financiamentos concedidos a bancos e sociedades de economia mista. Esses financiamentos não se enquadram em nenhuma das classificações usadas nos financiamentos concedidos a países membros com garantia soberana (ver Nota 8.4, para mais detalhes).

² As somas horizontais e verticais podem diferir em razão de arredondamento.

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Argentina	341.506	313.214
Bolívia	140.389	71.390
Brasil ¹	285.740	142.564
Paraguai	193.947	146.136
Uruguai	22.422	27.711
Total	984.004	701.015

¹Inclui USD 6.000 de empréstimos SGS em 31 de dezembro de 2021, que foram liquidados em 2022.

Além disso, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>USD</u>	<u>USD</u>
Argentina	87.000	65.300
Bolívia	--	100.000
Brasil ¹	165.130	206.510
Paraguai	175.000	276.246
Uruguai	--	42.000
Total	427.130	690.056



O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	De 1º de janeiro a 31 de dezembro,			
	2022		2021	
	<u>Saldo</u> <u>Promedio</u> <u>USD</u>	<u>Retorno</u> <u>Médio</u> <u>%</u>	<u>Saldo</u> <u>Medio</u> <u>USD</u>	<u>Retorno</u> <u>Medio</u> <u>%</u>
Carteira de empréstimos	1.640.222	4,60%	1.385.548	3,05%

(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	<u>Juros sobre</u> <u>empréstimos</u> <u>USD</u>	<u>Outras receitas</u> <u>operacionais</u> <u>USD</u>	<u>Total</u> <u>USD</u>
	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022		
Argentina	19.800	2.254	22.054
Bolivia	14.924	759	15.683
Brasil ¹	8.291	1.013	9.304
Paraguay ¹	15.130	1.508	16.638
Uruguay	11.467	366	11.833
Total	69.612	5.900	75.512
De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021:			
Argentina	9.782	2.177	11.959
Bolivia	8.860	806	9.665
Brasil	4.455	1.227	5.682
Paraguay	6.177	1.931	8.108
Uruguay	6.336	471	6.807
Total	35.609	6.612	42.222

¹ Inclui juros acumulados, no total de USD 3.254, e outros encargos por taxa de administração, de USD 79, correspondentes a empréstimos SGS concedidos a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente (31 de dezembro de 2021 – USD 2.218 e USD 79, como outros juros e outros encargos relacionados a empréstimos SGS).

NOTA 16 – ENTIDADES COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco concede financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a empresas públicas e bancos de desenvolvimento enquadrados como sociedades de economia mista nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria-Executiva ou o Presidente-Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.



NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras e até 28 de fevereiro de 2023, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

Luciana Botafogo Brito
PRESIDENTE-EXECUTIVA a.i.

Leandro A. Gorgal
PRESIDENTE DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Fernando A. Fernandez Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE FINANCEIRO

ANEXO III

Desenvolvimento Humano, Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa



Como parte da política de relacionamento com os seus países membros e no âmbito de seu objetivo de “levar o desenvolvimento para mais perto das pessoas”, o FONPLATA – Banco de Desenvolvimento fomenta, apoia e participa de diferentes iniciativas em seu contexto regional e internacional de ação. Em 2022, continuando o caminho trilhado em 2021, o Banco participou de eventos para o desenvolvimento e a ampliação de suas Alianças Estratégicas no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, desenvolvendo ações de fortalecimento de seu Comitê de Voluntariado.

Dessa forma, em seu processo de tomada de decisões e de ação, em consonância com a Responsabilidade Social Corporativa, o FONPLATA possui sólido compromisso de que seu financiamento gere resultados positivos no desenvolvimento sustentável, focando o bem-estar das comunidades, a geração de emprego local, a sustentabilidade e o meio ambiente.

Para avançar e buscar soluções adequadas aos diferentes contextos de seus países membros e sua integração regional e internacional, o Banco de Desenvolvimento foi parte indispensável dos seguintes eventos de trocas e aprendizagem, entre outros:

“52° Assembleia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE).

Curaçau.

Painel sobre Gênero, organizado pela Agence Française de Développement (AFD), junto com representantes da UE, BID, KfW, JICA, Banco Mundial e ONU Mulheres.

Brazil Investment Forum 2022 – BIF22, maior evento de investimento estrangeiro da América Latina, organizado pela Apex-Brasil, o BID e a República Federativa do Brasil.

Seminário “O papel dos bancos de desenvolvimento na agenda da sustentabilidade”, realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

São Paulo, Brasil.

LX Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul

Luque, Paraguai.

Fórum Anual da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento na América Latina e o Caribe, como parte do Finance in Common – Global Fund for Cities Development (FMDV), que busca alinhar os Bancos Públicos para o Desenvolvimento no âmbito da Agenda 2030 da ONU e do Acordo de Paris pela Mudança Climática.

São Paulo, Brasil.

“XI Jornadas Ibero-Americanas de Financiamento Local”, realizado pelo Centro de Investigaciones Económicas (CINVE)

Montevideu e Maldonado, Uruguai.

XXVII Congresso Internacional do CLAD, organizado pelo Ministério de Economia e Finanças Públicas do Estado Plurinacional da Bolívia.

Sucre, Bolívia.

Fórum Brasil África 2022: Cidades sustentáveis: desafios globais, soluções locais, realizado pelo Instituto Brasil África.

São Paulo, Brasil.

XXI CILA Congresso Latino-Americano do Asfalto e 13° Congresso do Sistema Viário Uruguaio, organizado pela Associação Uruguaia de Estradas.

Punta del Este, Uruguai.

Debate online: “Infraestruturas, competitividade e instrumentos jurídicos vigentes da Hidrovia Paraguai-Paraná: oportunidades e desafios da Pandemia”, organizado por ALADI, FONPLATA e Secretaria Executiva do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Painel “Financiamento Internacional” do “Encontro Nacional com a Água”, organizado pela Água e Saneamento Argentinos S.A. (AySA).

Buenos Aires, Argentina.

Evento “Orientações em Política Pública: Livre Associação na Economia Popular”, organizado pelo INNpalsa COL por iniciativa do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da República da Colômbia.

Assembleia da XXVII Cúpula de Mercocidades:

“Cidades amigas, cidades mais verdes”.

Montevideo, Uruguai.

Painel “Financiamento e sustentabilidade” no “Segundo Simpósio de Águas Transfronteiriças na América Latina e no Caribe”.

La Paz, Bolívia.

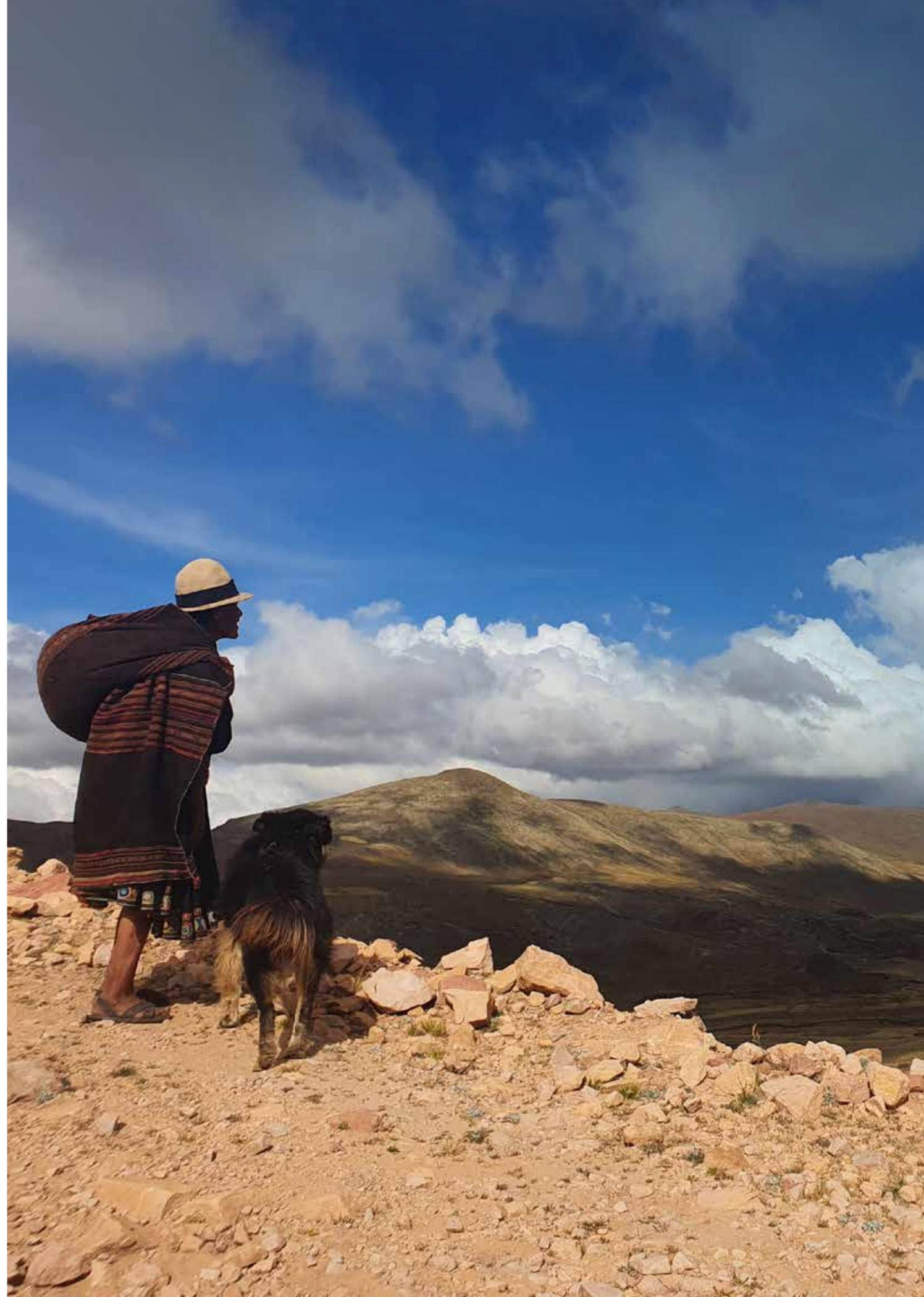
LXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum do Mercosul.

Montevideo, Uruguai.

VII Reunião do Subcomitê de Cooperação do CONFAC (Comitê Nacional de Facilitação do Comércio) do Ministério da Economia da República Federativa do Brasil.

Brasília, Brasil.

Como todos os anos, um dos apoios mais importantes refere-se ao trabalho do Comitê de Voluntariado do FONPLATA, especialmente em relação à infância e à cultura. O Comitê é formado por membros ativos do quadro de funcionários do Banco de Desenvolvimento. Assim, por exemplo, no Dia da Criança na Bolívia, foram comprados e distribuídos presentes no Centro Infantil de Atendimento Integral do Regime Penitenciário de Mulheres Palmasola, localizado na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Os presentes foram destinados tanto a crianças que vivem dentro do regime penitenciário com suas mães, como a seus irmãos e irmãs que vivem fora.



SEDE

Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
Telefone: +591 3 315 9400 • Fax: +591 3 3371713
Av. San Martín N° 155, bairro Equipetrol,
Edifício Ambassador Business Center, 4° andar.

ESCRITÓRIOS OPERATIVOS

Buenos Aires, Argentina
Telefone: +54 11 3989 7321
Av. Libertador N° 218, 5° andar, C1001ABP

Brasília, Brasil
Telefone: +55 61 32517220
Edifício Armando Monteiro Neto,
Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloque I, 5° andar.
CEP 70.040-913, Asa Norte, Brasília (DF)

Assunção, Paraguai
Telefone: +595 21 453 320
Edifício Torre Aviadores, avenida Aviadores del Chaco N°
3100, canto Iturbe, 10° andar, Escritório C.

Montevideú, Uruguai
Telefone: +598 2908 9951
Plaza Independencia N° 759, edifício Victoria Plaza Office
Tower, 11° andar.

SITE

www.fonplata.org

CONTATO

contacto@fonplata.org



FOTOGRAFIAS

Capa: "Amazonas" – Brasil / Cortesia Ph. Iván Canabrava.
FONPLATA: pág. 4, 8, 70-71, 146-147, 151.
ANP-Uruguai: p. 62-63.
Cortesia BEI: p. 30.
Cortesia Ph. Lorena Schiava D'Albano: p. 7.
Pixabay: pág. 18.



FONPLATA

Banco de Desenvolvimento

ARGENTINA • BOLÍVIA • BRASIL • PARAGUAI • URUGUAI